



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

O MITO DO DESENVOLVIMENTO SUL-COREANO

Rodrigo Luiz Medeiros da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por **Rodrigo Luiz Medeiros da Silva** em 06/12/2007 e orientado pelo **Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior**.*

CPG, 06 / 12 / 2007

Campinas, 2007

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

Si38m

Silva, Rodrigo Luiz Medeiros da.

O mito do desenvolvimento Sul-Coreano: dependencia, autocracia e milagre economico/ Rodrigo Luiz Medeiros da Silva . – Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Plinio Soares de Arruda Sampaio Junior.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Coreia (Sul) – Industrias. 2. Coreia (Sul) – Condições economicas. 3. Imperialismo – Japão. 4. Imperialismo – Estados Unidos. 5. Guerra fria. 6. Dependencia. I. Sampaio Junior, Plinio Soares de Arruda. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Titulo.

07-049-BIE

Título em Inglês: The myth of South-Korean development: dependency, autocracy and economic miracle

Keywords: Korea (South) – Industries; Korea (South) – Economic conditions; Imperialism – Japan; Imperialism – United States; Cold war; Dependency

Area de Concentração : -----

Titulação: Mestre em Ciencias Economicas

Banca examinadora: Prof. Dr. Plinio Soares de Arruda Sampaio Junior

Prof. Dr. Brasílio João Sallum Junior

Prof. Dr. Jose Carlos de Souza Braga

Data da defesa: 06-12-2007

Programa de Pós-Graduação: Economia

Dissertação de Mestrado

Aluno: RODRIGO LUIZ MEDEIROS DA SILVA

“ O Mito do Desenvolvimento Sul-Coreano “

Defendida em 06 / 12 / 2007

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO JÚNIOR
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. BRÁSÍLIO JOÃO SALLUM JÚNIOR
USP



Prof. Dr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA
IE / UNICAMP

**“Estudar sem pensar é fútil. Pensar
sem estudar é perigoso.”**

**— Confúcio,
em Os Analectos**

**“... é preciso considerar-se que o clima
humano em que vive o agente inovador... é em
si mesmo muito destrutivo. Submetido a
pressões contraditórias persistentes,
condenado a sentir-se isolado e
incompreendido, impotente para resguardar
as inovações do solapamento sistemático, da
resistência organizada ou dos simples
imprevistos, aquele agente vê-se na
contingência de aceitar atitudes e
comportamentos variavelmente irracionais”**

**— Florestan Fernandes,
em Sociedade de Classes
e Subdesenvolvimento**

AGRADECIMENTOS:

Ao Prof. Dr. Plínio de Arruda Sampaio Jr., orientador desta dissertação, pela formidável capacidade de desestabilizar, em suas perspicazes aulas e nas estimulantes conversas que tivemos, tantas convicções já incrustadas em meu sistema de crenças.

Ao Prof. Dr. João Brasília Sallum Jr., pelas decididas palavras de estímulo em um momento crucial de minha trajetória, pelo formidável exemplo e pelos ensinamentos.

Ao Prof. Dr. Gabriel Cohn, pela profunda compreensão da fragilidade do processo criativo, pela sua atenção e gentileza em um momento em que a minha confiança nas perspectivas deste campo de estudos ameaçava desfazer-se.

Às gentis professoras Hanna Kim e Sujong Kim, do Instituto de Línguas Brasil-Coréia, em São Paulo, que juntas, em especial nas agradáveis tardes passadas na Casa de Chá do Edifício Coréia, no Bom Retiro, deram uma inestimável contribuição a este trabalho, conseguindo a proeza de tornar os 18.000km entre São Paulo e Seul um pouco menos intransponíveis.

Ao Prof. Dr. José Carlos de Souza Braga, pelas preciosas orientações.

Aos mestres Dr. Paul Israel Singer, Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda, Dr. Paulo Davidoff Chagas Cruz e Dr. Flávio Azevedo Marques de Saes pelas incontáveis contribuições à minha formação.

Ao grande amigo Fábio Pimentel De Maria da Silva, pelas incontáveis conspirações orquestradas nestes 15 anos de amizade, pela sua enorme influência em meu modo de ver as coisas, pelo apoio sempre encorajador.

Aos meus pais e avó, pela compreensão nas tantas ausências, pela paciência nos dias mais ansiosos, pelo apoio que sempre se alegraram em me dar, pela torcida e pelo inesgotável carinho.

À Lucimara, esteio nestes anos conturbados e promissores, por entender o tempo e a energia necessários à maturação das idéias e pontos de vista, pelo carinho e pela cumplicidade irrestrita.

Ao CNPq, pela bolsa.

RESUMO:

Nas últimas quatro décadas, a Coréia do Sul tem vivenciado um processo extremamente acelerado de crescimento econômico e modernização estrutural. Alçado ao patamar de “modelo” para os demais países periféricos, o chamado “caso coreano” deu origem a duas interpretações teóricas mais vastamente difundidas. A primeira, de inspiração ortodoxa, enfatiza as condições estruturais vigentes na Coréia e advoga pela adequação das políticas econômicas ali implantadas, que teriam respeitado os mecanismos de mercado, dadas as vantagens comparativas estruturais supostamente detidas pelo país. A segunda, de inspiração heterodoxa, enfatiza o papel do Estado na criação de condições para o desenvolvimento industrial, distorcendo os mecanismos de mercado em setores taticamente eleitos. O objetivo desta dissertação é problematizar estas duas vertentes analíticas, com base nos ensinamentos de Celso Furtado. Para tal, as principais tarefas desta dissertação são: 1) apresentar um quadro geral das transformações ocorridas no país no pós-guerra, 2) discutir, à luz da obra de Furtado, a diferença qualitativa entre desenvolvimento e crescimento, 3) retomar contribuições de autores das duas vertentes mais difundidas no debate sobre o “caso coreano”, 4) discutir a especificidade geopolítica e histórica da Coréia, demonstrando como a trajetória do país seria altamente afetada por acontecimentos internacionais cruciais, e 5) argumentar que o rápido crescimento econômico sul-coreano esteve associado à contínua repressão da dissidência política nacionalista coreana e, 6) discutir em que medida, à luz da teoria *furtadiana*, a Coréia estaria efetivamente se desenvolvendo.

ABSTRACT:

During the last four decades, South Korea has been characterized by an extremely accelerated process of economic growth and structural modernization. Promoted to the rank of “model” to other developing countries, the so-called “Korean Case” originated two leading theoretical interpretations. The first, of orthodox inspiration, emphasizes Korea’s structural conditions and supports the policies put into practice in the country, which are seen as respectful to the market mechanism, given the structural comparative advantages supposedly detained by the country. The second, of heterodox inspiration, emphasizes the role of the State in distorting the market mechanism in tactically elected sectors. The point of this dissertation is to discuss the conclusions of these two groups of authors, having recourse to the theory of development created by Celso Furtado. Hence, the major tasks of this dissertation are: 1) to present the transformations occurred in the country since the end of the Korean War, 2) to discuss, alluding to Celso Furtado’s contribution, the qualitative difference between economic growth and development, 3) to recapture the dominant debate about the “Korean case”, 4) to present the historical and geopolitical specificity of Korea, demonstrating how vastly the country’s trajectory has been affected by crucial international happenings, 5) to state that the political repression of Korean nationalist forces was tough during the period of accelerated growth and, 6) to answer the following question: according to the conception developed by Celso Furtado, is Korea becoming a developed nation?

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	01
 CAPÍTULO 1 — Para um Olhar <i>Furtadiano</i> sobre a Industrialização e o Cenário Político Sul-Coreano.....	07
1.1 – Introdução.....	09
1.2 – A Extensão das Transformações Produtivas e Sociais no Pós-Guerra Coreano: o “Milagre do Rio Han”.....	11
1.3 – Alguns Fatos sobre o Quadro Político Sul-coreano (1945-1997).....	26
1.4 - Retomando a Concepção <i>Furtadiana</i> de Desenvolvimento.....	30
 CAPÍTULO 2 — A Coréia do Sul como “Modelo”: Retomando o Debate Dominante Sobre o “Caso Coreano”.....	37
2.1 – Introdução.....	39
2.2 - O “Milagre do Rio Han” numa Acepção Ortodoxa	
2.2.1 - Paul Kuznets e o Neoclassicismo Estrito.....	41
2.2.2 - Anne Krueger e o “Desenvolvimento pelas Exportações”.....	44
2.2.3 - A Posição do Banco Mundial e os “Fundamentos Corretos”.....	50
2.3 - O “Milagre do Rio Han” numa Acepção Heterodoxa	
2.3.1 - Alice Amsden e a Exaltação da “Distorção dos Preços Relativos”.....	55
2.3.2 - Otaviano Canuto e o “Capitalismo Tardio” Coreano.....	63
2.3.3 - Fernando Fajnzylber e a “Transformação Produtiva com Equidade”.....	69

CAPÍTULO 3 — Dependência e Crescimento: Elementos do Contexto Geopolítico da Industrialização Coreana (1894-1997).....79

3.1 – Introdução.....81

3.2 - A Coreia antes do Processo de Modernização: uma Cultura Milenar em Cheque e a Aparente Ausência de Novos Horizontes.....84

3.3 – A Relevância do Cenário Externo na Industrialização Coreana

3.3.1 - Reforma Social e Institucional sob Domínio Colonial Japonês.....90

3.3.2 - Reforma Agrária e Alfabetização sob Ocupação Americana.....100

3.3.3 - A Ajuda Externa Americana: Reconstruindo o Estado Coreano.....103

2.3.4 - A Participação Coreana na Guerra do Vietnã e a Transubstanciação da Ajuda Americana.....112

2.3.5 - A Normalização das Relações Nipo-coreanas: Contribuição ao Equilíbrio Externo e Apoio ao Desenvolvimento da Siderurgia Coreana.....118

2.3.6 - A Expansão dos “Euro-mercados” e o Desenvolvimento da Indústria Pesada Coreana.....122

2.3.7 - O Japão e a Crise da Dívida dos Anos 80: a Aterrissagem Adiada e Suavizada da Economia Coreana.....127

CAPÍTULO 4 — Repressão Política e Crescimento: Retomando a História da Dissidência Coreana (1894-1993).....135

4.1 – Introdução.....137

4.2 - Resistência Nacional às Agressões Estrangeiras: 1894-1960.....140

4.3 – O Regime Militar e sua Contestação Popular: 1960-1993.....150

CONCLUSÃO — Dependência, Crescimento Suavizado e Ritual Democrático: a Coreia do Sul numa Encruzilhada (1993-2007).....161

BIBLIOGRAFIA.....175

INTRODUÇÃO:

Desde a realização dos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988, se tornou muito difundida a percepção, seja nos círculos especializados ou leigos, de que a Coreia do Sul constituiria um caso raro, mas paradigmático, de nação periférica que teria conseguido, em virtude da adoção de políticas econômicas acertadas, ultrapassar a barreira do subdesenvolvimento, ingressando no seleto clube das nações avançadas. De modo geral, a Coreia do Sul inquietava o mundo ao ostentar, apenas três décadas após o triste desfecho da Guerra da Coreia, indicadores econômicos e sociais capazes de atizar inveja entre os demais países periféricos. Mas o que estaria por trás de toda esta pujança?

Cerca de uma década antes dos jogos, o acelerado crescimento econômico vivenciado por este país começava já a motivar a realização de diversos estudos com vistas à elucidação das “bases do dinamismo coreano”. De acordo com as conclusões da maioria dos autores envolvidos neste debate, a Coreia do Sul constituiria um “modelo” a ser seguido pelos demais países “em desenvolvimento”. De modo geral, sua trajetória era contraposta às demais experiências de industrialização tardia e periférica, então acometidas por uma grave crise que frustrara, novamente, as expectativas de crescimento e superação do subdesenvolvimento nos marcos da dependência.

Neste contexto, o “modelo coreano” era apontado como uma alternativa. Entre as virtudes da estratégia sul-coreana, costumam figurar: 1) a agressividade de sua inserção comercial nos mercados internacionais de manufaturados, 2) o caráter arrojado de sua estratégia de aquisição de habilidades científicas e tecnológicas, 3) o alto valor conferido pelo governo sul-coreano à difusão das oportunidades educacionais, 4) a divisão relativamente equânime da renda nacional, 5) a elevada centralização do capital

característica do conglomerado industrial padrão sul-coreano, 6) a arquitetura financeira capaz de mobilizar internamente um alto contingente de poupança, e, 7) a harmonia entre o setor financeiro e os atores do projeto “industrialista”. Todos os sete tópicos são entendidos, tipicamente, como êxitos de gestão. Tais “escolhas” podem ser tributadas, por vezes, à bem qualificada burocracia sul-coreana. Outras vezes, vêm associadas ao caráter visionário das vocações empreendedoras nativas. Enxergado sob esta perspectiva, o êxito sul-coreano pressupõe, então, um elevado grau de autonomia dos atores locais na formulação e implementação da agenda “industrialista”. Mas em que medida este pressuposto se coaduna com a história sul-coreana?

Em visita recente à Austrália para a Reunião de Cúpula da APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), o atual presidente sul-coreano cometeria uma pequena gafe diplomática que descortinaria o delicado limite que separa soberania e autonomia em seu país. Preocupado com o tema da Reunificação das Coreias, Roh Moo-Hyun deixaria claro, mesmo diante das câmeras, de que quem decide sobre a continuidade do projeto de reunificação coreana — um item importante de seu programa de governo — é, na verdade, o presidente norte-americano.¹

Após ouvir uma declaração do presidente George W. Bush, o presidente sul-coreano perguntaria ao colega: “Eu acho que posso ter me enganado, não acredito ter ouvido o presidente Bush mencionar uma declaração para terminar a Guerra da Coreia já. Você disse isto, presidente Bush?” Bush, então, explicaria: “Cabe a Kim Jong-Il² decidir se assinamos um tratado para encerrar a Guerra da Coreia. Ele tem que se livrar de suas armas de forma clara. E estamos fazendo progressos neste sentido. Cabe a ele.” Em um

¹ O incidente ocorreu em Sydney no dia 7/09/2007.

² O líder norte-coreano.

desabafo, ou em um ato inteligente de pressão diplomática com o uso das câmeras, o presidente sul-coreano então retrucaria: “Mesma conversa. Mesma conversa. O presidente Kim Jong-Il e o povo norte-coreano querem ouvir uma história diferente.”³ Com a sutileza que lhe é característica, Bush sentenciaria: “Eu não posso ser mais claro, Sr. Presidente.”

Como encontrar, em estudos que pressupõe uma autonomia praticamente irrestrita do governo sul-coreano, uma explicação para uma fragilidade tão aparente do presidente sul-coreano frente a seu colega norte-americano? Como é que um governo capaz de ensinar a agressiva inserção de sua indústria no comércio internacional, tantas vezes às expensas de fatias de mercado detidas por empresas norte-americanas, não é forte o suficiente para dar por encerrada a Guerra Fria em seu território, reunificando um território cuja unidade remonta ao ano de 668 d.C.? Quais os limites, então, para o ímpeto sul-coreano? Com base em que tradição de reflexão sobre o desenvolvimento encontramos respostas para delimitar os limites do sucesso deste país?

Neste trabalho, então, a proposta é fazer uma análise *furtadiana* do salto industrial sul-coreano. Procuraremos compreender a industrialização da Coreia do Sul como uma industrialização nos marcos da dependência e do sub-desenvolvimento, conduzindo o país aos seguintes resultados: (1) crescimento econômico muito vigoroso, (2) difusão das oportunidades educacionais, (3) autonomia tecnológica em alguns nichos específicos, (4) inserção produtiva e comercial internacional nos mercados de manufaturados (5) crescente concentração inter-pessoal de renda — ainda que em níveis

³ Note que a tradução inglesa da fala do presidente sul-coreano foi arbitrariamente alterada pelos veículos de imprensa do Ocidente para amenizar o mal-estar diplomático. Já os principais veículos de imprensa da Coreia do Sul sequer noticiaram o ocorrido. No entanto, a tradução literal, assim como o vídeo com os diálogos, foram divulgados por organizações não governamentais comprometidas com a re-unificação.

mais modestos do que no restante da periferia —, (6) crescente concentração inter-regional de renda, (7) concentração de riqueza e enorme concentração de poder econômico, (8) elevadíssima segmentação do mercado de trabalho por gênero, (9) heterogeneidade do tecido produtivo — conglomerado exportador versus pequena empresa —, (10) enorme dependência cultural e intelectual face a nações estrangeiras, e, (11) completa submissão política-internacional, especialmente nos assuntos relacionados ao importante tema da Reunificação, mas não apenas.

Norteados pela concepção de desenvolvimento e subdesenvolvimento de Celso Furtado, procuraremos caracterizar dois eixos do processo de modernização estrutural da República da Coréia:

- 1) A profunda dependência deste país diante de potências estrangeiras, e as oportunidades abertas ao capital sul-coreano nos marcos desta dependência;
- 2) O quadro de sempre renovado autoritarismo político que seria necessário para tornar operacional um processo de modernização acelerada balizado por esta estreita dependência.

Para cumprir os dois objetivos acima, percorreremos o seguinte caminho:

- a) Apresentaremos dados sobre o processo de modernização e industrialização vivenciado pela Coréia do Sul ao longo do século XX. Procuraremos reunir estatísticas que dêem ao leitor uma dimensão mais precisa do ritmo e da profundidade do processo em questão.
- b) Caracterizaremos, primeiro apenas superficialmente, o ambiente político interno da Coréia do Sul durante o período marcado pela acelerada industrialização.

- c) Retomaremos a teoria *furtadiana* do desenvolvimento, permitindo que façamos uma distinção clara entre desenvolvimento e crescimento econômico. Procuraremos retomar, também, a possibilidade aberta por Furtado de crescimento sem desenvolvimento.
- d) Faremos um mapeamento rigoroso das mais difundidas interpretações analíticas acerca do desenvolvimento sul-coreano.
- e) Retomaremos o contexto histórico-internacional em que se deu a modernização coreana. Procuraremos demonstrar, então, que a maior fraqueza das interpretações anteriormente mencionadas é negligenciar a importância deste contexto, sem o qual, esperamos demonstrar, não seria factível a implementação do “modelo coreano”.
- f) Descreveremos a atividade dissidente dentro da Coreia do Sul. Havia grupos perdedores no “milagre”?⁴ Havia razões para se opor ao regime político-econômico ali implantado? Quais? Qual a importância de forças estrangeiras para silenciar estas dissidências, tornando operacional tal equilíbrio político?

Após uma reflexão sobre cada um destes temas, esperamos retornar aos ensinamentos de Furtado para responder a seguinte pergunta: a Coreia se desenvolveu? Em que medida o enriquecimento do país não se conjugou com um maior grau de autonomia nacional? Em que medida o sistema político interno continua incapaz de enfrentar os principais temas nacionais? E, por fim, em que medida o sucesso do “modelo coreano” conduziu o país a um impasse histórico?

⁴ Note que não esperamos delimitar precisamente quais os grupos perdedores e ganhadores, nem mostrar as diferentes formas de composição entre os ganhadores, sejam eles nacionais ou estrangeiros; nosso intuito é mais modesto: mostrar que havia, sim, grupos que se percebiam como perdedores.

**CAPÍTULO 1 — Para Um Olhar *Furtadiano* sobre a
Industrialização e o Cenário Político Sul-Coreano**

1.1 – Introdução:

Se examinarmos com atenção uma lista que classifique os mais diversos países do globo por ordem decrescente de PIB nominal *per capita*, veremos que figuram, no topo, países altamente industrializados, possuidores de indicadores educacionais elevados, grau de concentração de renda relativamente baixo, excelente infra-estrutura física, alto nível de produtividade por trabalhador, entre outros atributos igualmente invejáveis. Para o ano de 2005, por exemplo, esta lista⁵ é encabeçada por países como a Noruega, a Suíça e a Dinamarca — com um PIB nominal *per capita* de, respectivamente, US\$ 61.852, US\$ 52,879 e US\$ 49.182 —. É costumeiro fazer menção a países, então, quando buscamos casos extremos de países “desenvolvidos”.

No outro extremo desta lista, é possível identificar a predominância de países ainda não industrializados, com infra-estrutura física desfavorável, indicadores educacionais que deixam a desejar, entre outras deficiências. No ano de 2005, países como o Burundi, a República Democrática do Congo e a Etiópia se destacavam negativamente neste *ranking* — com um PIB nominal *per capita* de, respectivamente, US\$ 106, US\$ 116 e US\$ 123 —. Quando falamos de países “subdesenvolvidos”, portanto, é bastante freqüente a referência a estas nações.

Contudo, o uso desavisado de indicadores como o PIB ou o PNB *per capita* enquanto referenciais para definir se um país é desenvolvido ou subdesenvolvido pode nos conduzir, não raras vezes, a questionamentos perturbadores. Pois se este é o único critério para auferir o grau de desenvolvimento de um país, fatalmente identificaremos países como o Catar, o Quate e os Emirados Árabes Unidos como “modelos” de

⁵ Segundo dados do FMI.

desenvolvimento econômico — pois eles ostentam PIBs nominais *per capita* de, respectivamente, US\$ 39.607, US\$ 22.424 e US\$ 22.009 —. No entanto, sabemos que a afluência destes países está inextricavelmente ligada a um fenômeno absolutamente fora de seu controle: a dependência que os países industrializados mantêm dos combustíveis fósseis ali disponíveis. Poucos ousariam apostar que sua opulência seria a mesma após o eventual surgimento alguma alternativa energética viável.

Nas últimas cinco décadas, a Coréia do Sul, foco deste estudo, registrou taxas muito respeitáveis de crescimento econômico. Ao fim dos anos 1990, como veremos, este país já atingiria níveis de PIB *per capita* bastante similares àqueles de vários países europeus, tradicionalmente entendidos como “desenvolvidos”. Mas isto quer dizer, necessariamente, que a Coréia do Sul “se desenvolveu”?

Neste capítulo temos três objetivos, quais sejam: 1) demonstrar a enorme vitalidade do processo de acumulação na Coréia do Sul durante o pós-guerra, recorrendo para tal a indicadores estatísticos diversos, 2) retomar brevemente o quadro político sul-coreano ao longo das décadas do “milagre” e, 3) discutir, com base nos ensinamentos de Celso Furtado, a diferença conceitual entre desenvolvimento e crescimento econômico. As próximas três seções deste capítulo se destinam, respectivamente, à consecução de cada uma destas três tarefas. Com base nos fatos que apontaremos para cumprir as duas primeiras tarefas e, ademais, munidos da perspectiva teórica que revisitaremos para cumprir a terceira tarefa, esperamos que seja possível problematizar, ao longo dos Capítulos 3 e 4, a bibliografia mais difundida sobre a industrialização coreana — bibliografia esta que será analisada em pormenores no Capítulo 2 —.

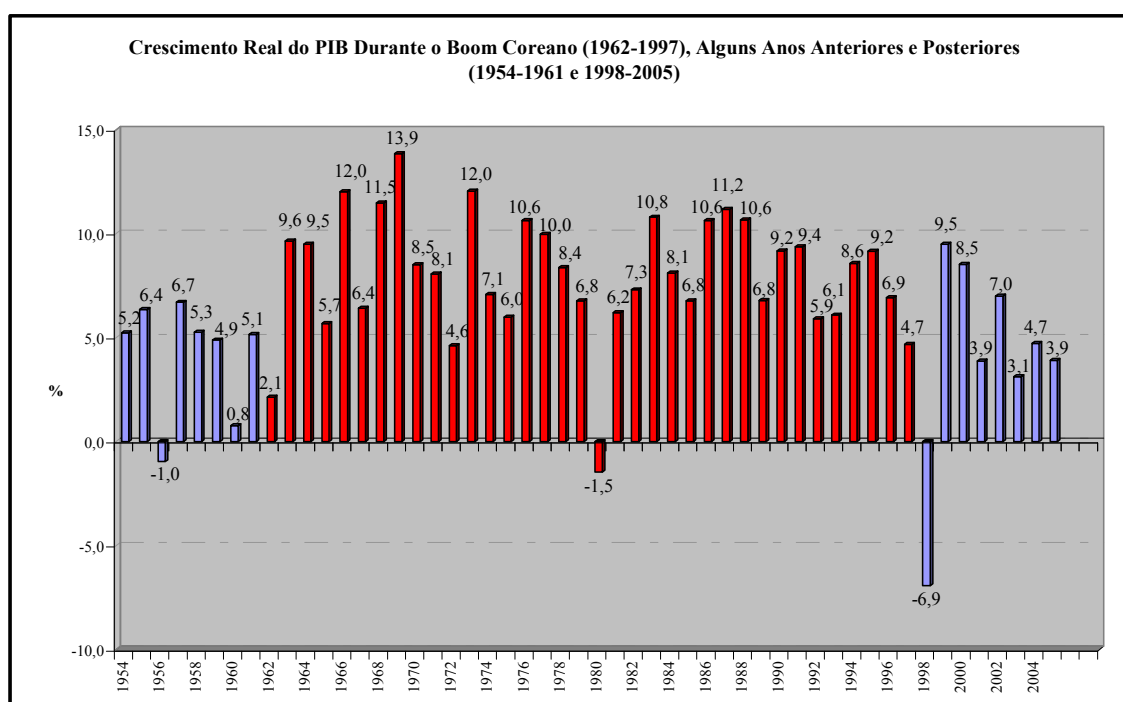
1.2 – A Extensão das Transformações Produtivas e Sociais no Pós-Guerra Coreano: o “Milagre do Rio Han”:

Após o desfecho da II Guerra Mundial e o advento do Plano Marshall, a República Federal da Alemanha vivenciou um período de elevadíssimas taxas de crescimento econômico. Este evento ficaria conhecido como *Wunder vom Rhein*, ou “Milagre do Reno”. Poucos anos depois, a República da Coreia, outro país profundamente marcado pelo contexto da Guerra Fria, começou a ostentar taxas de crescimento econômico igualmente dignas de nota. Obviamente inspirados pelas notícias que vinham da Alemanha, alguns analistas batizaram a boa maré coreana de “Milagre do Rio Han”, em alusão ao principal rio coreano, que corta a cidade de Seul. Neste capítulo, tentaremos demarcar mais precisamente as transformações econômicas e estruturais vivenciadas pela economia sul-coreana durante o dito “Milagre”.

Debrucemo-nos sobre alguns dados. A Guerra da Coreia termina em 1953, e é a partir daí que se torna razoável falar em crescimento econômico na Coreia do Sul. Entre 1954 e 1960, quando o país foi governado por Syngman Rhee, a taxa média de crescimento real do PIB foi, ali, de 4% ao ano. Já entre 1961 e 1970, período marcado pela ditadura do general Park Chung Hee, esta cifra subiu para 8,4% ao ano. Entre 1971 e 1980, ainda sob o general Park, a taxa decrescimento média do país continuou respeitável: 7,1% ao ano. No período subsequente, marcado pelos governos de Chun Doo Hwan (1980-1988), Roh Tae Woo (1988-1993) e Kim Young Sam (1993-1998), a economia aceleraria ainda mais e atingiria, entre 1981 e 1996, o ritmo de 8,9% ao ano. Após a Crise da Ásia, de 1997 — período marcado, na Coreia, pelo aprofundamento das liberdades políticas e pelo enfraquecimento de vários instrumentos do Estado

desenvolvimentista —, agora sob os governos de Kim Dae Jung (1998-2003) e Roh Moo Hyun (desde 2003), a locomotiva coreana decepcionaria seus entusiastas, registrando um crescimento mais módico de 4,1% ao ano, cifra muito semelhante àquela registrada entre 1954 e 1960.⁶ No Gráfico 1.2.1 é possível verificar, ano a ano, o comportamento da economia coreana — os anos do “Milagre”, entre o advento do 1º Plano Quinquenal, em 1962, e a Crise Asiática, em 1997, estão em vermelho —.

GRÁFICO 1.2.1 – Comportamento do PIB Sul-Coreano, 1954-2005:⁷



Salta aos olhos que, entre 1954 e 2005, a economia coreana vivenciaria, com grande frequência, anos em que o crescimento real do PIB excedia o ritmo de 10% ao

⁶ Esta cifra é a média geométrica das taxas de crescimento reais de cada período mencionado. Para encontrar cada taxa de crescimento, segui o procedimento descrito na nota número 7.

⁷ O dados foram obtidos junto ao Banco da Coréia, pela Internet. Para encontrar cada taxa de crescimento, corriji o valor do PIB em valores correntes expressos em *Wõn* pelo deflator fornecido pela instituição. Entre 1953 e 1970, utilizei o *Wõn* de 1970 como base. Entre 1970 e 2005, utilizei o *Wõn* de 2005 como base.

ano. Além disto, desde o início do período Park Chung Hee, apenas por dois anos — 1980 e 1998 — verificou-se, ali, taxas negativas de crescimento econômico.

Este acelerado ritmo de expansão econômica esteve associado a uma verdadeira metamorfose na estrutura produtiva sul-coreana. Em 1954, este ainda era um país predominantemente agrícola. Daí em diante, teve início um frenético processo de urbanização e industrialização, cuja energia é, muito provavelmente, ímpar em toda a história humana. A Tabela 1.2.1 compara o ritmo da modernização estrutural sul-coreana com aquele observado em outros países.

TABELA 1.2.1 – Velocidade do Processo de Modernização Capitalista: Coréia do Sul e Países Selecionados						
	Percentual da população empregada no setor agrícola			Percentual da agricultura na produção total		
	Ano em que atingiu 40%	Ano em que atingiu 16%	Anos transcorridos	Ano em que atingiu 40%	Ano em que atingiu 7%	Anos transcorridos
Grã-Bretanha	< 1800	1868	70	1788	1901	113
Países Baixos	1855	1950	96	1800	1965	165
Alemanha	1897	1957	60	1854	1960	106
Estados Unidos	1900	1942	42	1866	1958	92
Dinamarca	1920	1962	42	1850	1969	119
França	1921	1965	44	1878	1972	94
Japão	1940	1971	31	1896	1969	73
Coréia do Sul	1977	1991	14	1965	1991	26
Fonte: Park, Chanyong; Kim, Meesook. <i>Current Poverty Issues and Counter Policies in Korea</i> . Seul: KIHASA-UNDP, 1998.						

O período posterior à Guerra da Coréia foi caracterizado por um veloz processo de urbanização. Em 1910, ano em que a velha Coréia fora anexada ao Império Japonês, apenas uma ínfima parcela de 3% da população coreana residia em cidades. Em 1945,

após mais de três décadas de grandes investimentos industriais japoneses, esta parcela ainda não excedia 13% (McNamara, 1990: 1)⁸. Mas em 1995, às vésperas da Crise Asiática, as cidades já congregavam 78,5% dos coreanos (ONU, 1998).⁹

Este processo de urbanização foi acompanhado, como agravante, por um acelerado crescimento populacional. Em 1910, havia apenas 13,129 milhões de coreanos. Em 1940, estes já somavam 23,547 milhões (Kuznets, 1977: 217-218).¹⁰ Em 2006, somente a população da parte meridional da antiga Coréia — a Coréia do Sul — já totalizava 48,846 milhões. A título de curiosidade, a população combinada das duas Coréias atingia, então, respeitáveis 71,959 milhões (CIA, 2006). Além disto, segundo dados de 2005, a população da região metropolitana de Seul já contabilizava 22,770 milhões de habitantes¹¹, o que corresponde a 45% da população do país inteiro, aproximadamente.

A despeito da elevada taxa de crescimento populacional e do intenso fluxo de pessoas rumo às cidades, o notável ritmo expansivo da economia coreana revelou-se suficiente para permitir a manutenção de taxas de desemprego moderadas, pelo durante a maior parte do período do “Milagre”, entre 1962 e 1997, quando as políticas econômicas concebidas sob o General Park atingiram seu ápice. O Gráfico 1.2.2 expõe as taxas de desemprego na Coréia do Sul, entre os anos de 1963 e 2006 — note que os anos do *boom*, entre 1963 (2º Ano do 1º Plano Quinquenal e 1º ano de um ciclo de forte aceleração do crescimento) e 1997 (ano da Crise Asiática) estão em vermelho —.

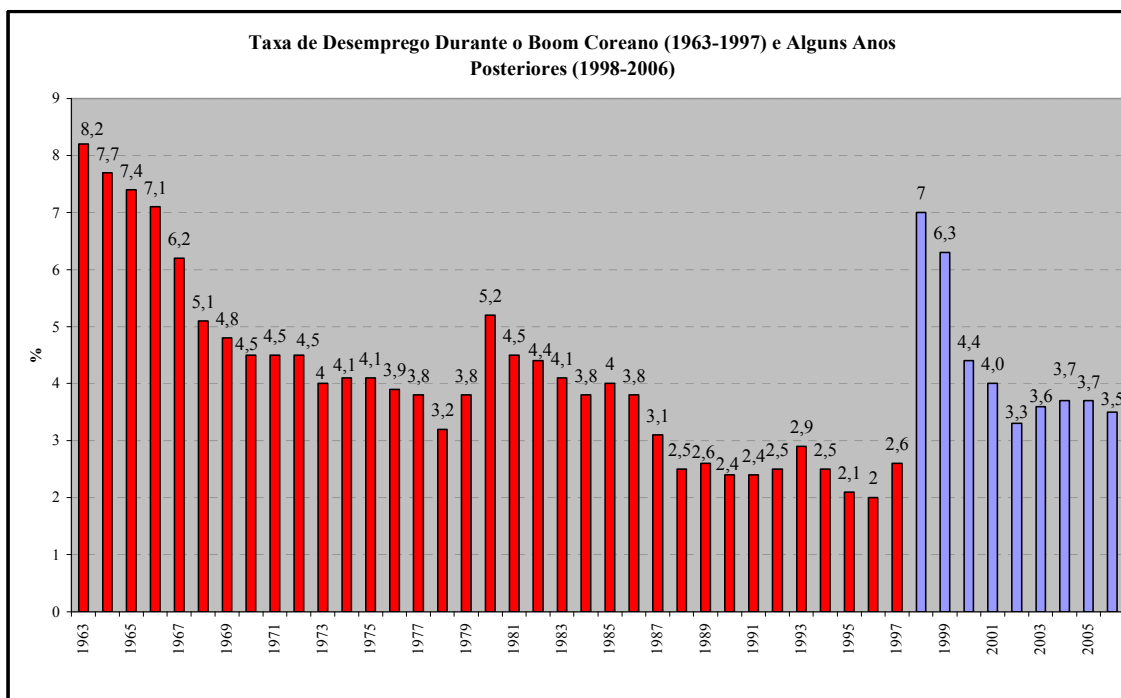
⁸ Estes dois últimos dados incluem as duas Coréias.

⁹ Este último dado se refere unicamente à Coréia do Sul.

¹⁰ Estes dois últimos dados incluem as duas Coréias.

¹¹ Dados do *National Statistical Office*, incluindo as cidades de Seul, Kyōnggi e Inch’ōn.

GRÁFICO 1.2.2 – Desemprego na Coréia do Sul, 1963-1997:



Fonte: Korea National Statistical Office. *Annual Report on the Economically Active Population Survey (1964-2002)*, para os dados até 1999 e, Banco da Coréia, *Economic Statistics System*, pela Internet, para os dados entre 2000 e 2006.

Outra característica costumeiramente ressaltada naquilo que tange ao processo de modernização sul-coreano é o notável avanço, no país, dos mais diversos indicadores educacionais. A Tabela 1.2.2 fornece alguns números sobre a performance coreana neste campo. Nela, é possível constatar que a educação realmente não foi negligenciada nem mesmo antes do *boom* econômico, uma vez que, já nos anos 1960, a educação primária fora universalizada. Já a educação secundária tardaria mais a se tornar de acesso geral, o que somente ocorreria nos anos 1990. Quanto ao ensino superior, verifica-se uma grande aceleração no número de alunos matriculados já a partir dos anos 1980. Todos estes indicadores se refletem na média de anos de escolarização, que tem sido sempre crescente.

TABELA 1.2.2 – Indicadores Seleccionados sobre Educação, 1961-1993						
	1961	1966	1972	1981	1987	1993
Média de Anos de Estudo da População	- - -	5,0	6,1	7,8	9,0	10,1
Taxa (%) de Matrícula do Ensino Fundamental ^A	97	103	107	103	102	101
Taxa (%) de Matrícula no Ensino Médio ^A	30	36	49	59	65	99
Taxa de Matrícula no Ensino Superior ^B	54	57	65	192	305	355
A → Indica o percentual de alunos matriculados em relação à população na faixa etária adequada ao nível escolar. Note que o resultado pode ser maior que 100% devido ao atraso escolar.						
B → Indica o número de matrículas por 10.000 habitantes						
Fonte: Banco Mundial. <i>Korea: Four Decades of Equitable Growth</i> . Washington, Case Studies in Scaling Up Poverty Reduction, 2004						

Um outro indicador que salta aos olhos é a capacidade revelada pelo sistema educacional sul-coreano de permitir, progressivamente, que a grande maioria de seus alunos prossiga seus estudos até o nível superior. Note que, atualmente, 89,8% dos jovens que terminam ali o nível médio e 62,3% dos que se formam nas escolas médias vocacionais progridem para o ensino superior — aí contabilizados, também, os cursos superiores de curta duração —. A Tabela 1.2.3 fornece dados preciosos para a caracterização deste processo.

Além disto, a inclusão de mais e mais crianças ao sistema escolar coreano também significou a edificação, pelo Estado, de uma melhor infra-estrutura educacional. A Tabela 1.2.4 traz alguns dados sobre o número de professores e instituições de ensino

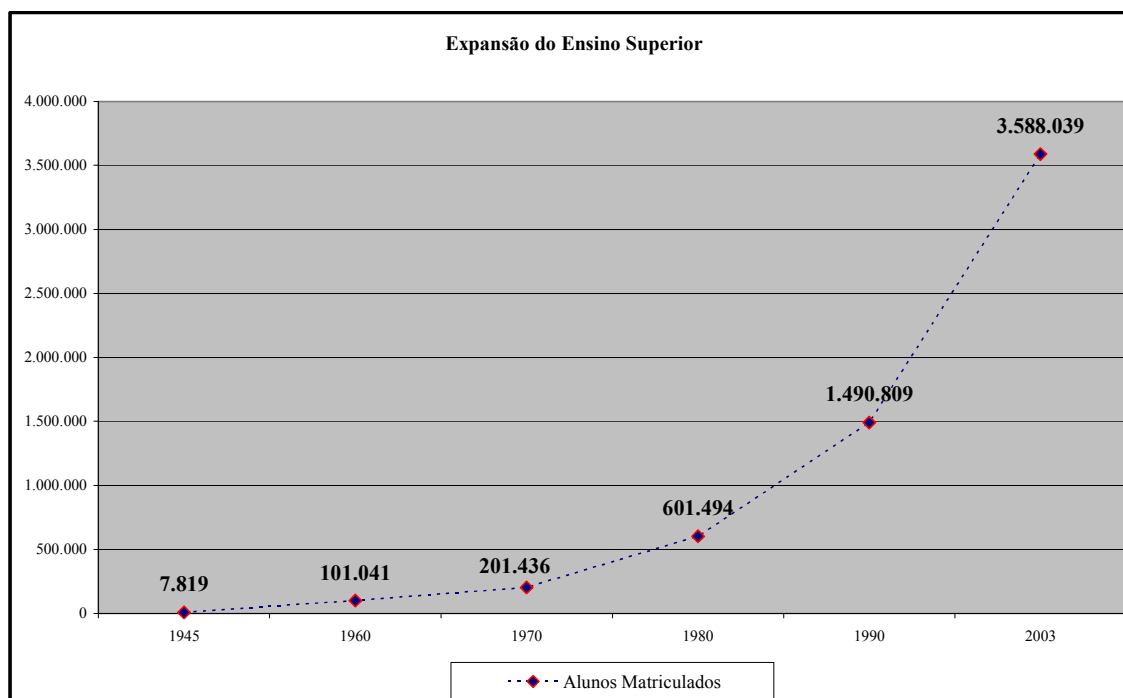
existentes na Coréia do Sul ao longo do tempo. Evidencia-se o forte acréscimo no número de instituições e professores lecionando em todos os níveis.

TABELA 1.2.3 – Taxas de Re-Matrícula ao Fim da Cada Nível, 1970-2004				
	Ensino Elementar (1º Ciclo)→ Ensino Elementar (2º Ciclo)	Ensino Elementar (2º Ciclo)→ Ensino Médio	Ensino Médio→ Universidade	Ensino Médio "Vocacional"→ Universidade
1970	66.1	70.1	40.2	9.5
1975	77.2	74.7	41.5	8.8
1980	95.8	84.5	34.0	10.1
1985	99.2	90.7	53.8	13.3
1990	99.8	95.7	47.2	8.3
1995	99.9	98.4	72.7	19.1
1996	99.9	98.9	77.8	21.9
1997	99.9	99.4	81.4	29.1
1998	99.9	99.4	83.8	35.6
1999	99.9	99.4	84.5	38.5
2000	99.9	99.5	83.9	41.9
2001	99.9	99.6	85.3	44.9
2002	99.9	99.6	87.0	49.8
2003	99.9	99.7	90.1	57.6
2004	99.9	99.7	89.8	62.3
Obs: Taxa de re-matrícula = [matrículas no ciclo seguinte / graduados no presente nível] x 100				
Obs2: "Universidade" inclui também os cursos superiores de curta duração				
Fonte: <i>Education in Korea</i> . Ministry of Education & Human Resources Development, Republic of Korea, p. 47.				

Conforme mais e mais jovens foram tendo a possibilidade de concluir a educação escolar, a aparentemente insaciável sede coreana por educação superior refletiu-se, como já dissemos, no brutal crescimento no número de universitários. Caracterizou-se, então, uma trajetória exponencial de crescimento no número de alunos matriculados neste nível de ensino, em um processo que ainda não emite sinais de arrefecimento. O Gráfico 1.2.3 traz os números de estudantes matriculados no nível superior desde o fim da II Guerra Mundial.

TABELA 1.2.4 – A Evolução da Infra-estrutura Educacional Coreana						
Expansão das Escolas Elementares do 1º Ciclo (1945-2003)						
	1945	1960	1970	1980	1990	2003
Instituições	2.834	4.496	5.961	6.487	6.335	5.464
Professores	19.792	61.605	101.095	119.064	136.800	154.077
Expansão das Escolas Elementares do 2º Ciclo (1945-2003)						
	1945	1960	1970	1980	1990	2003
Instituições	166	1.053	1.608	2.121	2.470	2.865
Professores	1.186	13.053	31.207	54.858	89.719	99.916
Expansão das Escolas Médias (1945-2003)						
	1945	1960	1970	1980	1990	2003
Instituições	307	640	889	1.353	1.683	2.095
Professores	1.720	9.627	19.854	50.948	92.683	116.292
Expansão da Educação Superior (1945-2003)						
	1945	1960	1970	1980	1990	2003
Instituições	19	85	232	357	556	1.421
Professores	1.490	3.808	10.435	20.900	41.920	63.823
Fonte: <i>Education in Korea: 2005~2006</i> . Ministry of Education & Human Resources Development, Republic of Korea, p. 16.						

GRÁFICO 1.2.3 – Alunos Matriculados no Ensino Superior, 1945-2003:



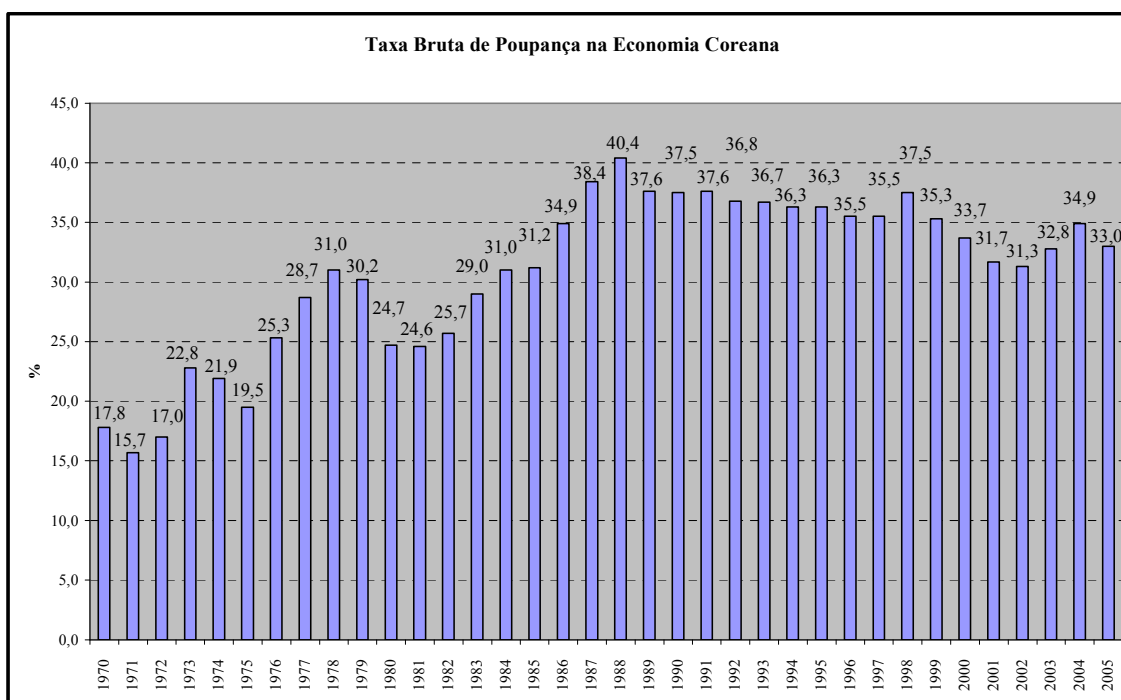
Fonte: *Education in Korea: 2005~2006*. Ministry of Education & Human Resources Development, Republic of Korea, p. 16

Mas nem todos os dados a respeito do sistema educacional coreano são tão favoráveis. Outra importante dimensão do sistema que deve ser avaliada é se este teria se revelado capaz de promover a incorporação das mulheres ao sistema de ensino. Aí está o “calcanhar de Aquiles” da educação coreana. Note que as mulheres, em se tratando de uma sociedade de matriz cultural confuciana como é a da Coreia, estiveram historicamente excluídas das atividades de cunho intelectual, sendo estas reservadas aos homens, enquanto às mulheres cabia um papel, ainda que de enorme relevância social, muito mais restrito aos bastidores. Neste contexto, a incorporação das mulheres ao ensino superior do país ainda deixa muito a desejar. Mesmo assim, não se pode deixar de notar que sua participação nas matrículas deste nível de ensino tem sido crescente. E deve-se ressaltar que, no que tange à educação de primeiro e segundo graus, o ritmo de inclusão das mulheres parece ter se equiparado ao dos homens — como evidenciam os dados da Tabela 1.2.5, que denotam um relativo equilíbrio entre os as participações masculina e feminina a partir dos anos 1990 —.

TABELA 1.2.5 – O Ritmo de Incorporação das Mulheres ao Sistema de Ensino, 1961-1993						
	1961	1966	1972	1981	1987	1993
Mulheres na Escola Primária (%)	45	46	48	48	48	48
Mulheres na Escola Secundária (%)	28	36	39	45	47	48
Mulheres no Escola Terciária (%)	19	25	25	24	27	31
Fonte: Banco Mundial. <i>Korea: Four Decades of Equitable Growth</i> . Washington, Case Studies in Scaling Up Poverty Reduction, 2004						

Outra dimensão do processo de modernização asiático, em geral, e coreano, em particular, que nos acostumamos a ver alardeada aos quatro ventos é a elevada taxa de poupança associada ao rápido crescimento econômico. Este ímpeto poupador alicerçaria, conforme se afirma, elevadíssimas taxas de investimento. O problema deste argumento é que, como demonstram dos dados, a taxa de poupança na Coreia somente atinge o estupendo patamar que a caracterizou historicamente quando o “milagre” já estava em pleno curso. O Gráfico 1.2.4 expõe o comportamento da taxa de poupança do país.

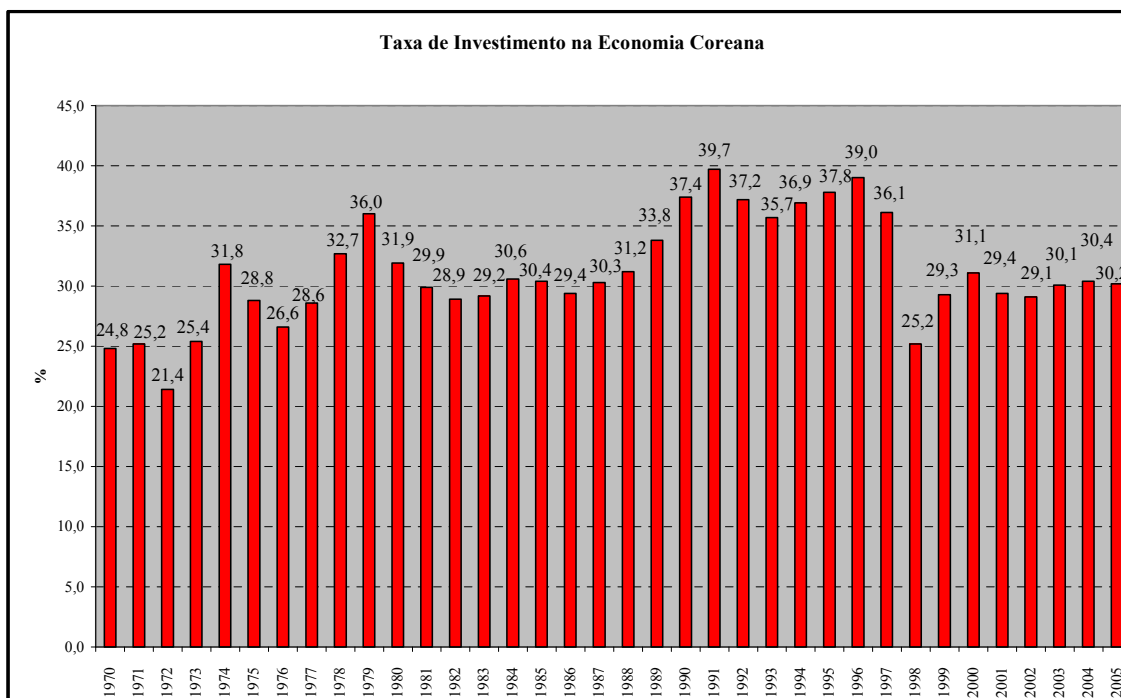
GRÁFICO 1.2.4 – Taxa de Poupança na Coreia, 1970-2005:



Fonte: Banco da Coreia, *Major Anaysis Indicators*.

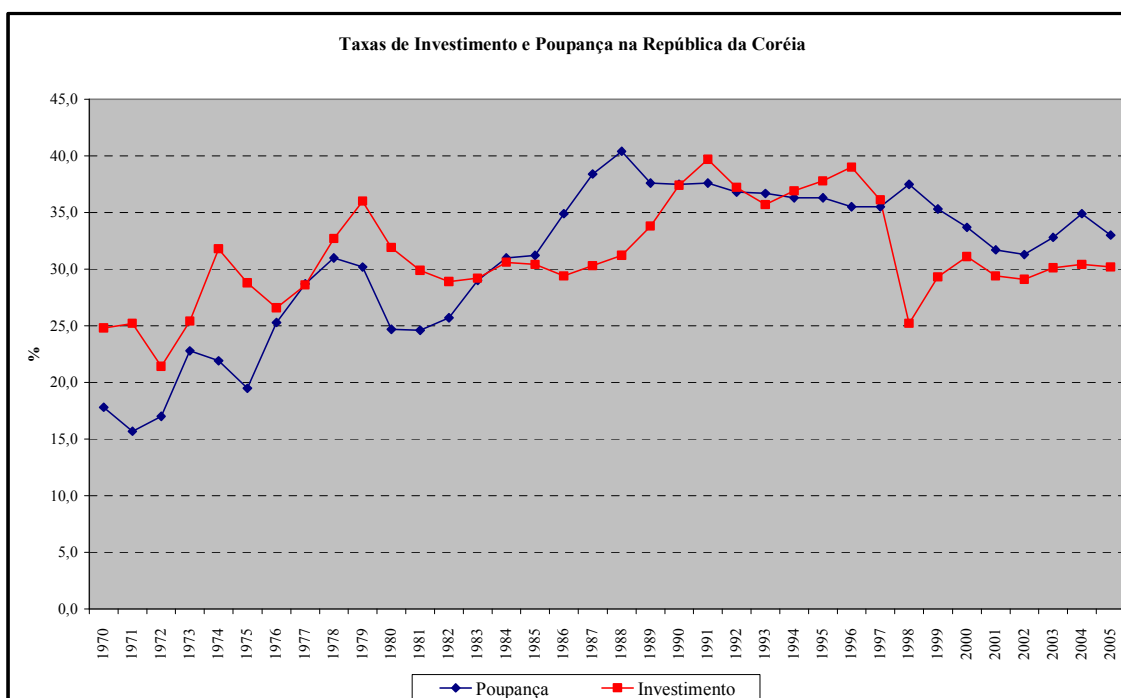
Já naquilo que diz respeito ao investimento, as taxas coreanas tem sido sempre muito elevadas, em um movimento que claramente precedeu a formação, no país, de igualmente elevadas taxas de poupança. O Gráfico 1.3.5 expõe as taxas de investimento na Coreia entre 1970 e 2005, conforme informadas pelo Banco da Coreia. Já o Gráfico 1.2.6 contrapõe as séries de poupança e investimento dos Gráficos 1.2.4 e 1.2.5.

GRÁFICO 1.2.5 – Taxa de Investimento na Coreia, 1970-2005:



Fonte: Banco da Coreia.

GRÁFICO 1.2.6 – Poupança e Investimento na Coreia, 1970-2005:

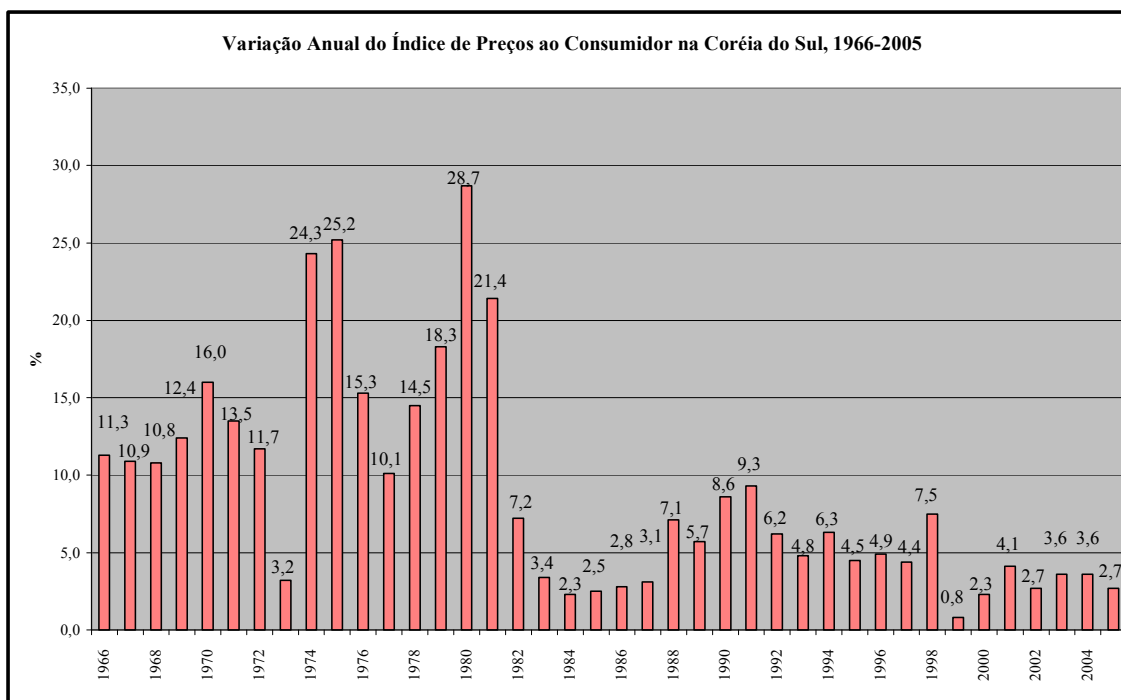


Fonte: Banco da Coreia.

Outro aspecto do “Milagre” coreano bastante enfatizado por seus entusiastas é a suposta manutenção, no país, de taxas moderadas de inflação. Bem, quanto a isto se deve ressaltar que os dados apontam para uma inflação, sem lugar à dúvida, muito menos incômoda do que entre nós latino-americanos. Não obstante, foi só desde os anos 1980 que o Índice de Preços ao Consumidor coreano atingiu um patamar efetivamente baixo.

O Gráfico 1.2.7 mostra as taxas de crescimento do IPC na Coréia do Sul entre 1966 e 2005, conforme divulgado pelo Banco da Coréia. Note que em todos os anos entre 1966 e 1972 e entre 1974 e 1981 o IPC coreano superou a barreira dos 10% ao ano. Além disto, nos anos de 1974-1975 e 1980-1981 — biênios imediatamente posteriores aos dois Choques do Petróleo — o IPC coreano superou o patamar dos 20% ao ano.

GRÁFICO 1.2.7 – Taxa de Inflação Coreana, 1966-2005:



Fonte: Banco da Coréia.

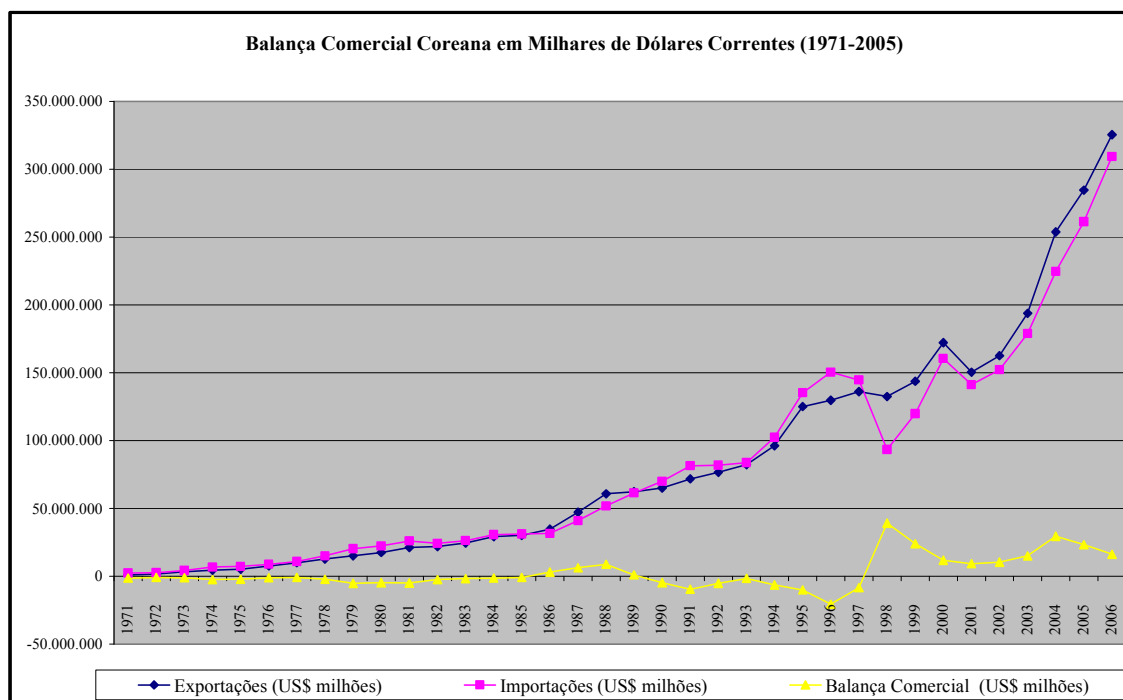
TABELA 1.2.6 – Indicadores Seleccionados de P&D, 1970-1995						
	1970	1975	1980	1985	1990	1995
Pesquisadores por 10.000 habitantes	1,8	2,9	4,8	10,1	16,4	28,6
Número de Laboratórios de P&D nas Corporações	0	12	54	183	966	2.270
Gasto Total em P&D em % do PIB	0,39	0,44	0,58	1,56	1,88	2,71
Gasto Público em P&D em % do PIB	0,3	0,29	0,37	0,39	0,36	0,51
Gasto Privado em P&D em % do PIB	0,09	0,15	0,21	1,17	1,52	2,2
Gasto em P&D por Pesquisador (Milhões de <i>Wõn</i>)	1.874	4.152	15.325	27.853	49.514	73.574
Patentes Requeridas	1.846	2.914	5.070	10.587	25.820	78.499
Fonte: Lee, Won-Young. <i>The Role of science and Technology Policy in Korea's Industrial Policy</i> . In: Kim, Linsu; Nelson, R. R. <i>Technology, Learning, & Innovation</i> . Cambridge: Cambridge University Press, 2004						

Outra característica costumeiramente lembrada do processo coreano de industrialização tem sido o seu destacado zelo pelas questões tecnológicas. Analisemos, então, alguns dados. A Tabela 1.2.6 expõe alguns indicadores relacionados ao tema. Nela, fica evidente o progresso coreano neste campo. O número de pesquisadores por 10.000 habitantes se expandiu formidavelmente entre 1970 e 1995, assim como cresceu o número de laboratórios privados de P&D. O gasto total em P&D aumentou muito ao longo do tempo, e foi no setor privado que se concentrou a maior parte desta expansão. O gasto em P&D por pesquisador também evoluiu muito. Todos estes indicadores

estiveram associados, outrossim, a um enorme aumento no número de patentes requeridas por coreanos.

Mais um predicado costumeiramente mencionado quanto ao processo coreano de modernização diz respeito ao agressivo envolvimento da economia do país no comércio exterior. Os dados realmente indicam que as exportações coreanas foram elevadas da inexpressiva cifra de US\$ 55 milhões, em 1962 (Banco Mundial: 2004: 22), para atingir o valor de US\$ 325.464.848.000 em 2006. Apesar deste insólito ritmo expansivo, não se deve esquecer que o comércio exterior sul-coreano também foi marcado, historicamente, por persistentes desequilíbrios. O Gráfico 1.2.8 traz alguma luz a este tema, revelando a recorrência, no país, de déficits comerciais em vários períodos.

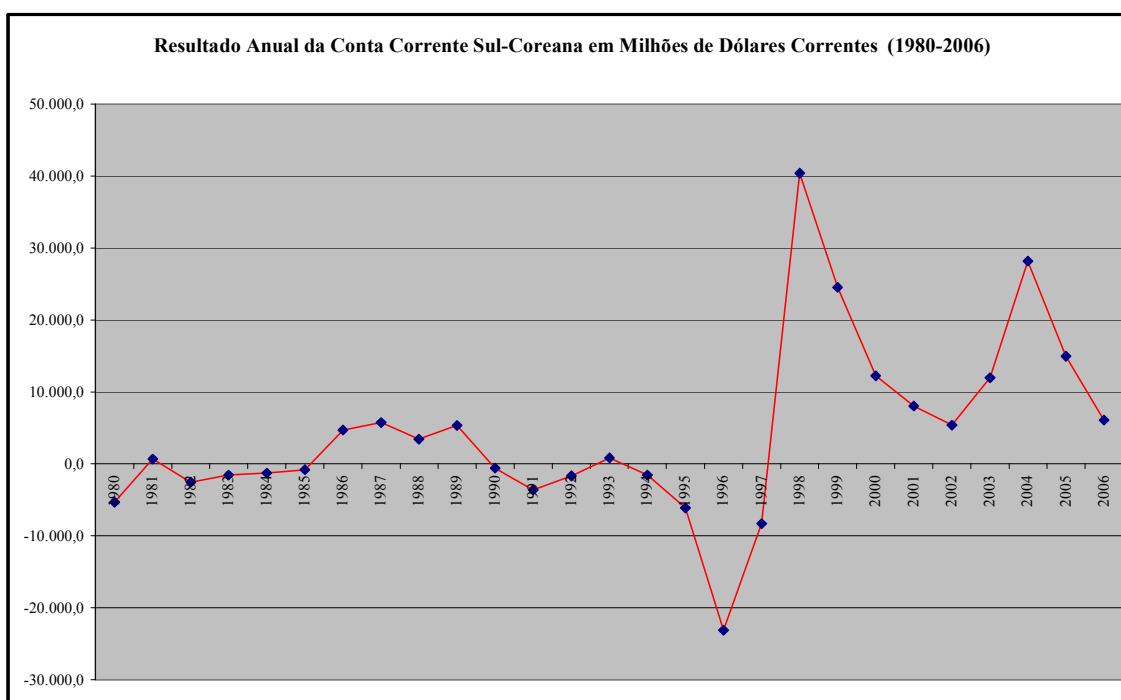
GRÁFICO 1.2.8 – Balança Comercial Sul-Coreana, 1970-2006:



Fonte: National Statistical Office, *Korean Statistical Information System*, pela Internet.

Mas não é apenas no âmbito do comércio exterior que a Coréia se revelaria — assim como nós na América Latina — um país recorrentemente submetido a desequilíbrios. Neste sentido, o Gráfico 1.2.9 analisa os resultados do balanço em conta corrente da República da Coréia. Entre os anos de 1980 e 1985 e, mais recentemente, entre os anos 1993 e 1997, esta conta fechou no vermelho.

GRÁFICO 1.2.9 – Conta Corrente Sul-Coreana, 1980-2006:



Fonte: National Statistical Office, *Korean Statistical Information System*, pela Internet.

Traçado este quadro geral da gênese de uma complexa economia industrial na Península da Coréia, podemos retomar uma história paralela a esta: as características do sistema político sul-coreano ao longo deste período de acelerado crescimento. Faremos isto na próxima seção.

1.3 – Alguns Fatos sobre o Quadro Político Sul-coreano (1945-1997):

Na seção anterior, apresentamos um conjunto de dados animadores sobre a evolução da economia sul-coreana no pós-guerra. Mas a pujança econômica vivenciada pela Coréia do Sul durante o “milagre”, período de acelerado crescimento econômico compreendido entre os anos de 1960 e 1997, seria acompanhada, igualmente, por uma conjuntura política muito repressiva. Convém retomar, então, as características do processo político sul-coreano no pós-guerra, pois sobre ele praticamente não encontramos informações nos elogiosos estudos econômicos que predominam no debate acerca da industrialização sul-coreana.

A história política da moderna Coréia do Sul começa apenas em 1945. É neste ano que, com o fim da invasão nipônica que perdurara desde 1910, o aristocrata coreano Syngman Rhee retorna de um exílio de quatro décadas para dar início à criação, sob a égide norte-americana, da República da Coréia, criada em 1948, em contraposição ao projeto nortista da República Popular da Coréia.

Teoricamente, a Coréia do Sul sob Rhee era um país cujo governo fora eleito “democraticamente”, apesar de que, como nos adverte Benjamin Weems, um observador das eleições de 1948, “A eleição foi virtualmente monopolizada por grupos direitistas fortemente organizados, em geral fiéis a Syngman Rhee. Os extremistas de esquerda, sob liderança comunista, boicotaram a eleição com violência. Os moderados, sob liderança de Kimm Kiusic, ex-presidente interino da Assembléia Legislativa Coreana na Coréia no Sul, e a facção direitista liderada por Kim Koo, último presidente do Governo Provisório Coreano, se abstiveram de participar da eleição pela manifesta razão de que ela impediria a unificação coreana [...]”. Neste contexto, Weems conclui

que “os resultados [do pleito] não são um reflexo acurado da vontade popular, pois o eleitorado teve que escolher dentre uma lista inexpressiva de candidatos, e vinte deles, incluindo Syngman Rhee, não tinham oponentes.”¹²

Syngman Rhee consegue permanecer no poder até 1960, em um período marcado pela Guerra da Coréia e pela perseguição, com apoio do exército norte-americano, das lideranças pró-comunistas no sul, assim como das demais oposições ao governo. No ano de 1960, no entanto, Rhee acaba sendo derrubado por um movimento popular que ficaria conhecido como “Revolução de Abril”. Nesta ocasião, estudantes universitários liderados por professores nacionalistas organizariam manifestações de vulto pelo país, questionando desde a corrupção do regime até o sistema eleitoral viciado. A agenda dos manifestantes se radicalizaria com a renúncia do presidente, passando a abranger questões sobre a liberação nacional e sobre a opressão social. É neste contexto que tem início um ciclo de governos militares que se estenderia até 1993.

O Regime Militar sul-coreano teria início em Maio de 1961, quando um grupo liderado por Park Chung Hee se posiciona em pontos estratégicos de Seul, tomando a cidade, fechando a Assembléia Nacional e banindo toda a atividade política. A rigorosa liderança de Park perduraria duas décadas, até seu assassinato por Kim Chae-Gyu, diretor da Agência Central de Inteligência Coreana — a KCIA —, em 1979.

Com o assassinato de Park, o General Chun Doo Hwan assume o poder em um golpe iniciado em 12 de dezembro de 1979 e concluído em 17 de maio de 1980. A insatisfação popular com a política — em especial com a corrupção — era considerável e, em 27 de maio 1980, eclode uma rebelião que logra tomar a cidade Kwangju, sexta

¹² Transcrito de Weems, Benjamin. *Behind the Korean Election*. Far Eastern Survey, Volume 17, Número 12, pp. 142-147, 23 de Junho de 1948, minha tradução.

maior cidade sul-coreana, e que acaba sendo brutalmente asfixiada pelo regime do General Chun, com um saldo de mais de 2000 mortos. Assim, a Coréia dos anos 1980 continuaria a ser um país politicamente fechado, guarnecido militarmente pelos EUA e, ademais, onde o principal líder da oposição, Kim Dae Jung, estava no exílio. A ditadura sob o General Chun duraria até 1988.

Em 1987, têm início as primeiras eleições diretas na Coréia após as quase três décadas de ditadura. Neste pleito, a oposição civil se divide em dois nomes — Kim Young-Sam e Kim Dae-Jung, que posteriormente também viriam a ser presidentes —. Esta divisão acaba propiciando a derrota de ambos, com a conseqüente vitória de mais um general, Roh Tae Woo, que governaria até 1993.

Em 1990, em um movimento político inesperado, o partido político do General Roh Tae-Woo se funde com o de Kim Young-Sam, um dos opositoristas derrotados no pleito de 1987¹³. Esta aliança permitiria, em 1992, a vitória eleitoral de Kim Young-Sam — agora apoiado também por um amplo espectro de forças conservadoras —, que viria a ser o primeiro civil no poder desde o já longínquo governo de Syngman Rhee (1948-1960).

Com a subida ao poder do civil Kim Yong-Sam, os dois presidentes que governaram a Coréia entre 1980 e 1993 — ou seja: Chun Doo-Hwan e Roh Tae-Woo — foram encarcerados, a despeito da aliança acima citada. O motivo: acusações de

¹³ De um dos candidatos a liderar a oposição civil, Kim Young-Sam metamorfoseou-se em candidato do partido da situação. Fundiram-se, nesta ocasião, o Partido Democrático da Justiça (de Roh Tae-Woo e do General Chun), o Novo Partido Democrático Republicano (de Kim Jong-Pil; fundador da Agência Central de Inteligência Coreana, KCIA, e ex-presidente do partido do General Park, o antigo Partido Democrático Republicano, durante a ditadura), além do Partido Democrático da Reunificação (do ex-oposicionista Kim Young-Sam), criando o Partido Democrático Liberal. Há mais informações sobre o intrincado jogo político que levou a esta fusão de forças conservadoras em Bedeski, Robert E. *The Transformation of South Korea: Reform and reconstruction in the Sixth Republic under Roh Tae Woo, 1987-1992*. Londres: Routledge, 1994.

corrupção, participação no golpe de Estado de 1979 e co-responsabilidade pelo massacre de Kwangju. Roh seria condenado a 22 anos e meio de prisão, enquanto Chun seria sentenciado inicialmente à morte — posteriormente, no entanto, a sentença de Roh foi abrandada para 17 anos e a de Chun para prisão perpétua —.

Apesar de os três presidentes civis coreanos — Kim Young-Sam (1993-1998), Kim Dae-Jung (1998-2003) e Roh Moo-Hyun (desde 2003) — terem sido eleitos segundo as regras do ritual democrático, a existência de um sistema político-eleitoral minimamente competitivo e representativo de camadas mais amplas da população é algo muito mais recente na história coreana. Por exemplo, a eleição de Kim Dae-Jung, em 1997, representou a primeira alternância pacífica de poder ¹⁴ da história sul-coreana — há quem o chame de Mandela da Ásia ¹⁵ —. Também significou a transferência de poder da próspera região de Kyongsang — região de origem dos presidentes Park, Chun, Roh Tae-Woo e Kim Yong-Sam — para a região relativamente deprimida de Chõlla, no sudoeste coreano.

Assim, parece claro que a industrialização sul-coreana foi um processo integralmente conduzido sob uma conjuntura política opressiva. Note que, mesmo que compreendamos este processo de industrialização como um fenômeno que se inicia já em fins do século XIX, veremos que também o período entre 1876 e 1945 fora um período politicamente asfixiante. Pois desde a assinatura do Tratado de Kanhwa, em 1876, a autonomia política da Coréia ante o Japão se tornaria bastante restrita, em um processo que culminaria, em 1910, com a anexação do país pelo Império Japonês.

¹⁴ Alternância do Partido Democrático Liberal, de Kim Young-Sam, para o Partido Democrático do Milênio.

¹⁵ Democrata perseguido por décadas por décadas de ditaduras, Kim Dae-Jung ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2000.

1.4 – Retomando a Concepção *Furtadiana* de Desenvolvimento:

Nas seções anteriores, cuidamos de delimitar o quadro de transformações produtivas e econômico-estruturais vivenciadas pela República da Coreia no pós-guerra, assim como caracterizar o ambiente político que acompanharia tal processo. Já nesta seção, nosso objetivo será o de adotar um conceito específico de desenvolvimento — a saber: aquele que nos foi legado por Celso Furtado —, permitindo que o leitor tenha em mente, com exatidão, o que se deve subentender quando doravante lançarmos mão deste termo. Esperamos que a leitura prévia deste capítulo evite qualquer confusão quando, na conclusão, examinarmos com maior cuidado a premissa comumente aceita de que a Coreia do Sul constitui um caso exemplar de superação do subdesenvolvimento.

Na obra de Furtado, são deixadas de lado as visões mais reducionistas que procuram vincular o processo de desenvolvimento à mera melhoria em indicadores numéricos quaisquer. O processo de desenvolvimento, então, é encarado “[...] como um processo global: transformação da sociedade ao nível dos meios, mas também dos fins; processo de acumulação e ampliação da capacidade produtiva, mas também de apropriação do produto social e de configuração desse produto; divisão social do trabalho e cooperação, mas também estratificação social e dominação; [...]” (Furtado, 1980: XI, grifos meus)

Em toda sua obra é recorrente a idéia de que, para explorar completamente seu campo possibilidades, uma sociedade precisaria perseguir a capacidade de postular objetivos coletivos com um certo grau de autonomia intelectual. Sendo mais específico: para trilhar o caminho do desenvolvimento, não bastaria a um povo apenas assegurar a capacidade de exercer um certo grau de controle social sobre os mecanismos político-

econômicos capazes de tornar exequível a implementação de um determinado projeto social — a despeito de ser este, outrossim, um passo importante —. Este projeto também precisaria adquirir uma certa consistência, traduzindo aspirações sociais verdadeiramente representativas de amplos setores. Além disto, o projeto precisaria ser forjado com a necessária lucidez estratégica, sem ilusões sobre o grau de autonomia detido pelo sistema econômico em questão.

Inspirado pela triste experiência brasileira de crescimento acelerado por longo período, acompanhado de perturbadora persistência dos mais diversos sinais do atraso econômico e do subdesenvolvimento, Furtado adverte que “O aumento da eficácia do sistema de produção — comumente apresentada como indicador principal de desenvolvimento — não é condição suficiente para que sejam melhor satisfeitas as necessidades elementares da população.” (Furtado, 1980: 17). Portanto, para Furtado, o desenvolvimento requer algo mais: “O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. [...] Quando o projeto social dá prioridade efetiva à melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento metamorfoseia-se em desenvolvimento.” (Furtado, 1984: 75, grifos meus) O “Desenvolvimento é, portanto, um processo de recriação das relações sociais que se apóia na acumulação.” (Furtado, 1978: 48)

À luz da premissa de que, “Mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção, comporta um elemento de intencionalidade” (Furtado, 1984: 105), adquire vulto, em Furtado, a preocupação com a dependência cultural. Nas palavras do próprio autor: “A visão que tenho do desenvolvimento é a de um processo criativo, de invenção da História pelos homens, em contraste com o quadro mimético e repetitivo de que são prisioneiras as sociedades dependentes. [...] São dependentes as sociedades que

introjetam valores criados fora delas mesmas, que se transformam de preferência sob a pressão de fatores exógenos, que reproduzem mimeticamente padrões de comportamento surgidos em outros contextos culturais e muitas vezes sem correspondência com sua base material.” (Furtado, 1984: 63-64) Furtado enxerga o mimetismo cultural como um sério entrave ao livre desabrochar de uma criatividade coletiva, isto é, o percebe como uma barreira capaz de obstruir a postulação de fins genuinamente representativos da coletividade, passo entendido como crucial ao verdadeiro desenvolvimento.

Para Furtado, a dependência econômica e cultural e o autoritarismo seriam dimensões distintas de uma mesma dinâmica de subdesenvolvimento: “O sistema dependente perde a capacidade de conceber os próprios fins. Esta a razão pela qual o autoritarismo político a ele se adapta como uma luva. Dependência econômica, tutela cultural e autoritarismo político se completam e reforçam mutuamente.” (Furtado, 1978: 125) Conferindo, como dissemos, extrema importância à liberdade criativa no estabelecimento dos alvos nacionais, Furtado varre da discussão a recorrente crença na existência de um *trade-off* entre liberdade política e possibilidades de desenvolvimento.

Ou seja: “Sendo o desenvolvimento a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade, o autoritarismo, ao bloquear os processos sociais em que se alimenta essa criatividade, frustra o verdadeiro desenvolvimento.” (Furtado, 1978: 80) Ou ainda: “[...] nada é mais indicativo da canalização de forças criadoras para os fins, na vida social, do que a existência de atividade política.” (Furtado, 1978: 88) A efervescência política, enxergada pelo pensamento conservador como uma ameaça à “segurança” que seria necessária ao processo de transformação estrutural, é alçada em Furtado ao patamar de requisito *sine*

qua non à configuração do verdadeiro desenvolvimento. O autor censura, portanto, o raciocínio segundo o qual “Os conflitos sociais, longe de serem uma fonte alimentadora da criatividade política, são percebidos como formas de desperdício de energias da sociedade.” (Furtado, 1978: 79) E, assim, assegura que “A ativação política é condição necessária para que se manifeste a criatividade no plano institucional [...]” (Furtado, 1978: 88)

Em síntese, “Cumpre-nos pensar o desenvolvimento a partir de uma visualização dos fins substantivos que desejamos alcançar, e não da lógica dos meios que nos é imposta do exterior.” (Furtado, 1984: 30) Pois, com base na evidência histórica, “[...] o desenvolvimento das forças produtivas em condições de dependência não engendra as transformações sociais que estão na base da valorização da força de trabalho.” (Furtado, 1978: 69) Sem este elemento crucial que é a criatividade cultural, as nações fora do centro da economia capitalista estão fadadas ao mero intento de reprodução dos padrões de consumo estrangeiros, com todas as conseqüências perniciosas engendradas por este processo — entre as quais, a concentração da renda, a pobreza, o dualismo estrutural, a violência crônica, etc. —.

Ou seja, a gênese de sociedades estruturalmente duais — compostas de uma minoria dotada de condições materiais de mimetizar os padrões de consumo dos países avançados, circundada por uma maioria sobrevivendo em condições materiais abissalmente díspares — deitaria suas raízes na incapacidade sócio-política de fixar, com a necessária consistência e representatividade, os fins coletivos subjacentes ao processo social de acumulação produtiva.

Partindo deste ângulo de análise, Furtado conclui, em fins dos anos 1970, que “Se pomos de lado a China, nenhum outro país de acumulação retardada reúne [ou

reunia] as condições mínimas para escapar ao campo gravitacional da civilização industrial. Os demais são por definição periféricos: se auto-identificam em função das relações que de bom ou mau grado mantém com o centro do sistema capitalista [...]” (Furtado, 1978: 111) Assim, os demais países atrasados pareciam fadados à malfadada busca de mimetizar — em maior ou menor grau e para uma maior ou menor parcela da população — padrões de consumo que somente fariam sentido em sociedades muito mais adiantadas no processo de acumulação.

Cumprir notar que Furtado afirmaria, quatorze anos mais tarde, ainda que de forma bastante apressada e em um texto cujo escopo era outro, que “Porque alcançaram um grau elevado de homogeneidade social e fundaram o próprio crescimento em relativa autonomia tecnológica, cabe reconhecer que a Coreia do Sul e Taiwan lograram superar a barreira do subdesenvolvimento, ainda que a renda *per capita* desses países seja menos de uma quinta parte da do Japão e não supere a de certos países latino-americanos.” (Furtado, 1992: 51)

Todavia, esta breve menção à experiência sul-coreana não parece se coadunar com o restante do arcabouço teórico utilizado pelo autor para tratar a problemática do desenvolvimento. Por exemplo, se Furtado afirma que, naquilo que tange ao desenvolvimento “A questão central continuará a ser a de geração de formas de vontade coletiva na Periferia [...]” (Furtado, 1978: 124), como deixar de considerar a situação política opressiva então vivenciada pela Coreia do Sul?

Como discutimos na seção anterior, se considerarmos que o “Milagre do Han” teria se iniciado em princípios dos anos 1960 — com o advento da ditadura sob Park Chung Hee —, e durado até a Crise da Ásia de 1997, fica claro que todo o “salto” coreano ocorre integralmente durante um período de pesadas restrições às liberdades

democráticas.¹⁶ Fica, então, uma pergunta: como enxergar, no âmbito deste quadro político repressivo, o ambiente de criatividade social e efervescência política que Furtado alçara ao patamar de um requisito estrutural ao verdadeiro desenvolvimento?

Tendo em vista a afirmação de Furtado de que “A característica básica da economia periférica consiste [...] numa dessimetria entre o sistema produtivo e a sociedade. Essa dessimetria manifesta-se sob a forma de heterogeneidade social e de rupturas e desníveis nos padrões de consumo.” (Furtado, 1980: 90), o que parece ter suscitado o comentário de Furtado parece ser o fato de que, a despeito dos óbvios bloqueios à atividade política dos trabalhadores coreanos, estes parecem ter partilhado, em inusitado grau no âmbito do conjunto dos países periféricos, dos frutos materiais propiciados pelo surgimento, no país, de uma sofisticada economia industrial. Por exemplo, durante o período que precedeu o comentário de Furtado — como evidenciado pela Tabela 2.3.1.3 —, houve uma substancial elevação da renda do trabalhador coreano.

A configuração, na Coreia, de uma divisão do “bolo” mais equânime do que aquela que vigorou nos demais países periféricos parece ter sido interpretada por Furtado como uma evidência da existência, neste país, de alguma dinâmica democrática de fato — uma vez que falar em regime democrático de direito¹⁷ soaria, como aqui exposto, absurdo —. Enxergando as coisas deste prisma, esta dinâmica hipotética teria sido capaz de subordinar os rumos da acumulação, em alguma medida e de algum modo, aos interesses da coletividade. Conjectura esta que seria aparentemente corroborada

¹⁶ A análise mais acurada dos dados sobre a economia coreana nos permite embasar bem esta periodização. Entre 1954 e 1960, a taxa média de crescimento real do PIB foi, na Coreia do Sul, de minguidos 4% ao ano. Já entre 1961 e 1970, esta cifra subiu para 8,4% ao ano. Entre 1971 e 1980, os dados apontam para 7,1% ao ano. No período subsequente, entre 1981 e 1996, este ritmo atingiria 8,9% ao ano. Já entre 1997 e 2005, porém, o ritmo do crescimento coreano foi de apenas 4,1%. Ou seja, de fato, o período de alto crescimento coincide exatamente com um período de liberdade altamente restringida.

¹⁷ Pois no “milagre coreano”, a ditadura claramente é o regime político típico.

pelas freqüentes menções na bibliografia aos êxitos sul-coreanos em suas tentativas de dominar ramos mais nobres da geração de tecnologia. Ou pela aparentemente agressiva inserção comercial coreana. Ou pelos enormes avanços registrados pelo país no campo educacional, etc.

Evidentemente, a existência da Coreia do Norte socialista pode ser encarada um elemento capaz de ensejar o exercício de um livre-arbítrio, digamos, mais prudente por parte das elites dominantes sul-coreanas, conduzindo a uma maior justiça distributiva. Mas daí a inferir a existência de espaço criativo suficiente à germinação de uma “vontade coletiva” consistente no país, parece um passo largo em demasia.

Contudo, é preciso lembrar que o próprio Furtado considerou, em diversas ocasiões, a possibilidade de uma dinâmica de dependência em que os frutos do “progresso” fossem partilhados por camadas mais amplas da população — como o próprio Furtado ensina, o Uruguai seria o “caso limite”¹⁸ —, sem que isto alterasse em sequer um milímetro a relação de dependência estrutural em relação ao centro do sistema capitalista e, portanto, configurasse um processo de subdesenvolvimento.

Ou seja: em circunstâncias históricas muito específicas, os frutos do crescimento poderiam, por que não, ser relativamente melhor distribuídos, mesmo sem o surgimento prévio de mecanismos capazes de forjar uma vontade coletiva relativamente autônoma. Portanto, mesmo a despeito do comentário sobre a Coreia acima transcrito — que, convém frisar, é um comentário apressado em um texto cujo escopo era outro —, procuraremos repensar, nos próximos capítulos, a história da industrialização coreana como uma industrialização nos marcos da dependência e do subdesenvolvimento.

¹⁸ Nas palavras de Furtado: “Em casos extremos a modernização [dos padrões de consumo] pode abarcar o conjunto da população conforme ocorreu no Uruguai” (Furtado, 1980: 86).

CAPÍTULO 2 – A Coréia do Sul como “Modelo”: Retomando o Debate Dominante Sobre o “Caso Coreano”

2.1 — Introdução:

Durante os anos 1960, 1970 e 1980, a Coréia teve uma performance digna de nota em quase todos os indicadores relacionados ao desempenho de sua economia, como analisamos em detalhe no capítulo anterior. Estes bons resultados atraíram a curiosidade de muitos especialistas no Ocidente. Muitos deles tomaram para si, então, a tarefa de apontar as razões desta extraordinária expansão.

Como veremos nas seções a seguir, o objetivo mais típico destas empreitadas analíticas era desvendar qual seria o “motor” do crescimento coreano: um conjunto de políticas econômicas isoláveis e preferencialmente passíveis de replicação nos demais países atrasados. Caracteristicamente, estas análises se concentravam naquilo que ocorreu na economia do país desde a criação da República da Coréia, em 1948. Sua estratégia investigativa mais comum era separar a história da República em dois períodos, a saber: 1) o governo de Syngman Rhee (1948-1960) e, 2) o período que se inicia depois de Revolução Abril de 1960, cujo ápice foi o governo ditatorial do general Park Chung Hee (1961-1979)¹⁹. Comparava-se, então, o desempenho econômico apresentado pelo país em cada ocasião, numa tentativa de explicar, a partir do arcabouço político-econômico vigente em cada momento, as diferenças de performance apresentadas pela economia ao longo do tempo.

Como veredicto mais usual, condenava-se o rol de políticas da administração de Rhee, quando o crescimento econômico do país foi brando. De modo análogo, exaltava-se o conjunto de políticas implantadas sob o governo Park, caracterizado pelo

¹⁹ Oficialmente, o período de governo do General Park se estendeu de 1963 até seu assassinato, em 1979. Não obstante, ele deteve o poder de fato também entre 1961 e 1963, quando presidiu o Supremo Conselho para Reconstrução Nacional.

significativo crescimento econômico. Das características deste último período procurava-se indicar, então, uma “receita” para os demais países subdesenvolvidos.

Seria possível dividir tais estudos, grosso modo, em duas grandes linhas interpretativas. Como procuraremos demonstrar, a primeira é marcada pela filiação às premissas gerais da teoria neoclássica que, tipicamente, destaca os “fundamentos corretos” supostamente ali vigentes — estrutura produtiva aberta e competitiva e estabilidade econômica —, pré-requisitos tidos como capazes de induzir o investimento privado. A acumulação de capital físico e humano seria, então, o “motor do crescimento”, à luz do respeito ao princípio das vantagens comparativas. Aqui e ali, estes autores podem atribuir alguma importância ao Estado, mas seu elemento distintivo é a concepção de que o deslanche do processo de crescimento prescinde de qualquer orquestração por parte deste.

Já a segunda vertente é de inspiração marcadamente heterodoxa: destaca o papel crucial dos Estados na promoção do desenvolvimento — seja montando a infra-estrutura, criando empresas públicas, distorcendo os mecanismos de preços, elegendo setores prioritários, financiando e subsidiando os projetos industriais, reduzindo os riscos do investimento, disciplinando a mão-de-obra, investindo em ciência e tecnologia, etc. —. A livre ação das forças do mercado não é compreendida, assim, como capaz de fornecer os estímulos corretos para a promoção do crescimento econômico.

Vejamos detalhadamente, então, algumas das interpretações mais difundidas acerca da industrialização coreana.

2.2 – O “Milagre do Rio Han” numa Acepção Ortodoxa:

2.2.1 – Paul Kuznets e o Neoclassicismo Estrito:

Paul W. Kuznets é autor de um dos mais antigos trabalhos que procuram explicar a emergência de uma Coréia industrial. Em seu trabalho, o papel do Estado não é reconhecido, em nenhum momento, como instrumento relevante para a instauração do formidável ciclo de crescimento econômico sul-coreano. Toda a análise de Paul Kuznets repousa, assim, sobre as transformações estruturais vivenciadas pelo país: do campo para a cidade, de setores pré-modernos para setores modernos, de alta fecundidade para baixa fecundidade. Estes movimentos teriam ocorrido paralelamente ao fim de uma era de políticas intervencionistas, com a conseqüente adoção de um arcabouço político-econômico mais liberal. Para Kuznets, como procuraremos demonstrar, o respeito às leis de mercado explicaria, sozinho, o propalado “milagre”. Se o Estado teve algum papel ativo no desenvolvimento industrial coreano, este teria sido o de entrave ao livre desenvolvimento das forças produtivas, durante o governo Syngman Rhee (1948-1960).

Para o autor, uma das características mais relevantes do crescimento econômico coreano teria sido o crescente peso assumido pelo comércio exterior na economia. Como evidência, Kuznets cita que a razão entre a soma das exportações com as importações e o Produto Nacional Bruto teria crescido de 12%, no triênio 1953-55, para 13%, no triênio em 1960-62, antes de atingir 44% no período 1970-72 (Kuznets, 1977: 69). O “crescimento da Coréia foi, então, um crescimento puxado por exportações” (Kuznets, 1977: 82, tradução minha).

Segundo o autor, tal performance exportadora teria estado assentada nos custos salariais relativamente baixos vigentes no país, decorrentes da abundância de mão-de-

obra, da fraqueza dos sindicatos e da urbanização. Assim sendo, a elevação do nível salarial, já marcante no período em que escrevia, punha em xeque a estratégia exportadora coreana. Seu sucesso futuro iria depender, assim, da conservação da vantagem comparativa em setores intensivos em trabalho, ou do desenvolvimento de novas vantagens competitivas, o que não seria improvável dado o cenário de intensa mudança estrutural vivenciado pelo país (Kuznets, 1977: 102).

A modernização coreana teria sido caracterizada, ainda, por um forte processo de deslocamento intersetorial da força de trabalho, abandonando atividades onde o produto por trabalhador era baixo em busca de atividades mais produtivas. Isto é, a população deixava de ser predominantemente ligada ao campo para se envolver crescentemente em atividades urbanas. Assim, o produto médio por trabalhador teria aumentado de 136.000 *Wõn*, no triênio 1953-55, para 151.000 *Wõn*, no triênio 1960-62, e alcançado 249.000 *Wõn* no período 1970-72 (Kuznets, 1977: 53-56, 88). O autor conclui, portanto, que o “crescimento acelerado depois de 1960-62 foi caracterizado, na Coréia, por um câmbio estrutural radical” (Kuznets, 1977: 87, minha tradução).

Além disto, o sucesso da estratégia coreana desde o governo Park Chung Hee, advoga o autor, estaria alicerçado no combate às distorções nos mecanismos de mercado, cuja persistência, por sua vez, seria o mero corolário das políticas de substituição de importações implantadas no país durante o governo Rhee. Entre estas medidas liberalizantes, Kuznets enxerga, sem penetrar muito nos detalhes, um suposto fim das restrições às importações e a adoção de uma política econômica liberal, que teria encorajado o aprofundamento da eficiência produtiva (Kuznets, 1977: 86-91).

Não custa advertir — já problematizando — que a Coréia do Sul estava, à época, sob o regime autoritário de um general que se celebrizaria por uma certa máxima

proferida no ano 1972: “aço = poder nacional” (Cumings, 1984: 32). Mesmo assim, o autor conclui que o programa de governo de Park “promoveu uma reestruturação na qual medidas de política liberal foram adotadas para encorajar as forças de mercado que estimulariam a performance econômica” (Kuznets, 1977: 91, minha tradução). Além disto, no contexto de *laissez-faire* enxergado pelo autor, “déficits comerciais e transferências líquidas do resto do mundo teriam fornecido recursos para o uso doméstico na Coreia que, de outro modo, teriam estado indisponíveis” (Kuznets, 1977: 75). Conclusão: as políticas substitutivas de importações teriam, unicamente, inibido o crescimento do país no período anterior (Kuznets, 1977: 49).

Sem devotar muito espaço ao assunto, o autor descarta de antemão qualquer impacto decisivo da ajuda americana sobre a economia coreana: “o custo de manter equipamentos militares super-dimensionados deve ser minimizado pela assistência recebida para suportá-los e pelos possíveis benefícios econômicos gerados pelas atividades militares” (Kuznets, 1977: 91, minha tradução).

Os argumentos aqui esboçados, que adiante se revelariam ajustados ao Consenso de Washington e, talvez por isto, tenham sido tão replicados pela grande mídia, não foram capazes de saciar os espíritos neoclássicos mais cuidadosos. Por isto, outros autores desta “escola” penetrariam mais profundamente no “caso coreano”, produzindo análises mais bem fundamentadas, ainda que com conclusões semelhantes. Adiante veremos um destes trabalhos, pouco posterior ao de Kuznets.

2.2.2 – Anne Krueger e o “Desenvolvimento pelas Exportações”:

Um outro estudo muito difundido sobre a modernização coreana é o de Anne Krueger, que ocupou o cargo de economista-chefe do Banco Mundial entre 1982 e 1986 e integra os quadros diretivos do Fundo Monetário Internacional entre 2001 e 2006. Filiada ao pensamento neoclássico, Krueger argumentará que o “motor” do crescimento coreano seria seu crescente envolvimento no comércio mundial. Mas ela admite que o Estado coreano tenha tido seu papel, apoiando e incitando a inserção exportadora do país. Não obstante, à luz das vantagens comparativas detidas pelo país, o respeito às leis do mercado — leia-se: o respeito aos “preços corretos” — é que seria a essência de tamanho sucesso. Mas o Estado teria tido, sim, uma certa relevância.

A autora começa afirmando, já na introdução, a premissa central de seu raciocínio: “compreender o papel do comércio [internacional] e da ajuda [americana] é crucial para interpretar a história econômica recente da Coreia” (Krueger, 1982: 2, minha tradução). Fiel a esta hipótese de trabalho, a autora inicia sua argumentação fazendo um balanço do legado colonial japonês naquilo que tangia ao comércio exterior. Segundo ela, a balança de pagamentos coreana havia sido fortemente negativa durante o período colonial, com as importações excedendo as exportações em 28%, na média do período entre 1936 e 1939. Isto era um corolário do forte investimento japonês em sua mais importante colônia. Mais de 85% das importações coreanas se originaram do Japão entre 1936 e 1939. A importância da metrópole como mercado para os produtos de exportação coreanos era de ordem semelhante (Krueger, 1982: 7).

Após a derrocada do Império Colonial Japonês, a administração militar americana assumiria o controle da parte meridional da Coreia. Como consequência do fim dos

laços que uniam a colônia à sua antiga metrópole, o comércio exterior coreano foi reduzido a uma minúscula fração daquilo que fora antes da II Guerra, permanecendo assim durante a Guerra da Coréia. É neste contexto que surge a ajuda externa norte-americana. Anne Krueger faz uma pormenorizada análise quantitativa da magnitude deste apoio americano à Coréia do Sul, mostrando o quanto sua economia havia se tornado dependente dos Estados Unidos. Os dados que a autora apresenta, especialmente aqueles relativos aos anos 1950, são realmente impressionantes. A ajuda externa teria chegado a atingir o pico de 86,6% das importações totais coreanas no ano de 1957. (Krueger, 1982: 8-10, 67).

De acordo com Krueger, o auxílio americano fora concebido para servir a três propósitos de cunho geo-estratégico: 1) estabelecer uma Coréia “livre” e independente, 2) tornar a Coréia um país forte o suficiente para contribuir com a estabilização do Continente Asiático e, 3) fazer do país um arquétipo de democracia na Ásia (Krueger, 1982: 12-13). Neste contexto, o governo americano abriu seu cofre à Coréia com inusitada generosidade, como se evidencia pelos dados esmiuçados na Tabela 2.2.2.1.

TABELA 2.2.2.1 - Ajuda Total Recebida e sua Importância, 1953-1960								
Ano	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
Ajuda total recebida em milhões de dólares	201,2	179,9	236,7	293,7	382,9	321,3	222,2	245,4
Importações totais em milhões de dólares	345,4	243,3	341,4	386,1	442,1	378,2	303,8	343,5
Ajuda como % das importações	58,3	73,9	69,3	76,1	86,6	84,9	73,1	71,4
Fonte: Krueger (1982: 67) <i>apud</i> BANK OF KOREA, Economic Statistics Yearbook, 1960 e 1974 e FMI, International Financial Statistics, Maio de 1976.								

A autora confere, também, alguma importância analítica a certos fatores extra-econômicos. Neste contexto, Krueger reconhece que, paralelamente à ajuda material, a administração militar americana exerceu outros papéis construtivos para o deslanche da economia coreana. Dentre eles, talvez um dos mais significativos tenha sido o de fazer com que a taxa de alfabetização pulasse de 20%, imediatamente após a Liberação, para 71% apenas dois anos e meio mais tarde (Krueger, 1982: 23).

Ainda segundo Krueger, o legado americano vai além. Outra medida apontada seria a distribuição de terras promovida pelo governo de ocupação. Após a capitulação dos japoneses, cerca de 487.621 acres²⁰ foram vendidos a 502.072 agricultores. Isto representou 96% daquilo que havia sido propriedade dos japoneses. Além disto, a Constituição elaborada pelos americanos previa a realização de uma reforma agrária nas demais terras do país, o que fez com que, entre 1949 e o princípio da Guerra da Coréia, a maioria dos aristocratas rurais fracionasse e colocasse à venda suas terras, temendo o baixo valor das indenizações a serem pagas pelo governo (Krueger, 1982: 19-21).

Porém, a despeito da generosidade do governo americano, Anne Krueger argumenta que, como resultado da separação da economia coreana de seu antigo centro gravitacional — o Japão — e, além disto, como consequência da destruição provocada pelas guerras, a economia se manteve estagnada até 1953. Somente a partir daí seria possível falar em crescimento econômico no país (Krueger, 1982: 41).

Mas retornemos aos elementos econômicos. À luz das conclusões da autora, configurou-se na Coréia um peculiar sistema de substituição de importações. Nele, a ajuda externa, e não as exportações, geravam os recursos necessários à montagem do setor interno. Evidencia-se, aí, o quão dependente do fluxo de ajuda americana era a

²⁰ Cada acre equivale a 4.046,8564224m².

Coréia: o país precisava de ajuda tanto para o funcionamento cotidiano — por exemplo, no caso do suprimento de gasolina —, quanto para a continuidade da consolidação de seu parque produtivo. Mas, segundo a autora, esta dependência não parecia afligir o então presidente Syngman Rhee, que parecia dar a continuidade da ajuda como algo certo (Krueger, 1982: 58, 75, 78).

Esta postura mudaria a partir de 1957, quando autoridades americanas começaram a deixar claro que o volume de ajuda teria que diminuir e, assim sendo, o arcabouço político-econômico coreano teria que mudar. É neste contexto que o período entre 1960 e 1965 seria um divisor de águas na estratégia de crescimento coreana. A partir daí, a extroversão predominaria sobre a substituição de importações (Krueger, 1982: 80-82). Os dados da Tabela 2.2.2.2 demonstram que a ajuda externa realmente não cresceu neste período, a despeito do nada desprezível crescimento da economia coreana. Após 1972, segundo a autora, a ajuda passaria à história (Krueger, 1982: 152).

TABELA 2.2.2.2 - Ajuda Total Recebida, 1961-1965					
Ano	1961	1962	1963	1964	1965
Ajuda total recebida em milhões de dólares	192,8	245,5	252,3	164,8	176,9
Fonte: Krueger (1982: 113), conforme dados do USAID.					

Em síntese, para Krueger (1982: 82-158) as políticas de substituição de importações do governo Syngman Rhee teriam sido incapazes de reverter a dependência externa do país e, assim, a única saída disponível para o país teria sido a inserção exportadora, o que teria acontecido sob o General Park. Passados mais alguns anos, esta

nova estratégia de crescimento seria apregoada como um “modelo” para os demais países atrasados. Os resultados coreanos são de fato impressionantes: as exportações saltaram de US\$ 250 milhões, em 1966, para US\$ 835 milhões, em 1970, US\$ 1.624 milhões, em 1972 e, US\$ 5.081, em 1975. A autora sentencia: “o sucesso da guinada para a promoção de exportações foi realmente fenomenal” (Krueger, 1982: 99, 117, tradução minha).

É importante notar que o papel do Estado nesta estratégia, reconhecido aqui como importante, teria passado ao largo da distorção de preços, pelo menos pelo lado das exportações ²¹. O Estado teria adotado uma política de preços realista que, valendo-se das vantagens comparativas do país, teria ensejado a inserção internacional do país. As medidas de estímulo discricionário enxergadas pela autora teriam sido, então, de outra natureza. Um exemplo bem sucedido deste tipo de intervenção teria sido a criação de uma agência de promoção das exportações — a KOTRA — destinada a dar aos exportadores assistência de marketing e qualidade. Outro exemplo teria sido a criação de um mecanismo de metas de exportação, punindo quem não cumpria tais metas com a suspensão da licença de importador. Um terceiro mecanismo teria sido a entrega da Medalha de Honra Nacional aos mais florescentes exportadores (Krueger, 1982: 97-99).

Além do estímulo às exportações, a autora destaca, também, o forte ingresso de capital externo sob a forma de empréstimos para o sistema bancário, principalmente a partir da reforma nas taxas de juro internas em 1965. Tal fluxo de divisas teria servido para minorar as conseqüências da redução da ajuda externa (Krueger: 1982: 143-144). A Tabela 2.2.2.3 apresenta os resultados desta política para o endividamento coreano.

²¹ Do lado das importações, segundo a autora, as restrições teriam continuado.

TABELA 2.2.2.3 – Dívida Externa Líquida, 1959-1975	
Ano	Endividamento Externo Líquido Acumulado desde 1959 (em milhões de US\$)
1959	6,7
1960	11,6
1961	14,3
1962	69,2
1963	156,0
1964	197,4
1965	301,3
1966	524,3
1967	954,3
1968	1.568,4
1969	2.097,4
1970	2.570,0
1971	3.044,2
1972	3.601,9
1973	4.481,9
1974	5.869,4
1975	6.695,8
Fonte: Krueger (1982: 145), conforme dados do Economic Planing Board.	

Expostos os argumentos da autora, parece sensato finalizar esta apresentação com dois questionamentos suscitados pela obra acima. O primeiro é referente à natureza da ajuda americana. Em toda a sua argumentação, Anne Krueger parece circunscrever a importância das doações ao equilíbrio do setor externo da economia coreana. Mas de que forma estes 15 anos de vultuosos donativos americanos afetariam as contas públicas da Coreia? De que forma a faceta fiscal da ajuda teria facilitado a construção do Estado nacional coreano? Estas questões não são trazidas à tona pela autora.

Segundo, como a própria autora nos informa, ao passo que os Estados Unidos resolveram reduzir a ajuda, passaram a acolher uma crescente parcela das exportações da Coreia. A participação americana pulou de 35,2% das exportações coreanas em 1965

para 47,3% em 1970. Só em 1975 esta participação voltaria ao patamar de 1965 (Krueger, 1982: 137-138), quando, agora sob a égide americana, o Japão reassume decisivamente sua antiga liderança regional. Será que a autora acredita que este movimento foi mera obra do acaso ou da ação livre das forças de mercado? Esta discussão está ausente em sua análise.

Na próxima seção, discutiremos outra análise neoclássica do caso coreano: a visão oficial do Banco Mundial, que atribui ao Estado coreano um papel mais proeminente do que Anne Krueger, porém severos riscos desencorajariam quaisquer tentativas de replicação de tal modelo por demais países.

2.2.3 – A Posição do Banco Mundial e os “Fundamentos Corretos”:

A partir do famoso Acordo do Plaza, em 1985, no qual o governo japonês concordou com a apreciação do Iene ante ao Dólar, o poderoso MITI — o Ministério do Comércio Internacional e da Indústria do Japão — devotou grande zelo às demais nações asiáticas. Estes países eram então enxergados como o abrigo ideal para a indústria exportadora japonesa que, a partir daquele momento, teria certamente muita dificuldade em continuar exportando a partir do Japão, dadas as pressões americanas. Neste contexto, o MITI, reduto de defensores de políticas industriais ativas, lançou o Plano de Desenvolvimento das Novas Indústrias Asiáticas, em 1987, objetivando assegurar o apoio necessário para investimento japonês na Ásia. No mesmo ano, foi lançado o “Fundo de Desenvolvimento ASEAN-Japão” (Terry, 1995).

Como o Japão buscava restabelecer uma posição de liderança na sua antiga periferia, era natural que desejasse transmitir aos países receptores de seus capitais o seu próprio conceito de “boa gestão econômica”. O problema era que este conceito, de

extrema relevância político-internacional, assumia significados diametralmente opostos em Washington e Tóquio, provocando freqüentes atritos. Neste contexto, o então diretor do Banco Mundial para o Japão, Masaki Shiratori, começou a pressionar a instituição para a realização de estudos sobre um assunto então negligenciado: política industrial. Assim, o Japão oferecia US\$ 3,5 milhões de dólares, a fundo perdido, para a realização de vários estudos sobre o tema. Os japoneses pareciam seguros, então, que não haveria malabarismo teórico capaz de provar que o crescimento japonês não fora alicerçado nas políticas ativas do MITI (Terry, 1995). Dani Rodrik, muito perspicazmente, batizou esta querela teórica de “King Kong encontra Godzilla”, em referência ao embate entre as arraigadas visões japonesa e americana sobre um tema tão delicado (Rodrik, 1996).

É no contexto deste encontro que Lewis Preston, recém empossado presidente do Banco Mundial, aceita a oferta japonesa. E é ao custo de US\$ 1,2 milhão, paradoxalmente financiados pelo governo japonês, que surge o estudo chamado “The Asian Miracle”, que se tornaria um símbolo da visão da instituição, sob hegemonia do pensamento neoclássico, acerca das bases do crescimento acelerado na Ásia. No fim das contas, o relatório reiterou a preferência neoclássica pelo foco na gestão macroeconômica, admitindo, porém, que governos com burocracias fortes e independentes sejam capazes, ocasionalmente e sob muitos riscos, de emitir sinais corretos ao investimento. Isto é, na arena da promoção das exportações, ao menos, as burocracias asiáticas teriam se provado eficazes em originar estímulos adequados. Só que com uma ressalva: os riscos pareciam desencorajar a tentativa de replicação destas políticas por outras nações (Terry, 1995).

Examinemos mais detalhadamente as conclusões deste estudo. Segundo o Banco Mundial (1993: iii, iv, 5-6), o extraordinário crescimento vivenciado pela Coreia seria

explicado pela acelerada acumulação de capital físico e humano que, na Ásia de modo geral, teria sido alocado de modo especialmente eficiente, privilegiando investimentos em setores competitivos, dotados de um destacado potencial para a aquisição e o aprendizado tecnológicos. Tal acumulação teria sido possibilitada pela realização de um conjunto de investimentos tipicamente norteados pelo mecanismo de preços de mercado, com distorções mínimas, capazes de encorajar a aplicação dos recursos em atividades de alto retorno. O respeito à eficiência na alocação de recursos teria tornado possível um acelerado crescimento no volume das exportações, estimulando a absorção de tecnologias estrangeiras; algo que, inclusive, teria se revelado crescentemente valioso conforme a mão-de-obra coreana foi se tornando relativamente menos barata.

Em consonância com as posições acima expostas, a instituição reiterou sua costumeira preocupação com o cultivo de um bom ambiente de negócios. Destacou, então, a importância, como imperativo para as economias em desenvolvimento, de se perseverar na defesa de uma política econômica ciosa do valor dos “fundamentos” econômicos corretos (Banco Mundial, 1993: 7-10).

Não obstante, como já destacamos, o Banco Mundial reconhece aplicação pontualmente produtora de políticas que teriam violado o regime de incentivos neutros. Nas palavras da instituição, “[...] em algumas poucas economias, principalmente no Nordeste da Ásia, as intervenções do governo parecem ter, em algumas instâncias, resultado em um crescimento mais alto e mais igualitário do que, de outro modo, teria acontecido. Todavia, os pré-requisitos para o sucesso foram tão rigorosos que, em outros países, formuladores de políticas tentando seguir um caminho similar falharam” (Banco Mundial, 1993: 7-10, tradução minha). Para a instituição, ativismo estatal teria sido justificado pela existência, na Coreia, assim como em outros países asiáticos, de

falhas de mercado significativas — tais como falta de mecanismos capazes de incitar a de fluidez nas informações, ou a quase generalizada ausência de um mercado de risco — (Banco Mundial, 1993: 10).

Mesmo assim, a instituição mantém uma ressalva. Só teria sido possível ao Estado intervir sem gerar ainda mais distorções, numa vã tentativa de combater as deformidades previamente diagnosticadas, em razão da lúcida instituição, ali, das “recompensas segundo desempenho”. Isto é: o Estado coreano teria fixado metas racionais, firmemente consistentes com as vantagens comparativas do país e, então, distribuído subsídios de curta duração, premiando aqueles que alcançassem as metas com mais subsídios e punindo, severamente, aqueles que não as alcançassem. Teria sido evitado, assim, o temido *rent-seeking* (Banco Mundial, 1993: 11).

Ainda assim, a visão da instituição é que o sucesso destas intervenções possui requisitos demasiado exigentes. Por exemplo, a cultura é tida como importante para explicar a notável força das burocracias locais. A relevância de componentes exógenos reforçaria, então, a visão da instituição de que a replicação de tais políticas por outros países deveria ser firmemente desaconselhada. Nas palavras da instituição: “[...] o fato de que as intervenções foram um elemento das histórias de sucesso de alguns países do Leste Asiático não deve se tornar uma razão para que se resista às reformas orientadas para o mercado” (Banco Mundial, 1993: 33, minha tradução).

Como, para a instituição, o significado do ativismo estatal teria sido o de compensar as falhas de mercado, o estudo conclui que, na prática, desde os anos 60 a estrutura industrial coreana teria evoluído exatamente conforme seria de se esperar em face às vantagens comparativas baseadas na disponibilidade de fatores. Em uma conclusão certamente desconcertante para os burocratas do MITI, se as políticas

discrecionárias tiveram ali alguma importância decisiva, esta atingiu seu auge no contexto de uma economia pré-capitalista e destroçada pela guerra — portanto, cheia de falhas de mercado —; à medida que as falhas de mercado foram escasseando, o que explicaria mesmo o êxito coreano seria o crescente respeito aos mecanismos de preços (Banco Mundial, 1993: 29-30). O presente estudo simplesmente confirmaria, assim, as conclusões de um outro relatório mais antigo da instituição, segundo o qual, tão logo as falhas de mercado foram minoradas pelo processo de desenvolvimento, o governo da Coreia teria se tornado cada vez mais neutro (Banco Mundial: 1984: 78).

A insatisfação de pesquisadores ligados ao MITI com os métodos de pesquisa utilizados no Estudo foi demonstrada em diversas ocasiões. Masaki Shiratori, em especial, demonstrou-se perplexo com a metodologia utilizada pela pesquisa. Em um simpósio realizado conjuntamente pelo Banco Mundial e pelo Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina (OECE), realizado em 3 de dezembro de 1993, Shiratori insistiu que, no caso japonês, tomando suas próprias palavras, estava convencido de que o segredo do então sucesso japonês foi que seu “governo interveio ativamente para promover indústrias específicas com elevado potencial de crescimento” (Citado por Terry, 1995, minha tradução). Sua opinião, sem lugar à dúvida, poderia ser generalizada para o resto da Ásia; em particular, para a Coreia do Sul. A polêmica continuou e este estudo acabou ensejando a realização de muitos outros, especialmente no Japão, mas não apenas, desafiando suas conclusões e reafirmando a extrema relevância da política industrial para a superação do subdesenvolvimento.

Não obstante, valendo-se de métodos econométricos e evitando discussões mais detalhadas sobre o processo de edificação industrial de cada país, foi possível ao Banco Mundial, ainda que provocando bastante polêmica nos círculos acadêmicos,

especialmente os asiáticos, apresentar uma justificativa teórica, corporificada neste estudo, para a continuidade da aplicação de seu rol costumeiro de políticas. E isto a despeito do surgimento, cada vez mais freqüente, de especialistas que levantavam, em estudos mais detalhistas e de pretensões menos universais²², a extrema valia das políticas industriais ativas para o crescimento econômico acelerado verificado na região. Este grupo de especialistas receberá nossa atenção na próxima parte deste capítulo.

2.3 – O “Milagre do Rio Han” numa Acepção Heterodoxa:

2.3.1 – Alice Amsden e a Exaltação da “Distorção dos Preços Relativos”:

Em 1989, Alice Amsden, professora do *Massachusetts Institute of Technology*, publicou um trabalho que se tornaria referência obrigatória no âmbito do que ficou conhecido como interpretação “revisionista” ou “estatista” do desenvolvimento da Ásia Oriental. Em *Asia's Next Giant*, a autora penetra profundamente nas características da gestão macro-econômica sul-coreana, procurando desconstruir, com base em elementos factuais, a premissa neoclássica de que o desenvolvimento industrial sul-coreano teria ocorrido de forma praticamente espontânea, como corolário do crescente envolvimento do país no comércio exterior, à luz do respeito às suas vantagens comparativas estruturais. Assim, Amsden atacou o argumento de que os preços internos de mercado teriam sido fiéis, na Coreia, aos níveis vigentes internacionalmente. E a autora foi além: argumentou que a decisão deliberada do governo de distorcer estes preços é que teria sido, como veremos adiante, a verdadeira “receita” do sucesso sul-coreano.

²² Note que o relatório em questão não tem mais que 40 páginas, destinadas ao tratamento de políticas aplicadas em algumas dezenas de países por algumas dezenas de anos.

Assim como os autores que examinamos na seção anterior, Alice Amsden estava em busca de um “modelo” a ser seguido pelos demais países em desenvolvimento. Nas palavras da própria autora: “Um país como a Coreia pode servir como um modelo útil, do qual outros países que aspiram se industrializar podem aprender” (Amsden, 1989: vi, minha tradução). Neste contexto, a “lição” coreana parecia ser a intervenção inteligente por parte do Estado, encarnada na instituição de subsídios deliberadamente instituídos de modo a distorcer os preços relativos e criar oportunidades de investimento lucrativas, em setores discricionariamente eleitos. Isto é: “[...] não apenas a Coreia não teve preços relativos corretos, ela deliberadamente os tornou ‘incorretos’” (Amsden, 1989: 139, minha tradução, grifo meu). Mas isto não seria tudo: “Em troca dos subsídios, o Estado impôs padrões de performance às empresas privadas” (Amsden, 1989: 8, minha tradução) e coordenou, assim, o ritmo e os rumos do processo de edificação, naquele país, de uma sofisticada economia industrial.

Assim sendo, para a autora, a Coreia somente cresceu aceleradamente por ter violado, decidida e perspicazmente, os dogmas da sabedoria convencional. Sob sua ótica, o subsídio serviria como o símbolo da industrialização tardia, não somente na Coreia, mas no Japão, em Taiwan, nos países latino-americanos, etc. Ao invés de confiar no mercado como mecanismo de alocação de recursos, o Estado teria promovido ativamente a edificação do edifício industrial, seja escolhendo áreas prioritárias, seja estimulando decididamente as exportações, encorajando a absorção e geração interna de tecnologias, distribuindo financiamento a taxas de juros subsidiadas, promovendo a concentração industrial, etc. (Amsden, 1989: 139-155).

A ação estatal seria mister, argumenta a autora, devido a uma série de contradições estruturais existentes nas economias atrasadas que somente o Estado seria

capaz de mediar. O crescimento, para atingir o ritmo necessitado por estes países, requeria baixas taxas de juros para estimular os investimentos, porém altas taxas de juros para induzir as pessoas a poupar. Requereria um câmbio sub-valorizado para estimular as exportações, porém um câmbio super-valorizado para minimizar o custo do serviço da dívida externa e das importações. Requereria forçosa proteção alfandegária para as indústrias nascentes, porém inevitável abertura comercial para poder atender suas necessidades de importação. O papel do Estado, por conseguinte, seria o de mediador das forças do mercado (Amsden, 1989: 13).

Para a autora, a suposta vantagem comparativa detida pelos países de baixo nível de renda nos setores intensivos em trabalho não passava de uma ilusão: “[...] baixos salários eram uma benção ambígua” (Amsden, 1989: 63). Se, por um lado, seja na Coreia ou em outras paragens, o baixo nível salarial teria sido funcional aos intentos de inserção exportadora no âmbito dos bens intensivos no fator trabalho, esta característica estrutural também esteve, por outro lado, associada ao baixo poder aquisitivo vigente no mercado doméstico dos países atrasados e, a reboque, à sua baixa taxa de poupança e às suas elevadas taxas de juros.

Além disto, segundo Alice Amsden (1989: 68), até nos setores onde a sabedoria convencional enxergava as tais “vantagens comparativas”, o desenvolvimento somente se fez possível mediante uma política industrial que deliberadamente tornasse viável o investimento industrial. Porquanto a Coreia, ainda que com custo relativamente baixo de mão-de-obra, não era capaz de competir com o Japão nem mesmo no setor têxtil, caracteristicamente intensivo em trabalho.

Alice Amsden (1989: 77) comparou a “liberalização” supostamente praticada pela Coreia, durante o governo Park Chung Hee, com a “Invencível Armada” espanhola:

para a autora, durante algum tempo se acreditou que o episódio da Armada teria sido um divisor de águas na história europeia, mas hoje, argumenta a autora, se percebe que seu efeito foi menor. Não foi ele quem dividiu a cristandade — isto já havia ocorrido —, ele não impediu o fluxo de metais preciosos para a Espanha — o pico ocorreu depois da derrota da Armada —, nem trouxe supremacia colonial à Inglaterra — cujos esforços coloniais abateram-se depois de 1558 —. De modo análogo, como argumenta a autora, a “liberalização” coreana teria motivado o regozijo de muitos analistas liberais, mas o tempo demonstraria que seu efeito de longo prazo foi, na prática, pífio. Na Tabela 2.3.1.1, é possível verificar que o investimento direto externo na Coreia, por exemplo, foi preservado em um patamar absolutamente inexpressivo.

TABELA 2.3.1.1 – Investimento Externo Direto, 1965-1985	
Ano	Investimento Externo Direto em Porcentagem do PNB
1965	0,73
1970	0,16
1975	0,81
1976	0,25
1977	0,18
1979	0,17
1980	0,25
1981	0,23
1982	0,28
1983	0,36
1984	0,52
1985	0,65
Fonte: Amsden (1989: 77), segundo o Ministério das Finanças coreano.	

Alice Amsden argumenta ainda que os estudos que se valem da taxa de câmbio vigente na Coreia, dela inferindo uma suposta conformidade com a manutenção dos preços em um patamar “realista”, incorrem em um ingênuo erro metodológico: para a autora as exportações coreanas teriam sido fortemente subsidiadas e o afã exportador

das empresas teria sido fortemente influenciado pela coerção do Estado em seus múltiplos canais de pressão. Já pelo lado das importações, mesmo após a “liberalização” dos anos 80, as tarifas de importações eram em média de 30%. Neste contexto, a taxa de câmbio perde seu significado analítico. Além do mais, o preço mais relevante de todos — o crédito de longo prazo — teria sido tão evidentemente distorcido que seu custo era negativo em um país com brutal escassez de capital (Amsden, 1989: 144-145).

Alice Amsden (1989: 84-88) ainda afirma que, se no capitalismo a quinta essência da função de empreendedor é decidir o que, quanto e quando produzir, a liderança do governo na Coreia do Sul torna necessário que se re-defina o escopo deste papel. Pois o tipo de Estado implantado neste país tendia a se envolver tanto no planejamento nacional, quanto no planejamento corporativo. A indústria, na Coreia, tinha seu desenho formulado a partir de cima. Segundo a autora, entre 1972 e 1984, as indústrias leves teriam apresentado uma lucratividade maior do que as indústrias pesadas em quase todos os anos. Portanto, a iniciativa de diversificar o espectro da produção, em particular em direção aos setores intensivos em capital, provinha necessariamente do Estado, uma vez que a complexidade destes projetos requeria um pacote de incentivos mais possante, de modo a tornar o investimento atrativo.

Esta liderança estatal, argumenta Alice Amsden (1989: 39-40), remontaria à própria seleção discricionária dos principais agentes da burguesia nacional, o que teria sido posto em prática durante o governo de ocupação, após o desfecho da II Guerra. Nesta ocasião, algumas firmas teriam sido deliberadamente apadrinhadas pelo governo, recebendo divisas para importar materiais escassos — grãos e fertilizantes — que, por sua vez, eram revendidos no mercado interno a preços de monopólio. Estas firmas recebiam, ademais, empréstimos a taxas subsidiadas e isenções de impostos. Também

obtinham contratos especiais em projetos governamentais de grande porte. Assim sendo, o enriquecimento ilícito não teria sido circunscrito a nenhum setor específico da economia coreana; na verdade, teria sido um fenômeno generalizado.

Com o passar do tempo, o papel de empreendedor teria se tornado cada vez menos uma prerrogativa do Estado. Não obstante, a economia do país se aproximava, cada vez mais, de um grande *joint-venture* entre o Estado e algumas poucas famílias capitalistas extremamente dependentes dele, num contexto de enorme e crescente concentração industrial — a Tabela 2.3.1.2 expõe o enorme valor das vendas combinadas dos dez maiores *chaeböl* frente ao PNB —. O poder do Estado, assim, continuou muito grande, demonstrando que a “liberalização” enxergada pelos analistas ortodoxos seria mera fantasia. Entre 1967 e 1979, por exemplo, o setor público respondeu por 1/3 dos empréstimos contraídos pelo país no exterior (Amsden, 1989: 91).

TABELA 2.3.1.2 – Vendas Combinadas dos Dez Maiores <i>Chaeböl</i>, como Porcentagem do PNB, 1965-1985	
Ano	%
1974	15,1
1975	17,1
1976	19,8
1977	26,0
1978	30,1
1979	32,8
1980	48,1
1981	55,7
1982	57,6
1983	62,4
1984	67,4
Fonte: Amsden (1987:116), <i>apud</i> Kim, Seok Ki (1987). Business concentration and government policy : a study of the phenomenon of business groups in Korea, 1945-1985.	

A autora também afirma que o nível de concentração da indústria coreana conseguiu a proeza de ser ainda maior do que aquele vigente no Japão. Apesar disto,

merece menção o fato de que houve um ambiente de intensa competição entre os *chaeböl*, tanto pelo mercado doméstico como pelo mercado exterior. Como o governo fixava os preços dos principais produtos, os conglomerados competiam com base em fatores alheios à peleja por melhores preços. Primeiro, eles competiam por favores e licenças do Estado. Segundo, eles se engalfinhavam por contratos de licenciamento técnico com agentes estrangeiros. Terceiro, eles concorreriam no mercado com base em qualidade e prazo de entrega (Amsden, 1989: 123, 129-130). Neste contexto, estratégia de expansão das grandes empresas era, por excelência, a diversificação.

Apesar da manifesta “distorção” nos preços relativos promovida astutamente pelo Estado, a magnitude desta “distorção” teria sido, conforme os argumentos da autora, de menor grau na Coréia do que nos demais países então engajados em processos de industrialização. Isto teria ocorrido devido ao engenho da fixação, por parte do Estado, de padrões de performance coercitivamente impostos ao setor privado, tornando desnecessário um maior volume de subsídios e demais intervenções nos mecanismos de preços (Amsden, 1989: 145-146). A autora conclui, então, que “Os grandes grupos empresariais na Coréia foram um produto da harmonia entre os interesses do Estado e do empreendimento privado” (Amsden, 1989: 136).

Além disto, a estratégia de industrialização do país teria sido feita em conformidade com as condições vigentes no mercado de trabalho coreano. Ou seja, enquanto a mão-de-obra do país era relativamente barata, o investimento teria privilegiado setores intensivos em trabalho — tais como têxteis, vestuário, perucas, eletrônicos leves e compensados de madeira —. Conforme a mão de obra foi se tornando mais cara, o investimento teria sido redirecionado para setores mais intensivos

em capital — tais como navios, aço, maquinário, automóveis e computadores — (Amsden, 1989: 154-155).

Mas este movimento de encarecimento da mão de obra guardava pouca relação com a oferta e a demanda de trabalhadores. Como explicitado na Tabela 2.3.1.3, o custo da mão-de-obra coreana subiu consideravelmente durante os anos 1970, a despeito do grande contingente de trabalhadores pobres ainda vivendo no campo e da elevadíssima segmentação do mercado de trabalho — no qual as mulheres, que ganhavam muito menos do que os homens, ainda constituiriam uma inesgotável fonte de trabalho ultra-barato — (Amsden, 1989: 189-190). Assim, o “comportamento dos salários reais deve então ser examinado não apenas em termos de oferta e demanda, mas também em termos de instituições e história” (Amsden, 1989: 199-200, minha tradução).

TABELA 2.3.1.3 – Variação Real de Salário no Setor Não-agrícola, Brasil e Coréia do Sul, 1970-1984		
1970 = 100		
Ano	Coréia	Brasil
1970	100	100
1971	102	110
1972	104	114
1973	119	119
1974	130	119
1975	131	127
1976	154	129
1977	187	134
1978	219	142
1979	238	134
1980	227	130
1981	225	118
1982	241	115
1983	251	97
1984	276	84
Fonte: Amsden (1989: 196).		

Expostos os argumentos da autora, um questionamento permanece: que fatores teriam conferido ao Estado sul-coreano tamanha autonomia para fazer aquilo que bem entendesse, em uma trajetória ultra-intervencionista aparentemente inflexível desde o início dos planos quinquenais? Se o que autora buscava era um “modelo”, qual a possibilidade concreta de aplicação deste rol de políticas sob outro contexto histórico, geográfico, político, social e cultural? A própria autora reconhece, na página 147, que a voz da classe trabalhadora era inexpressiva nos anos 1960, o poder dos aristocratas rurais havia sido minado pela reforma agrária e, além disto, não havia financistas atrapalhando o Estado. Mas a autora, infelizmente, dedica a tais peculiaridades muito pouca atenção. Adiante, veremos mais uma contribuição heterodoxa.

2.3.2 – Otaviano Canuto e o “Capitalismo Tardio” Coreano:

Logo após a publicação do trabalho de Alice Amsden, a América Latina entraria em um tortuoso ciclo de crises que culminaria com o depauperamento de suas então vigorosas experiências desenvolvimentistas. A Coréia, não obstante, manteria o passo de sua modernização “estatista” e intervencionista, cujo alicerce somente viria a ser estremecido no fim dos anos 1990, com o retorno das eleições livres e da internacionalização produtiva. A comparação entre este país e nós latino-americanos passaria, assim, a ser cada vez mais freqüente, pois nossos colegas orientais começavam a ostentar indicadores de desenvolvimento que os colocavam na soleira do dito “mundo desenvolvido”, ao passo que nossas economias patinavam em um atoleiro, sem perspectiva plausível de saída. É neste contexto que surge, em 1994, o livro de Otaviano Canuto, cujo intuito central é fornecer uma explicação para as diferentes performances apresentadas pelos dois países durante os anos 1980 e 1990.

Economista então ligado à UNICAMP, Otaviano Canuto deu prosseguimento, na contribuição em questão, à proposta revisionista de João Manuel Cardoso de Mello, qual seja: repensar a história econômica dos países em desenvolvimento como a história do nascimento e do desenvolvimento de capitalismo tardios, onde o rumo da economia estaria complexamente determinado — em primeira instância, por fatores internos e, em última instância, por fatores externos (Mello, 1998: 186-187) —. Isto é: assim como definido na Introdução de “O Capitalismo Tardio”, redigida por de Luís Gonzaga Belluzzo, propunha-se “repensar a história latino-americana [e, por que não, de toda a periferia,] como a formação e o desenvolvimento de um certo capitalismo”. Nas palavras do próprio Otaviano: “Pretendemos abordar a dinâmica dos *Newly Industrializing Countries* enquanto experiências de industrialização tardia e periférica dentro do contexto da divisão internacional do trabalho” (Canuto, 1994: 18).

Fiel à sua filiação, Canuto fez uso de duas estratégias distintas para elucidar o descolamento da performance coreana daquela dos demais países do Terceiro Mundo após 1982. A primeira foi analisar, com grandeza de detalhes, as características de gestão da política industrial coreana, buscando elementos pré-existentes que tivessem permitido à Coreia reagir mais eficazmente que nós às turbulências que sacudiriam o Terceiro Mundo entre 1973 e 1982. A segunda foi valer-se de elementos de ordem geoestratégica que tivessem contribuído para que o tratamento conferido à Coreia do Sul, no contexto da Crise da Dívida, fosse distinto daquele conferido a nós latino-americanos.

No que tange à sua análise das políticas industriais implantadas na Coreia desde o governo Park Chung Hee, o posicionamento de Otaviano Canuto é, sobretudo, bastante similar ao de Alice Amsden. Primeiramente, este autor também destaca a extrema importância do crédito na indução das atividades industriais selecionadas pelo Estado.

Adverte, assim, que os cinco maiores bancos comerciais coreanos permaneceram sobre o controle público desde o início do governo Park Chung Hee até sua privatização, em 1981-83. No ano de 1972, para se reter um exemplo, o autor cita que 87% do valor agregado gerado no sistema financeiro estava localizado em órgãos públicos. Neste contexto, o Estado coreano tinha o controle de cerca de $\frac{2}{3}$ dos recursos disponíveis no país para investimento. Todo este poder governamental teria sido, então, deliberadamente utilizado pelo Estado para guiar o investimento rumo aos objetivos escolhidos, mediante o estabelecimento de taxas de juros diferenciadas e disponibilidades de crédito discricionariamente instituídas (Canuto, 1994: 41-42).

Canuto chama nossa atenção, também, para a relevância da segmentação do mercado financeiro coreano, bipartido entre um setor oficial e outro semi-legal, onde vigiam taxas de juro muitíssimo mais elevadas do que no sistema oficial. Este sistema dual era, em si mesmo, um forte instrumento de coerção na mão do Estado: quem não cumprisse as metas estabelecidas podia ser punido com a exclusão do sistema financeiro público, o que geralmente representava a ruína (Canuto, 1994: 42-43).

Mas a importância do Estado na orquestração do desenvolvimento industrial coreano não se circunscreveria, argumenta Canuto, somente à esfera financeira. Na Coreia do Sul teria havido, nas palavras do autor, “um dirigismo caracterizado pela busca de antecipação diante dos desdobramentos da industrialização — como nos preparativos, já em meio ao boom exportador de manufaturas leves, nos anos 60, para transitar à etapa pesada” (Canuto, 1994: 43). Portanto, “A industrialização exportadora, em lugar do *laissez-faire*, tivera como suporte a articulação do Estado-capital em torno do planejamento manifesto nos atributos de antecipação, seletividade, flexibilidade e

coerência, com os quais o poder fiscal, financeiro e regulador das transações com o exterior [...] foi discricionariamente acionado” (Canuto, 1994: 43, grifos meus)

Para citar alguns dos demais mecanismos de intervenção apontados pelo autor, o governo teria instituído incentivos fiscais e utilizado a política de compras públicas para estimular a industrialização, além de ter regulado o fluxo de importações conforme as necessidades do setor produtivo, mediante a utilização de restrições quantitativas, disciplinado a entrada de capital estrangeiro, controlado o acesso a divisas, estabelecido os termos das negociações sobre licenciamento tecnológico, promovido condições adequadas de escala mediante o estímulo à concentração industrial, investido em infraestrutura e criado uma enormidade de empresas públicas. Além disto, como já apontado, ao Estado teria cabido a tarefa de antecipar os desdobramentos do crescimento, preparando a indústria e o ambiente econômico para a entrada nas etapas subseqüentes. Em síntese: aliança entre o Estado e o grande conglomerado coreano, o *chaeböl*, teria sido a verdadeira origem do sucesso coreano. O Estado teria concebido o “industrialismo”, escolhido o setor privado como seu agente executor e garantido as condições objetivas de realização de seu projeto, mediante estímulos econômicos e coercitivos (Canuto, 1994: 41-55).

À luz de todo este arsenal intervencionista, a conclusão do autor era, lucidamente, que “O êxito asiático decorreria da coesão interna em seus Estados e de seu grau de ‘autonomia relativa’, quer por fatores culturais e sócio-políticos anteriores, quer por peculiaridades na constituição de seus Estados no pós-guerra”. E, assim sendo, as “[...] diferenças de desempenho entre os *Newly Industrializing Countries* asiáticos e latino-americanos” corresponderiam a “distintos graus de capacidade de implementação em suas políticas governamentais” (Canuto, 1994: 57). Mas Otaviano Canuto, a despeito

desta conclusão, não penetrará mais densamente nos determinantes de toda esta autonomia interna e, exceto no que tange aos importantes efeitos da “vizinhança benigna” com o Japão, deixará de se debruçar sobre a relevância da conjuntura externa — no contexto da Guerra Fria — para compreensão do espectro dentro do qual esta autonomia interna poderia ser exercida. Mesmo assim, no âmbito das vantagens usufruídas pela Coreia do Sul como decorrência de sua proximidade do Japão, a análise feita pelo autor é bastante completa; seguramente um avanço em relação às quatro contribuições anteriores.

Segundo o autor, entre 1980 e 1982, a dívida externa total coreana cresceu de US\$ 20 bilhões para US\$ 37 bilhões. Já a dívida externa como proporção do PIB teria subido de 35,8% para 53,9%, entre 1979 e 1985 (Canuto, 1994: 111). Como, então, a Coreia teria conseguido atravessar, com tamanho endividamento e sem sobressaltos mais graves, o período crítico da Crise da Dívida? Segundo Canuto, somente é possível compreender este movimento quando se tem em vista o interesse estratégico que o Japão detinha na Coreia. Com respeito a este tema, o autor esclarece que os empréstimos líquidos feitos pelos bancos americanos aos coreanos caíram de US\$ 2,3 bilhões em 1981 para US\$ 0,7 bilhões em 1983. Isto significou, segundo o autor, uma reversão dos fluxos de pagamento líquido de US\$ 2,5 bilhões entre 1984 e 1985. Porém, indo na contramão, os bancos japoneses e novas formas de captação de divisas teriam sido capazes de preencher este vazio — bônus e títulos similares teriam aumentado, na composição do ingresso de crédito na Coreia, de 1,6% entre 1977 e 1981, para 10% em 1982 e 25,3% em 1984 — (Canuto, 1994: 9, 112). Além disto, o patrocínio dos bancos japoneses à reestruturação coreana teria tido uma contrapartida em termos de transferência de tecnologia (Canuto, 1994: 121). O autor conclui, então, que “A

vizinhança benigna [...] explica em boa medida o sucesso sul-coreano” (Canuto, 1994: 10).

Mesmo neste contexto, Canuto ressalta a importância da boa gestão: “[...] houve competência por parte do Estado e da grande empresa privada para aproveitar, com méritos próprios, as oportunidades de ingressar diretamente na Terceira Revolução Industrial. Isso singulariza a experiência da Coreia do Sul – o único caso de industrialização tardia e periférica em condições de saltar para o restrito clube dos países avançados” (Canuto, 1994: 10). Ainda quanto a isto, o autor afirma que, desde 1981, teria havido um enorme crescimento da participação dos bancos públicos no estoque da dívida externa. Quando estes bancos foram privatizados, tendo sido adquiridos primordialmente pelos *chaeböl*, os credores não se assustaram em rolar dívidas que, em última instância, estavam associadas a grandes conglomerados com forte presença nos quatro cantos do globo. Assim, o autor conclui que “nenhum vínculo estratégico com firmas ou com o Estado japonês teria sido condição suficiente para seu ajuste estrutural, caso [a Coreia] tivesse atravessado a crise com uma estrutura da dívida em que a responsabilidade dos encargos estivesse [...], associada à insolvabilidade” (Canuto, 1994: 113-114).

Mas que contexto anterior, político, histórico ou mesmo econômico, teria permitido que os conglomerados coreanos tivessem se tornado tão agigantados? A concentração industrial fora decorrente de políticas governamentais? Se sim, como o Estado coreano adquiriu tal poder de coordenação da atividade econômica? Canuto não nos fornece nenhuma pista.

Cabe sugerir, então, algumas reflexões gerais: se Canuto aceita a importância analítica do contexto histórico para a viabilização de um modelo com o formato daquele

que vigorou na Coreia, por que não penetrou mais densamente neste contexto? Em seu trabalho, é conferida uma importância crucial ao papel desempenhado no Japão durante a reestruturação que se seguiu à Crise da Dívida. Por que, então, não explorar o papel do governo de ocupação americano e da ajuda externa americana para a constituição do Estado e dos grupos empresariais coreanos, sem falar na reforma agrária e no deslanche do processo de educação em massa? Por que não explorar o papel da Guerra Fria e da Guerra do Vietnã nos horizontes de inserção exportadora da Coreia?

Bem, reconhecemos que o trabalho de Otaviano Canuto representa um avanço em relação ao de Alice Amsden, para quem o Estado coreano parece flutuar em um universo de autonomia aparentemente irrestrita. Mas, nos próximos capítulos, argumentaremos que é preciso ir adiante na discussão do contexto internacional em que se inscrevia a Coreia do Sul, acreditando ser ele, na verdade, uma variável absolutamente crucial para explicar por que uma sociedade com as características da sul-coreana conseguiria empreender, do modo descrito por Amsden, tamanha mutação produtiva com o ritmo e com os resultados distributivos ali observados.

Na próxima seção examinaremos um outro autor heterodoxo, Fernando Fajnzylber, que, em relação a Otaviano Canuto, enumera um conjunto maior de interferências histórico-conjunturais na edificação do parque produtivo sul-coreano.

2.3.3 - Fernando Fajnzylber e a “Transformação Produtiva com Equidade”:

Após o fracasso de várias experiências latino-americanas de industrialização pela estratégia de “substituição de importações” — culminando com um quadro de

estagnação ou semi-estagnação em praticamente todo o continente —, surgira uma conjuntura histórica fecunda para o questionamento teórico do chamado “nacional desenvolvimentismo”. Tipicamente, esta inflexão assumiria a forma de uma retomada, na região, do liberalismo econômico enquanto matriz hegemônica de reflexão econômica. Mas esta não seria a única via de questionamento teórico das políticas econômicas então vigentes.

Desde meados dos anos 1970, Fernando Fajnzylber, economista chileno ligado à CEPAL, esteve à frente de uma série de pesquisas sobre o processo de industrialização ou, mais especificamente, sobre as raízes econômicas, sociais, institucionais e históricas da competitividade internacional dos parques produtivos de alguns países, focalizando suas análises tanto em economias avançadas — especialmente os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha Ocidental —, quanto em países de industrialização mais recente — como os diversos países latino-americanos, além de Hong Kong, Singapura e, sobretudo, Taiwan e Coréia do Sul —. As pesquisas comparativas desenvolvidas por Fajnzylber semeariam as bases de um amplo movimento de “revisão” no pensamento *cepalino*, culminando com a publicação do documento “*Transformación Productiva con Equidad*”, pedra angular do neo-estruturalismo, em 1990.

De modo geral, Fajnzylber argumentava que a inserção virtuosa no comércio internacional se fundava na gestação prévia de um ambiente interno capaz de estimular a competitividade sistêmica da economia nacional. Neste sentido, ele destacaria que “[...] no mercado internacional competem não apenas empresas. Se confrontam também sistemas produtivos, esquemas institucionais e organismos sociais, entre os quais a empresa constitui um elemento importante, mas integrado por uma rede de conexões ao sistema educacional, à infra-estrutura tecnológica, às relações gerencial-laborais, ao

aparato institucional público e privado, ao sistema financeiro, etc.” (Fajnzylber, 1988: 22-23, minha tradução)

Na visão de Fajnzylber, o sucesso de países como o Japão e a Alemanha Ocidental em suas estratégias nacionais de inserção produtiva internacional decorria, principalmente, de sua destacada habilidade em criar um ambiente de negócios capaz de respaldar a internacionalização de suas empresas. Este ambiente, para o autor, ia muito além daquilo que tangia estritamente à esfera empresarial. Na verdade, os dados sobre competitividade examinados por ele “[...] incorporavam reflexões sobre temas muito mais amplos, tais como: educação e formação de recursos humanos, infra-estrutura, relações trabalhistas, preservação do meio-ambiente, aparato institucional público e privado, sistema financeiro e outros.” (Suzigan *et al*, 2003: 7)

O norte da estratégia de desenvolvimento latino-americana deveria ser, à luz das conclusões do autor, a criação de uma infra-estrutura econômico-tecnológica, um aparato de proteção sócio-ambiental e um marco jurídico-institucional capazes de ensejar a competitividade “autêntica” das empresas aqui instaladas. Entre os requisitos necessários à configuração deste ambiente favorável à competitividade do sistema econômico de um país, Fajnzylber destacava:

- i. A capacidade de alocar os recursos disponíveis para investimentos em setores estratégicos;
- ii. A existência de uma legislação trabalhista capaz de promover a melhora do padrão de relacionamento entre trabalhadores e empresas;
- iii. A presença de redes de cooperação horizontal entre as empresas;
- iv. A capacidade de manter um nível elevado de investimentos, pois este era um fator central para assegurar o aumento da produtividade do trabalho;

- v. A capacidade de manter um nível elevado de gastos em P&D;
- vi. A disposição de reformar a educação, de modo a preencher as necessidades renovadas de qualificação de mão-de-obra;
- vii. A existência de políticas para estimular a absorção de progresso técnico e aquisição de vantagens competitivas, e;
- viii. A adoção de políticas macro-econômicas capazes de impedir a recorrência de desequilíbrios macro-econômicos — entre estas políticas, é possível destacar: o estímulo à poupança e a restrição das importações não essenciais —.

À esta competitividade “autêntica”, Fajnzylber contrapunha a competitividade “espúria”, fundada em fatores de competitividade válidos sob a ótica micro-empresarial, mas jamais sob o ponto de vista nacional, quais sejam: recorrentes desvalorizações cambiais, seguidas de severas restrições ao poder aquisitivo interno, o baixo custo da mão-de-obra, subsídios financeiros abundantes à atividade exportadora, margens de lucro negativas no mercado exterior, compensadas por margens exorbitantes no mercado interno, benefícios fiscais, etc.

Em suma, a competitividade “autêntica” se distinguia da “espúria” especialmente em duas dimensões: (1) a competitividade “autêntica” era mais sustentável — seja política, ecológica ou financeiramente — e, (2) a competitividade “autêntica” era mais compatível com a busca por maior equidade social. Neste contexto, o legado de Fajnzylber, morto prematuramente em 1991, lançaria as “[...] bases conceituais para a ‘transformação produtiva com equidade’, que viria a ser a nova mensagem oficial da CEPAL nos anos 90” (Suzigan *et al*, 2003: 6)

Como dissemos, a análise de Fernando Fajnzylber partiria de uma comparação entre vários países em diferentes estágios de desenvolvimento da estrutura industrial. De um lado, o autor devotou atenção aos países industriais mais avançados — Estados Unidos, Japão e Alemanha Ocidental —. De outro, o autor examinaria as bases da competitividade de dois países periféricos que, naquela época, vivenciavam processos ímpares de crescimento industrial — Coreia do Sul e Taiwan —. Nos próximos parágrafos, retomaremos algumas considerações do autor acerca do processo de industrialização do Sudeste Asiático.

Ao contrário dos cinco autores analisados anteriormente, Fajnzylber descartaria explicitamente a existência de um “modelo” econômico asiático, reproduzível em outros lugares sob quaisquer circunstâncias (CEPAL, 2006: 147). Ao examinar a história de Taiwan e Coreia do Sul, o autor identificaria ali um contexto internacional bastante específico, ao qual deveria, sim, ser atribuído parte de seu sucesso industrial. Retomemos, então, alguns elementos deste contexto apontados pelo autor.

Fajnzylber destacaria, analisando simultaneamente os dois países, que “[...] a ajuda econômica proporcionada durante a década de 60 desempenhou uma função importante ao outorgar solvência em uma fase crítica da gestação destes modelos de industrialização.” Além disto, “As considerações econômicas e geopolíticas que tendiam a favorecer a política de industrialização exportadora [...] encontram numerosas ilustrações na ‘condescendência’ com que os Estados Unidos aplicam regulamentos comerciais a estes países.” (Fajnzylber, 1981: 134-135, minha tradução) Assim, os interesses geo-estratégicos dos Estados Unidos são reconhecidos como importantes para a compreensão do acelerado crescimento industrial da região.

Outro elemento conjuntural destacado pelo autor como importante para a apreensão das bases do dinamismo de Coréia e Taiwan era “A intensificação da competição entre os países desenvolvidos, o encarecimento da mão de obra nestes países e o surgimento de modalidades de comercialização pelas grandes cadeias de supermercados [...]” Neste contexto, explica o autor, as empresas dos países desenvolvidos “[...] encontram na vocação industrializadora e exportadora dos países asiáticos, e em sua concentração nos bens de consumo, uma resposta estritamente funcional.” Ao mesmo tempo, “a profunda transformação industrial que experimenta o Japão [...] encontra na expansão dos países asiáticos um expediente que lhe permite compensar a perda de sua competitividade em produtos intensivos em mão-de-obra, com a canalização para aqueles países dos bens de capital requeridos por seu crescimento industrial interno e exportações” (Fajnzylber, 1981: 134, minha tradução). Assim sendo, os interesses das empresas dos países avançados e, especificamente, das empresas japonesas, são também destacados por Fajnzylber como fatores importantes para compreender os rumos do processo de industrialização do Sudeste Asiático.

Não obstante o reconhecimento destas contribuições do ambiente internacional ao dinamismo de Taiwan e Coréia do Sul, Fajnzylber também destacaria uma série de fatores internos responsáveis, acima de quaisquer outros elementos, pelo sucesso da região. Convém reter que, para o autor, a ação estatal está presente, com diferenças de intensidade e sutilezas nas modalidades de intervenção, seja na Coréia, em Taiwan, em Singapura ou em Hong Kong. Entre os fatores internos destacados por Fajnzylber, figuram:

- i. A vocação “industrializadora” dos Estados nacionais;

- ii. A definição de prioridades setoriais e de políticas econômicas integrais de apoio a setores selecionados;
- iii. A articulação com um setor empresarial dotado de vontade e vocação “industrializadora”;
- iv. A passividade laboral e a fragilidade das organizações sindicais, e;
- v. Uma política maciça de capacitação da mão-de-obra.

Como já destacado, aos fatores internos acima descritos devemos somar os fatores internacionais supracitados, pois estes teriam reforçado e estimulado o crescimento industrial e a inserção internacional “autêntica” de Coréia e Taiwan. (CEPAL, 2006: 207-211) Mas o foco da análise de Fajnzylber, é importante reter, são as virtudes da política econômica interna ali implantada. O autor alega não estar em busca de um “modelo”, como era a intenção explícita dos outros autores já abordados. Não obstante, “O elo condutor de toda sua obra foi a busca incessante de níveis de competitividade internacional sustentáveis” para os países da América Latina (Suzigan *et al*, 2003: 4). E, neste sentido, Fajnzylber procurava, na medida do possível, isolar elementos político-econômico-estratégicos que tivessem sido, em outras regiões, bem sucedidos no enfrentamento do subdesenvolvimento industrial e humano. Estes elementos deveriam, então, orientar a agenda política econômica dos países latinos, na medida em que fosse possível levar a cabo um projeto com as características consideradas desejáveis.

Entre os seis autores abordados neste capítulo, Fajnzylber é aquele que aponta o maior número de elementos histórico-internacionais considerados relevantes para a compreensão da história industrial sul-coreana. Não obstante, a análise destes elementos

não é exaustiva²³ e, além disto, o autor não examina em que medida até mesmo alguns dos “fatores internos” por ele apontados somente fazem sentido em um contexto histórico-internacional muito específico. Por exemplo, a “passividade laboral” e a ampla capacidade estatal de formular e aplicar políticas industriais parecem ser elementos inextricavelmente associados ao contexto de repressão política vigente, sem interrupções, ao longo todo o processo de industrialização. Este contexto repressivo, por sua vez, parece ter guardado profunda relação com a presença japonesa e americana na península, como veremos nos próximos capítulos. Mas esta relação não é examinada pelo autor.

Por outro lado, como o autor identifica uma “vocação industrial” no Estado e na burguesia coreana, mas não examina o papel da história e da geopolítica na gênese do Estado e do empresariado do país, fica a impressão de que estes atores possuem tais características por razões “naturais”, ou devido a algum processo histórico ou sócio-político já esgotado, sem importância analítica atual. Mas o Estado coreano foi criado sob ocupação militar americana e, ademais, se financiou durante mais de uma década recolhendo donativos americanos. Qual é a contribuição da presença americana, então, para o poderio do Estado sul-coreano? Este é um elemento ausente na análise de Fajnzylber. De forma análoga, a burguesia nacional coreana foi criada sob o jugo colonial estrangeiro (japonês). Qual o impacto desta peculiaridade sobre suas formas de pensar e agir? Este também é um elemento ausente na análise do autor.

No próximo capítulo, apresentaremos dados e elementos factuais para subsidiar a tese de que o contexto internacional em que se inscrevia a Coreia é tão específico e tão

²³ Cada um dos fatores merece apenas algumas linhas de seu artigo clássico “*La Industrialización Exportadora del Sudeste Asiático*”. No total, a apressada análise do autor acerca do “contexto internacional” por trás da industrialização do Sudeste Asiático ocupa apenas cerca de 4 páginas do referido artigo.

rico em desdobramentos no dia-a-dia político sul-coreano que, na realidade, a perspectiva analítica adotada para compreender a industrialização sul-coreana deveria ser inversa àquela dos seis autores aqui analisados: primeiro deveríamos empreender uma análise mais ampla do ambiente internacional, somente depois deveríamos analisar em que medida os detentores do poder interno respondem às oportunidades abertas por tal contexto.

CAPÍTULO 3 — Dependência e Crescimento: Elementos do Contexto Geopolítico da Industrialização Coreana (1894-1997)

3.1 – Introdução:

No primeiro capítulo definimos a filiação deste trabalho à concepção *furtadiana* de desenvolvimento, que define este fenômeno como um processo complexo, caracterizado primeiramente pela aquisição de uma relativa independência criativa, peça central no âmbito da postulação dos fins coletivos aos quais se prestaria a acumulação material. Ademais desta dimensão, o desenvolvimento requereria, para Furtado, assegurar a capacidade de exercer um certo grau de controle social sobre os meios — político-econômicos ou político-internacionais — capazes de tornar factível a implementação de um determinado projeto social. Quando este projeto lograsse ecoar, consistentemente, os interesses de um amplo espectro populacional, germinaria o desenvolvimento em seu sentido mais completo.

Em *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*, Furtado argumentou que as condições necessárias a um verdadeiro processo de desenvolvimento “dão-se historicamente, ou seja, são irreduzíveis a esquemas formalizáveis.” (Furtado, 1984: 105-106) De modo análogo, os condicionantes por trás de um processo de subdesenvolvimento são também historicamente determinados, e igualmente irreduzíveis a modelos formais.

Partindo desta premissa, nossa tarefa neste capítulo será a de examinar algumas passagens cruciais da história coreana. Buscaremos, no âmbito das relações internacionais da Coreia, alguns elementos capazes de exercer inegável influência nos rumos percorridos pelo país em sua trajetória de crescimento e industrialização.

Convém frisar que não esperamos esgotar o assunto. Nosso intuito é apenas demonstrar, com evidências bastante palpáveis, que várias das políticas econômicas

cruciais ao deslanche do salto sul-coreano estiveram, na verdade, inscritas em um processo histórico-internacional mais amplo.

Assim, neste capítulo exploraremos sete elementos históricos que, como procuraremos demonstrar, jamais deveriam ser negligenciados em qualquer esforço de compreensão da natureza da transformação coreana. São eles: 1) o impacto social e o legado econômico e institucional dos 35 de domínio colonial japonês, entre 1910 e 1945; 2) a relevância da ocupação militar americana na solução de dois problemas de base de uma economia em transição para o capitalismo — reforma agrária e alfabetização —; 3) os impactos da ajuda externa concedida pelos Estados Unidos à Coreia durante os anos 1950, além dos significados de curto e longo prazos dessa política; 4) a contribuição das reparações de guerra pagas pelo Japão à Coreia nos anos 1960; 5) o impacto na economia coreana do engajamento da Coreia no esforço de guerra americano no Vietnã; 6) as implicações da expansão dos chamados “Euro-mercados” para o projeto coreano de industrialização pesada; e 7) o grande valor de pertencer à área de influência do Japão no contexto da Crise da Dívida dos Anos 1980.

Note que nenhum dos autores analisados no capítulo anterior sequer enumera todos estes elementos. É verdade alguns destes tópicos se fazem presentes, eventualmente, nas análises de alguns dos autores analisados. Por exemplo, Anne Krueger faz um tratamento detalhado da questão da ajuda americana²⁴, além do papel americano no deslanche de políticas de alfabetização e reforma agrária, mas negligencia todos os outros cinco pontos. Otaviano Canuto, por sua vez, faz um tratamento detalhado do papel japonês na crise da dívida e, de modo mais indireto, da importância dos “Euro-mercados”. Mas deixa ausente a discussão sobre os demais cinco pontos. Já Fernando

²⁴ Apesar de cometer uma omissão importante: não examinar os impactos fiscais deste fluxo de ajuda.

Fajnzylber, ao seu turno, enumera várias das implicações da benevolência norte-americana e japonesa no vigoroso processo de industrialização sul-coreana. Mas o tratamento que ele confere ao tema é bastante superficial e, ademais, ele negligencia os demais pontos acima enumerados.

O que convém assinalar é o seguinte: há uma seqüência cronológica entre cada um dos sete fatores listados. Procuraremos argumentar que cada qual é relevante em um período específico, desde os primórdios da industrialização, no último quarto do século XIX, até os anos 1980. E é impossível compreender a industrialização sul-coreana enquanto processo histórico sem fazer menção a cada um destes tópicos.

Aparentemente, é precisamente a negligência quanto a estes fatores que suscita a percepção de que na Coreia há um “modelo” político-econômico replicável em outro contexto. Coloquemos este problema em termos metodológicos. Se nossa proposta fosse construir uma teoria da industrialização coreana alicerçada especialmente em variáveis internas e, contudo, nos deparássemos com um ou dois acontecimentos internacionais pontuais que, reconhecidamente, tivessem facilitado sobremaneira o desenlace do processo analisado, caberia unicamente fazer menção a tal elemento facilitador. Porém, se aprofundamos a análise das relações internacionais coreanas e identificamos muitos outros tópicos igualmente importantes, dispersos década a década — e, além do mais, interdependentes —, então se torna impossível tratá-los como elementos puramente acidentais ou exógenos. Nossa análise do cenário interno deve partir, então, da compreensão da lógica destes processos internacionais em que a Coreia esteve imersa.

Esperamos demonstrar, portanto, o quanto o processo de industrialização sul-coreano parece ter sido caracterizado mais por vendavais que conduziriam o povo sul-coreano, para seu azar ou sorte, a novos horizontes — e por periódicos acertos geo-

estratégicos, por vezes bastante escusos, entre facções da alta tecno-burocracia peninsulares e seus aliados estrangeiros —, do que pela “boa gestão” identificada pelas contribuições apresentadas no capítulo anterior. Assim, neste capítulo, em termos bastante *furtadianos*, reuniremos elementos que configuram uma típica situação de dependência de um pequeno país ante nações muito mais avançadas. Dependência esta que esteve, sim, associada a um enorme progresso material no país. Mas este progresso se inscreve, inteiramente, no quadro desta dependência.

3.2 – A Coréia antes do Processo de Modernização: uma Cultura Milenar em Cheque e a Aparente Ausência de Novos Horizontes

Pouquíssimos grupamentos humanos, dentre aqueles atualmente existentes, comungam de um passado étnico relativamente contínuo desde tempos tão remotos quanto aqueles do qual remontam as origens povo coreano: provavelmente meados do terceiro milênio antes de Cristo. O povo coreano se destaca, neste contexto, pela sua homogeneidade. Na Península Coreana, etnicidade e nacionalidade coincidem (Cumings, 1997: 25). Parece adequado, então, pontuar a industrialização coreana no contexto da crise desta antiga sociedade.

Entre 1392 e 1910, o país foi governado por uma única dinastia, os *Yi*, em um período marcado pela existência, ali, de uma sociedade profundamente interpenetrada por valores confucianos. No topo da pirâmide social figuravam, então, mandarins ao estilo chinês, chamados na Coréia de *yang-ban*²⁵. Para reafirmar sua posição social, um filho da *yang-ban* precisava receber uma educação longa e dispendiosa, que permitiria

²⁵ Literalmente, o termo significa “duas ordens” (civil e militar), mas uma melhor tradução seria “nobreza”.

que obtivesse sucesso nos exames para o serviço civil do reino. Uma vez aprovado neste exame, de natureza humanística e literária, o indivíduo estava apto a ser indicado pelo governo central a um cargo público, tipicamente em algum lugarejo no interior.

Vários exames existentes davam direito a vários graus, de sua complexidade dependendo, em tese, a proeminência do cargo. Para evitar a incrustação de nichos locais de poder, a monarquia promovia um rodízio sistemático dos mandarins pelo país. Cada cargo tinha um mandato curto e fixo e, expirado este, o mandarim era indicado para o serviço em outro lugar. Ele era o grande chefe local: zelava pela ordem, punia e premiava, coletava impostos, organizava a produção, empreendia obras públicas, etc. Sua autoridade estava subordinada somente a seus superiores hierárquicos e ao Rei, do qual era o grande instrumento de poder. O país era dominado, portanto, pelo que se poderia chamar de burocracia agrária, pois havia todo um intricado sistema burocrático-estatal, mas este repousava sobre uma base unicamente agrícola (Cumings, 1997: 72-73).

Abaixo do funcionalismo ocupado pelos *yang-ban* figuravam, em ordem decrescente na escala de prestígio ocupacional: os sábios²⁶, os fazendeiros, os artesãos e, por último, os comerciantes (Song, 1990, cap. 3). No fim do século XIX, a Coreia não possuía grandes cidades comerciais e nenhuma classe comercial merecedora de tal nome — na verdade, possuía o comércio mais incipiente de toda a Ásia Oriental —.

Mas a longa ordem social confuciana vigente no país tornara-se francamente insustentável: o surgimento de nações tecnologicamente muito mais avançadas no

²⁶ Sábio é a categoria que engloba elementos da classe letrada e titulada que, por opção deliberada ou por força das circunstâncias, não estava diretamente engajada no serviço público. Eram principalmente professores, mas a categoria comportava, também, aqueles que direcionassem a vida unicamente ao cultivo das virtudes intelectuais. Eram os *sonbi*, em coreano: letrados que recusavam todos os títulos e signos de poder para uma vida de estudo e ensino, preferencialmente adotando uma rotina frugal nas montanhas, encarnando o mais virtuoso comportamento na escala tradicional de valores da antiga Coreia (Keum, 2000: 53-62).

Ocidente significaria inevitáveis transformações. O “País Hermitão”, como era então apelidado pelos viajantes de outrora, começava a ser infiltrado por levadas de missionários ocidentais e sofria recorrentes e agressivas tentativas de aproximação comercial por parte do Japão e das potências Ocidentais.

É neste contexto que surge o *Tonghak*, um explosivo movimento camponês que reivindicava a expulsão dos japoneses, dos ocidentais, o fim da sobre-exploração do homem do campo, o fim da escravidão, o fim da hierarquia social rígida e a redistribuição de terras. Com grande rapidez, o *Tonghak* tomaria boa parte do sudoeste do país, deixando o último monarca coreano, o Rei Kojong, absolutamente sem ação.

É neste contexto que a Coréia pede ajuda à China para conter a rebelião — isto pode parecer estranho, mas uma convenção do século XVII estabelecia que a Coréia era um estado “vassalo” da China, razão pela qual o seu Rei, apesar de na prática gozar de total autonomia administrativa, enviava anualmente, como sinal de respeito, presentes ao Imperador Chinês que, portanto, lhe devia socorro —. A China fornece ajuda, mas os japoneses aproveitam a oportunidade para intervir (Cumings, 1997: 114-119).

Em 1894, o Rei Kojong é retirado de cena pelos japoneses e retorna ao poder, sob bênçãos nipônicas, seu pai e antigo Regente do reino, Ha-Ung Yi, mais conhecido como *Taewŏn’gun*, ou Grão-Príncipe. Sem poder, ele se submete à crescente influência japonesa. Este processo culminaria com a colonização formal do país pelo Japão em 1910 (Cumings, 1997: 120-122). Inicia-se, assim, a modernização coreana.

Aqueles que visitavam a Coréia neste dramático período eram unânimes em seu ceticismo quanto às possibilidades futuras do país. É bastante importante ressaltar este ponto: entre 1880 e 1950, ninguém previa prosperidade para a Coréia. Em 1888, por exemplo, o norte-americano Percival Lowell publicou o livro *The Soul of the Far East*.

Nesta obra, Lowell revela uma desesperança taxativa, um sentimento dominante entre os intelectuais de sua época quando em incursão pela Ásia Oriental:

“Se estes povos continuarem em seu velho curso, sua carreira terrestre está terminada. Tal como a manhã se torna tarde, tão seguramente estão as raças do Distante Oriente, se nada mudar, destinadas a desaparecer ante as nações do Ocidente que avançam.” (Lowell, 1888, último parágrafo, minha tradução).

Por muitos séculos, a Coréia estivera materialmente muito à frente das nações ocidentais. Por exemplo — apesar disto ser muito pouco divulgado entre nós —, a primeira impressão com tipos móveis de metal data, na Coréia, do distante ano de 1234, muito antes da “re-invenção” da imprensa no Ocidente por Gutenberg. Há outros exemplos como este. O primeiro pluviômetro — uma ferramenta muito útil em um país onde o arroz era a base da alimentação — foi inventado na Coréia em 1442, enquanto no Ocidente, sua “re-invenção” por Gastell data de 1639. A Coréia tem, de tal modo, os registros pluviométricos mais antigos do mundo. O relógio d’água, o navio encouraçado, a roca e as pontes-pênseis constituem outros exemplos.²⁷

Mas, no século XIX, os ventos do progresso haviam mesmo mudado de direção. E a Coréia, muito mais apegada aos valores do velho mundo chinês do que, por exemplo, o Japão, se revelaria fadada a ser atropelada por esta mudança de maré. É neste contexto que a urgência em reformar esta anacrônica sociedade começa a figurar na retórica imperialista como a justificativa perfeita para a intervenção estrangeira. A conclusão abaixo é bastante ilustrativa desta concepção. Foi publicada, postumamente, em 1905, pela viajante inglesa Isabella Bird Bishop:

“Ainda que os coreanos de hoje sejam o produto de séculos de detrimientos, após quase um ano neste país, durante o qual fiz desse povo

²⁷ Quanto a este tema, veja: Covell, Jon Etta Hastings Carter. *Korea's Colorful Heritage*. Seul: Si Sa Yong O Sa Publishing, 1986.

meu principal objeto de estudos, não estou de modo algum despidida de esperanças quanto a seu futuro [...]. Duas coisas, entretanto, são essenciais:

I. Que, como a Coréia é incapaz de reformar a si mesma a partir de dentro, ela **precisa ser reformada a partir de fora**.

II. Que o poder do soberano seja posto sob freios constitucionais estritos e permanentes.” (Bishop, 1905, capítulo XXXVII, minha tradução, grifos meus)

Foi o que definitivamente acabou acontecendo, a partir de 1910, com a anexação da Coréia ao Japão. Mas não sem traumas. Outro viajante, o britânico Arnold Henry Savage-Landor, publicou em 1895 — ano marcado pelo assassinato, pelos japoneses, da última rainha coreana, Myongsong — a seguinte predição, de lucidez provavelmente ímpar entre suas contemporâneas:

“Pobre Coréia! Um triste dia chegou para ti! Tu, que eras tão atraente, por ser tão singular e reservada, jamais verás novamente aquela calma que sempre fora o anseio de teus patrióticos filhos! Muitos males estão agora atrás de ti, porém, de todas as grandes calamidades que poderiam te suceder, não concebo nenhuma maior do que a tentativa de te converter em uma nação civilizada!” (Savage-Landor, 1895, minha tradução)

A sina dos coreanos daqueles dias não seria mesmo nada afável. Em primeiro lugar o pesadelo de, subitamente, ter que re-forjar sua perspectiva de mundo que, até tempos recentes com bastante lucidez, posicionava seu país — um estado tributário modelar do Império Chinês —, muito próximo do centro difusor da mais desenvolvida civilização humana (Cumings, 1997:10). Como aceitar, de repente, que sua pátria era agora nada mais do que uma pequena e pobre nação num rincão distante?

Mas o desafio coreano não era só este. Sua imemorial autonomia nacional havia sucumbido, sendo o país anexado por uma nação historicamente entendida como

receptora de sua cultura; nunca o contrário²⁸. O domínio japonês se prolongaria até 1945 e o peso da sedimentada nacionalidade coreana preponderaria. Mas então veio a Guerra Fria, a bipartição do território e, como sabemos, a Guerra da Coréia, entre 1950 e 1953. Depois deste meio século de dificuldades, seria mesmo muito difícil apostar no futuro deste antigo país. Assim, uma outra simbólica previsão, desta vez publicada de 1956, merece o devido destaque:

“Muitas vezes ignorado é o efeito de toda esta beligerância sobre o povo coreano. A devastação do território, as migrações forçadas de grandes massas humanas, a contínua e trágica divisão de seu território em metades sempre em alteração, tudo isto deixou feridas que podem não fechar por gerações.” (McCune, 1956, minha tradução)

São palavras do geógrafo Shanon Boyd-Bailey McCune, retiradas de sua obra clássica *Korea's Heritage – A Regional and Social Geography*. McCune era um intelectual muito envolvido pessoalmente com a Coréia. Portanto, esta opinião pessimista não vinha de alguém escrevendo de longe. Parece simbolizar, portanto, o sentimento dos observadores de então sobre o futuro de um país que havia sido atropelado por décadas de conflitos entre países mais poderosos e que, agora, teria que lidar com a divisão de um único povo em dois países de inspiração ideológica antagônica, em um ambiente de crescente tensão militar.

Na próxima seção, exploraremos o contexto político internacional que circundou a Coréia durante as diferentes fases de sua industrialização. Procuraremos demonstrar o quanto este cenário é singular: não possui paralelo em nenhum outro lugar da periferia do sistema capitalista.

²⁸ Sobre o tema, veja: Huh, Donghyun. *The Korean Courtiers' Observation Mission's Views on Meiji Japan and Projects of Modern State Building*. Korean Studies, Volume 29, pp. 30-54, 2006.

3.3 – A Relevância do Cenário Externo na Industrialização Coreana:

3.3.1 – Reforma Social e Institucional sob Domínio Colonial Japonês:

Em meados do século XIX, cada um dos regimes confucianos da Ásia foi intimado a uma espécie de encontro com seu passado. Chegara a hora de se despedir de uma autoconfiante visão de mundo sino-cêntrica, a ser substituída por uma nova e avassaladora perspectiva existencial euro-centrada.

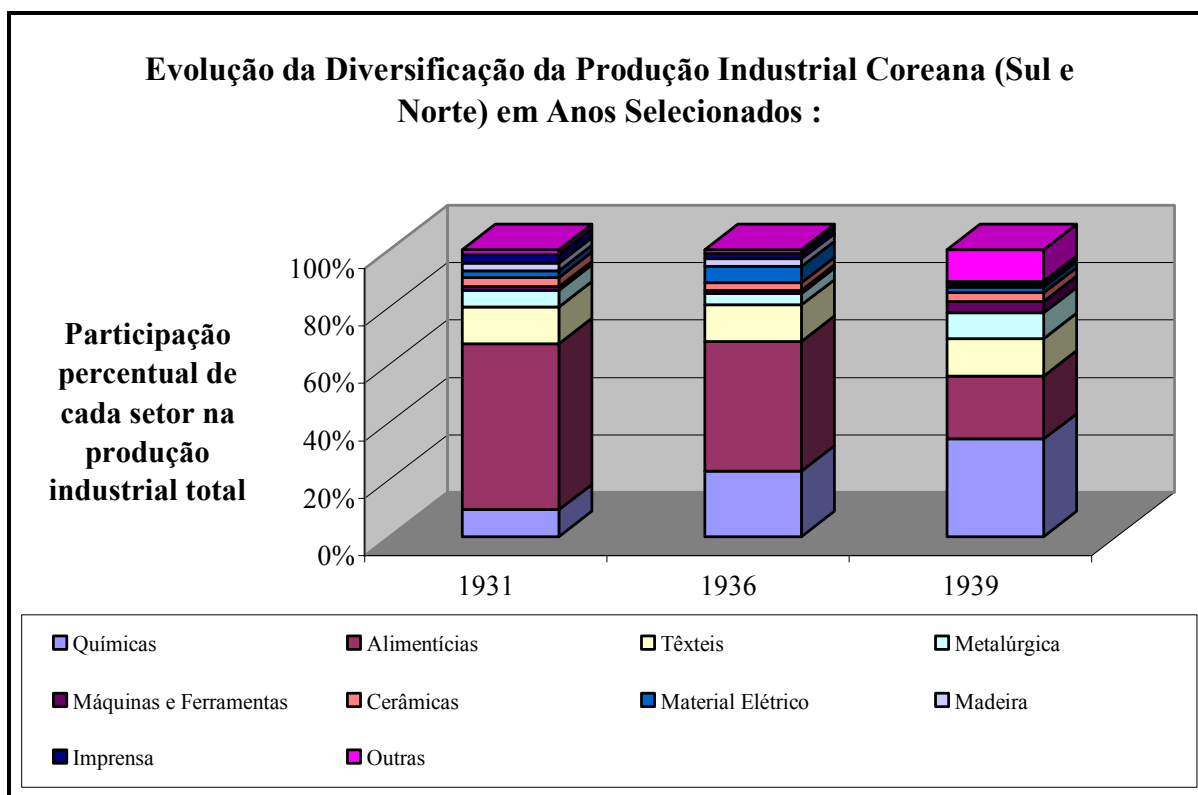
O primeiro território da lista a ser sacudido seria a China, durante as Guerras do Ópio de 1839-42, inaugurando um período de debilidade que só teria fim com a vitória dos comunistas em 1949. Logo adiante viria o Japão, com o humilhante episódio da entrada dos navios do Comodoro Perry na Baía de Tóquio, em 1853. O tratado “desigual” de Kanagawa, de 1854, humilharia o Shogunato Tokugawa, lançando a sociedade japonesa na Era Esclarecida, ou Meiji. Depois viria a Coréia, compelida a assinar o tratado de Kanghwa, firmado com um agressivo e renovado Japão — à moda ocidental —, em 1876. Este processo culminaria com a completa anexação deste país pelo Japão em 1910, e a poeira só decantaria ali com o fim da Guerra da Coréia em 1953. Mas ainda permanece, na península, um exército estrangeiro. No Vietnã, único dos quatro países confucianos efetivamente colonizado por uma potência ocidental, o processo de abertura começa a ser construído em 1802, quando a influência francesa começa a ser sentida na política interna vietnamita. Mas só se conclui de fato com o fim da Guerra Sino-Francesa de 1884-85, vencida pela França. Terminava aí a independência do Vietnã, só reconquistada plenamente em 1975, com a expulsão dos norte-americanos.

Como sabemos, entre 1910 e 1945 a Coréia integrou oficialmente o Império Japonês. Mas qual seria, para este país, o impacto de longo prazo da intervenção colonial nipônica? Muito se especula sobre qual rumo teria trilhado este país se lograsse preservar sua independência. Não obstante, para os propósitos deste trabalho este terreno especulativo soa demasiado movediço, aparentemente mais fértil em questionamentos do que em respostas. Portanto, nos resta analisar o papel transformador efetivamente desempenhado ali pelo Japão, mesmo que isto pareça equivaler à absurda hipótese de que a Coréia do século XX seria apenas o velho Reino de *Chosŏn* impunemente reeditado.

Com a abertura dos portos em 1876, tem início um período de transição que, como afirmamos, culmina com a anexação ao Japão em 1910. Durante este intervalo de 34 anos, várias potências estrangeiras competiriam por influência na Coréia, introduzindo elementos renovadores no seio de uma atávica economia confuciana. Às vésperas da queda da Casa dos Yi, os russos já haviam criado no país uma fábrica de fósforos, além de estarem envolvidos nos setores madeireiro e mineiro. Já os americanos possuíam uma mina de ouro e uma usina de força, além de estarem engajados na expansão ferroviária e na construção da rede de bondes de Seul. Os franceses, alemães e britânicos, por sua parte, estavam envolvidos com mineração e construção ferroviária. Mas o principal ímpeto, não obstante, vinha do Levante: os japoneses estavam envolvidos, ao redor de 1908, em 79 firmas manufactureiras, que empregavam em média 41 trabalhadores. Número imenso se retivermos que, no mesmo período, somente havia 6 manufaturas possuídas por nacionais coreanos, empregando meras 92 pessoas (Jones, 1980: 17-19).

Após a colonização, a presença japonesa continuou crescente (Cumings, 1984: 12-13). Lá pelos anos 1930, os preparativos para a II Guerra Mundial levariam o Japão a encorajar a expansão dos *zaibatsu* em direção à sua principal colônia. O resultado seria uma formidável ampliação da participação da indústria pesada no produto manufatureiro total — de 23% do total em 1930 para 50% em 1940 —. A maioria deste crescimento foi registrada na indústria química, usufruindo as vantagens do baixo custo da energia hidroelétrica no Norte do país. A maior parte desta produção era encaminhada para a metrópole colonial. Se, em 1930, $\frac{1}{3}$ da produção era exportada, este contingente saltaria para $\frac{2}{3}$ em 1940 (Jones, 1980: 24). Na Figura 3.3.1.1 é possível enxergar com clareza o quão acelerado foi o ritmo de diversificação da economia coreana nos anos 30.

FIGURA 3.3.1.1 – A Diversificação da Economia Colonial Coreana, 1931-39:



Fonte: Viscaíno Jr. (1999), *apud* Lee, Ki-Baik. Nueva Historia de Corea. Buenos Aires: Editora Universidad de Buenos Aires, 1988, p. 368.

Como corolário das décadas de domínio colonial privilegiando os interesses metropolitanos, no ano de 1941 os japoneses possuíam 59% das firmas manufatureiras da Coréia, representando nada menos do que 91% do capital total incorporado no país (Jones, 1980: 25). Neste meio tempo, a aceleração da industrialização sob o jugo colonial também contribuiria para a formação de mão-de-obra qualificada no país. Em 1944 havia cerca de 1.900 engenheiros e técnicos empregados no setor manufatureiro coreano. Além deles, havia outros 1.300 engenheiros no setor mineiro e 2.600 no setor de serviços não-governamentais. Ademais destes, havia 7.000 administradores coreanos e 28.000 trabalhadores técnico-profissionais (Jones, 1980: 28).

Com a descolonização, a recém-fundada República da Coréia herdaria um espólio nada desprezível de 2.500 empreendimentos ainda em condições de operação, além de 15% das terras do país. A contagem oficial apontava para a existência de 166.301 itens classificados como “propriedades adquiridas”, devolvidas agora ao controle do novo Estado em formação (Jones, 1980: 30).

No entanto, para piorar a já complexa administração de uma ex-economia colonial, desenhada para ser complementar à de sua metrópole, mas que agora precisaria caminhar com as próprias pernas, o antigo território coreano foi dividido em dois — a República da Coréia dividiria o antigo território coreano com a República Popular Democrática da Coréia, que ocuparia os territórios ao norte do Paralelo 38°N —. Pior: as metades resultantes eram bastante distintas e, supostamente, complementares entre si. Por exemplo, 90% da capacidade de geração elétrica do país estava concentrada no Norte, que também liderava em mineração e produção manufatureira. O Sul mantinha dianteira nos setores agrícola, florestal e de pesca (Jones, 1980: 27). A Tabela 3.3.1.1 fornece alguns dados sobre a magnitude desta heterogeneidade que, após 1945, assolaria o governo de ocupação

americano na Coreia do Sul. Urgia agora reativar um parque industrial relativamente complexo, mas capenga e que, além disto, se supunha complementar ao de um país estrangeiro com o qual a Coreia, entre 1945 e 1965, sequer manteria relações formais.

TABELA 3.3.1.1 –Comparação entre o Perfil da Produção Industrial das Coreias do Norte e do Sul em 1945		
	Coreia do Sul	Coreia do Norte
Alimentos	65%	35%
Bens de Consumo	80%	20%
Maquinaria	65%	35%
Aço	5%	95%
Energia Hidroelétrica	10%	90%
Química e Farmacêutica	15%	85%
Carvão	20%	80%
Fonte: Viscaíno Jr. (1999) <i>apud</i> Lee, Ki-baik. Nueva Historia de Corea. Buenos Aires: Editora Universidad de Buenos Aires, p. 394, 1988		

Para completar o quadro desolador, em 25 de junho de 1950 eclode uma guerra entre os dois Estados coreanos, agora em franca competição pelo controle da península. A guerra provocaria “substanciais danos” a 45% das unidades industriais ainda operantes na Coreia do Sul. Em Seul, mais de 80% da indústria, $\frac{3}{4}$ da dos escritórios e mais de metade das residências acabaria em ruínas. Assim, o patrimônio re-conquistado dos japoneses foi quase totalmente arruinado (Jones, 1980: 35). Segundo McCune (1983: 115), desde o fim da II Guerra o Norte havia preservado o abastecimento de energia ao Sul, mas este suprimento acabou sendo deliberadamente cortado com o aumento da tensão entre os dois países.

Parece razoável, portanto, concluir que o período colonial teria deixado uma herança capaz de ser subdividida em duas dimensões: uma física e outra humana. O legado físico seria representado pela edificação de uma nada desprezível infra-estrutura econômica, assim como pelos inúmeros investimentos industriais prioritariamente

japoneses. No entanto, como acabamos de ver, posteriormente à Capitulação Japonesa, teria havido uma forte desorganização estrutural no parque produtivo coreano, associada à “amputação” da “cabeça” do organismo econômico que fora o Império Colonial Japonês. A isto se somou, como também já dissemos, a grave bipartição do território em duas metades concebidas para operar juntas. Por fim, boa parte daquilo que houvesse resistido a estes enormes percalços, teria sido majoritariamente dilapidado durante o período entre 1950 e 1953, por conta da Guerra da Coréia. Já no que tange à dimensão humana, a colonização teria deixado um razoável contingente de trabalhadores qualificados no país. Todavia, a maioria destes indivíduos teria sido re-empregada, após o fim da ocupação, em atividades alheias à sua antiga esfera de ação, exatamente por conta da brutal desorganização sistêmica do antigo parque produtivo (Jones, 1980: 37).

Mas é preciso estar alerta para o fato de que o impacto da colonização pelo Japão não se esgota na simples formação de capital. O próprio Leroy Jones (1980: 37), após uma análise mais cuidadosa, destacou uma faceta objetivamente menos mensurável deste legado: o impacto daquilo que chamou de “efeito demonstração”, em decorrência da exposição da população coreana às modernas formas de organização e produção no seio de uma sociedade tradicionalmente organizada. Sob este prisma, o convívio forçado com os japoneses da Era Meiji deve ter funcionado como uma grande fonte geradora de questionamento acerca dos modos de ser, pensar e agir tradicionais. Isto teria feito da ocupação, então, uma força inquestionavelmente “modernizante”.

Com a assinatura do Tratado de Kanhwa em 1876, os portos coreanos seriam abertos ao comércio com o Japão. No contexto da tradicional agricultura praticada no país, na qual a oferta reagia de modo muito incerto à demanda, os preços internos do arroz — que constituía a base da dieta coreana — subiriam vertiginosamente, pois a pressão

exercida pela crescente demanda japonesa pelo produto era enorme. Para completar este quadro, houve severas secas na Coreia em 1876-77 e 1888-89, atingindo em cheio a então próspera região agrícola de Chōlla. Estava criado o cenário para o explosivo crescimento do movimento camponês *Tonghak*²⁹. Vila após vila, a região de Chōlla cairia nas mãos de rebeldes (Cumings, 1997: 115-118).

Em 1894 — como já mencionamos —, o Rei Kojong, sem meios de controlar o próprio território, solicitou ajuda chinesa. O Japão acabou intervindo e eclode a Guerra Sino-Japonesa, que termina com a derrota chinesa. Em 23 de julho deste mesmo ano, os japoneses entram no palácio real coreano, forçando Kojong a devolver o poder a seu pai, o Grão Príncipe³⁰, que fora Regente durante infância do de seu filho. Paradoxalmente, o Grão-Príncipe havia sido um ferrenho isolacionista, defendendo a todo custo, quando no poder, o status “hermitão” do reino — cultivado desde que o país repelira, com muito sacrifício e heroísmo, a invasão japonesa do século XVI — (Cumings, 1997: 119-127).

A vitória japonesa na Guerra Sino-Japonesa de 1894-95 — com o conseqüente afastamento do Rei Kojong — seria, segundo Viscaíno Jr. (1999), o momento exato em que se definem os alicerces do processo de modernização na Coreia. É implantada a Reforma Kabo³¹, conduzida sob agressiva tutela nipônica. Entre as medidas da reforma, figuravam:

- i) A reorganização da administração pública: foram criadas pastas ministeriais modernas como: educação, exterior, comércio, agricultura e indústria.

²⁹ *Tonghak* significa “Aprendizado Oriental”.

³⁰ Em coreano, *Taewŏn’gun*. O nome do Grão-Príncipe era Ha-Ung Yi.

³¹ Note que este pacote de reformas também aparece na bibliografia como Reformas *Kap-o* ou Reformas *Gabo* (ou coisa parecida), o que pode gerar muita confusão. Todos estes termos são, na verdade, formas distintas de romanizar a pronúncia coreana dos ideogramas utilizados para representar, no tradicional calendário sexagesimal, o ano de 1894.

Foi feita uma reforma fiscal gerida por um ministério das finanças. O exército passaria a ignorar a origem social dos alistados.

ii) Fim dos Exames [confucianos] do Serviço Civil.

iii) Uma reforma política: foi dada autonomia ao poder judiciário e a tortura foi proibida.

iv) Uma reforma social: foi abolido o sistema vigente de estratificação e o trabalho escravo foi proibido. Foi instituída uma limitação etária para casamentos. Foi proibido o uso de vestimentas discriminando a origem social. Os homens foram obrigados usar cabelos curtos, eliminado sua função distintiva estamental. Os nobres foram proibidos de fumar seus longuíssimos cachimbos característicos — um antigo prazer ocidental que, séculos antes, havia se tornado *chic* entre a classe *yang-ban* —. Também foram banidos os *kat* — chapéus tradicionais de pelo de calda de cavalo usados pelos *yang-ban* —.

v) Uma reforma monetária: O *yen*, moeda japonesa, passa a ser o meio de troca na Coreia.

vi) Uma reforma no ensino: O sistema educacional foi reformado, criando ciclos no molde da educação ocidental. Garantia-se o acesso de pessoas talentosas ao sistema educacional, qualquer que fosse a origem social individual.

Resumindo, as Reformas Kabo operariam uma verdadeira revolução institucional no país, promovendo a dissolução das bases da sociedade que por vários séculos vigorara na Coreia — um passo imposto autoritariamente, por uma força exógena à dinâmica de poder interna, e cristalizado por décadas de brutal ocupação estrangeira —. Mas Kojong, o último elo de uma corrente de 26 Senhores da Casa dos Yi, ainda teria direito a um último suspiro.

Em 11 de fevereiro de 1896, marinheiros russos, ajudados por oficiais coreanos, conseguem raptar o último rei coreano, que os acompanha voluntariamente. Nada podia ser feito no Estado de Chosŏn sem o sinete real. A Rússia dominara o Estado coreano com apenas uma jogada (Cumings, 1997: 122). Eclodiria, assim, a Guerra Russo-Japonesa, que também acabaria sendo vencida pelo Império do Sol Nascente, permitindo que este estabelecesse, em 1905, um protetorado na Coréia. Kojong abdica e, em maio de 1910, a Coréia torna-se formalmente colônia japonesa.

Durante o período colonial, os japoneses preservariam viva, no entanto, a aristocracia *yang-ban*, que em parte seria cooptada. Séculos de legitimação aristocrática do poder seriam um precioso instrumento que os colonizadores não esperavam desperdiçar. Além disto, muitos *yang-ban* se conformariam facilmente com o domínio estrangeiro, desde que preservassem algum poder paroquial (Cumings, 1997: 150-152).

Em 1878, logo após a assinatura do tratado de Kanghwa, é aberta na Coréia uma filial do japonês First Bank, primeira instituição bancária moderna na Coréia. Pouco depois, em janeiro de 1891, seria aberta no país uma filial da japonesa Imperial Life Insurance, primeira seguradora do país. Em outubro de 1909, após estabelecido o protetorado, os japoneses criariam o Bank of Korea, que mais tarde viraria o Banco de Chōsen³² (em 1911). Esta instituição seria o primeiro Banco Central Coreano, retirando do First Bank o direito de emitir moeda. Em junho de 1918 seria criado o Banco Industrial de Chōsen — embrião do futuro Korea Development Bank —, para atuar no segmento de crédito de longo prazo.³³

³² Chosŏn em japonês.

³³ Informações obtidas junto ao sítio da Korea Financial Supervisory Commission.

Para Dennis MacNamara (1990: 50-51), foi instituído na Coreia um capitalismo ao molde japonês, com o Estado e suas agências desempenhando um papel absolutamente central. Este autor argumenta que o padrão coreano de articulação entre o capital privado e o Estado seria uma herança do modelo de administração colonial ali implantado. Neste sentido, o Estado colonial desenhava políticas econômicas objetivando a operação dos *zaibatsu* na colônia coreana. Assim, a concentração industrial, desde o princípio do capitalismo coreano, era uma mera questão de sobrevivência para o capital nacional, ante um Estado metropolitano forte e concorrentes estrangeiros de peso. A administração colonial japonesa gozava de uma enorme autonomia ante a grande maioria dos setores sociais da península, constituindo assim um protótipo daquilo que viria a ser o forte Estado coreano das administrações dos generais Park e Chun.

Portanto, é na estufa desta longa e dura experiência colonial que surgiriam as características básicas daquilo que, no futuro, se tornaria o rol de características comportamentais típicas do conglomerado coreano, o *chaebŏl* (MacNamara, 1990: 9-13). Aliás, o próprio termo *chaebŏl* nada mais é do que a pronúncia coreana para os dois ideogramas que, em japonês, são lidos como *zaibatsu* (um denotando “propriedade” ou “riqueza” e o outro “clã”).

MacNamara (1990: 66-123) faz uma pormenorizada análise da história de três famílias coreanas que haviam adquirido destaque nos negócios sob o jugo colonial — os Min das finanças, os Pak do comércio e os Kim da indústria —. Reconstruindo a história destas famílias, o autor desvenda o processo pelo qual surgiriam características que marcariam profundamente o DNA da burguesia coreana — como uma ultra-peculiar relação entre “público” e “privado”, um destacado nacionalismo pragmático, um padrão

elevado de concentração de capital, ou uma forte disposição a participar da implementação de projetos concebidos pelo Estado — .

Em síntese, do complexo parque industrial erigido na península pelo Japão, pouco sobreviveria à descolonização e à Guerra da Coreia. Mas isto não deve, de modo algum, ser encarado como evidência da insignificância do legado colonial. Pois a experiência colonial teria desempenhado papéis cruciais: 1) ventilar uma ordem estamental confuciana muito rígida, que até então havia falhado em se auto-reformular, 2) modernizar de veras o arcabouço institucional daquela economia e, 3) impingir drásticas e dolorosas mudanças à vida cotidiana, material, cultural e intelectual do país. Além disto, durante este período teria se configurado um ambiente de negócios que marcaria profundamente a gênese da burguesia coreana.

3.3.2 – Reforma Agrária e Alfabetização sob Ocupação Americana:

Entre 8 de setembro de 1945 e 15 de agosto de 1948, após o fim da II Guerra Mundial, a Coreia do Sul foi governada por autoridades militares americanas. Durante este breve período seriam enfrentadas ali, de supetão, duas questões cruciais: a necessidade de realização de uma profunda reforma agrária e o imperativo de alfabetizar a população. Assim como na ocasião das amplas e súbitas Reformas Kabo do século XIX, contingências externas, mormente alheias à dinâmica interna de poder da sociedade coreana, redirecionariam o timão do país rumo à modernização.³⁴

³⁴ Note que o ambiente em que as autoridades americanas decidem empreender a Reforma Agrária na Coreia é de profunda efervescência (isto será destacado no próximo capítulo). É muito razoável pensar que, não fosse por toda esta agitação, não teria sido tão amplo o programa de redistribuição de terras concebido pelos militares americanos. Não obstante, tal reforma independeu completamente de deliberações políticas internas — afinal, o país estava ocupado e governado por uma força estrangeira —.

Segundo Shannon McCune (1948: 132), a Lei Número 173, expedida pelo governo de ocupação militar na Coreia do Sul e promulgada em março de 1948, determinava a redistribuição de todas as terras previamente possuídas por japoneses — isto é, as terras anteriormente detidas pela companhia japonesa de colonização, a *Oriental Development Company* —. O objetivo explícito desta política era “ajudar os camponeses arrendatários a se converter em donos independentes de fazendas, assim como fortalecer a agricultura da Coreia pelo estímulo à difusão da propriedade fundiária [...]”³⁵.

A extensão das terras e das pessoas envolvidas era enorme. Os lotes compreendiam um total de 687.246 acres³⁶, o equivalente a um décimo da área cultivada do país. Eles eram então arados por 587.974 famílias, representando nada menos que 43,5% de todas as famílias camponesas coreanas. Havia 3.318.115 indivíduos vivendo nestas propriedades, o que equivalia então a 24,1% da população do país (McCune, 1948: 132).

Os camponeses que quisessem adquirir um lote podiam fazer o pagamento de forma simples e flexível. O preço de compra era fixado em três vezes o rendimento anual médio do principal produto cultivado no lote. O pagamento devia ser feito em espécie, mas podia ser efetuado em um período de 15 anos; ou num período ainda maior no caso de quebras de safra. Os rendimentos com a cultura secundária não eram computados no preço do lote, estimulando então a diversificação. Para evitar a concentração, cada família podia adquirir apenas 4,9 acres. Se a família já possuísse terra, de qualquer forma não poderia acumular, após a nova compra, mais que os 4,9 acres (McCune, 1948: 132).

³⁵ Retirado e traduzido de McCune (1948:132), *apud* “The Farmers’ Weekly [*Nong Min Jo Bo*]”, Exemplar Número 95, de 1/04/1948, publicado pelo Departamento de Informação Pública, Governo Militar Americano na Coreia.

³⁶ Cada acre compreende 4.046,8564224m².

Conforme mencionamos quando, no capítulo anterior, discutimos a contribuição de Anne Krueger, os resultados finais da Lei Número 173 foram excelentes. A reforma agrária logrou distribuir cerca de 487.621 acres, vendendo-os a 502.072 famílias. Este volume representaria, nos cálculos da autora — um pouco diferentes dos de McCune —, 96% daquilo que havia sido propriedade japonesa. Mas o impacto desta política acabaria sendo ainda maior. Como a Constituição elaborada pelos americanos previa a realização de uma reforma agrária nas terras ainda possuídas pela aristocracia, entre 1949 e 1953 a maioria dos aristocratas colocaria à venda enormes parcelas de suas terras, temendo o baixo valor das indenizações a serem pagas pelo governo. Isto teria produzido uma redução adicional na concentração fundiária (Krueger, 1982: 19-21).

Outro legado crucial dos generais americanos à Coreia foi o forte esforço de alfabetização empreendido no país durante a ocupação — também já mencionamos isto quando apresentamos a obra de Anne Krueger —. Na verdade, entre 1945 e 1958, o que o comando militar fez foi extrair o máximo rendimento de uma antiga inovação coreana. Trata-se do *capolavoro* do mais popular monarca da história coreana: o Rei Sejong. Em seu governo (1418-1450), Sejong, o Maior, patrocinou a criação do sistema alfabético *Han'gŭl*, o mecanismo de escrita nacional coreano proclamado em 1446³⁷ e, atualmente, aclamado entre os lingüistas pela simplicidade de seu aprendizado (King *et al*, 2000: 24-25). Sejong, preocupado com a dificuldade da maioria de seus mandarins em pronunciar palavras estrangeiras, pois a escrita ideográfica nada dizia sobre o som de uma palavra, perseguiu a criação de um sistema fonético de escrita, para preencher esta lacuna na educação de seus burocratas. Contudo, à época de sua concepção, este sistema de escrita

³⁷ O título do manual em que o alfabeto foi publicado é *Hunmin Chŏng'ŭm*, que significa “Os Sons Corretos para a Instrução do Povo”

foi fortemente repudiado pela elite letrada coreana, apegada ao sistema de escrita tradicional chinês, cujo monopólio era exatamente a grande fonte de seu poder. O *Han'gŭl* ficou, assim, restrito às mulheres, crianças e aqueles poucos elementos alfabetizados de origem popular existentes no país. Mas sua existência se provaria valiosa à edificação da moderna Coreia, cinco séculos mais tarde. Anne Krueger não examina a peculiaridade lingüística do *Han'gŭl*³⁸, mas é somente no contexto dela que compreende, sem tanto assombro, a informação de que, em decorrência do empenho empreendido pelo governo de ocupação, foi possível fazer com que a taxa de alfabetização pulasse de 20%, imediatamente após a Liberação, para 71% em apenas dois anos e meio (Krueger, 1982: 23).

Assim, em apenas três anos e independentemente de qualquer processo político interno, a Coreia teria queimado etapas preciosas, concretizando duas transformações tão essenciais quanto politicamente intrincadas.

3.3.3 – A Ajuda Externa Americana: Reconstruindo o Estado Coreano:

Entre 25 de Junho de 1950 e 27 de julho de 1953, as duas Coreias se enfrentariam em um conflito armado. Nele também tomariam parte os Estados Unidos e seus aliados incondicionais, “fantasiados de Nações Unidas”, como provocou Eric Hobsbawm (1997: 234). E, além deles, a República Popular da China — com seu exército popular “voluntário” —. Estimativas do número de mortos nesta guerra giram em torno de 3 e 4 milhões, ante uma população de cerca de 30 milhões para as duas Coreias! Apesar de

³⁸ Este sistema de escrita possui 14 consoantes e 10 vogais, todas de traçados geométricos mais simples e com muito menos variações de traçado do que as nossas letras latinas. O sistema *Han'gŭl* representou uma janela à democratização da escrita na Coreia, ante um sistema ideográfico clássico chinês que exigia a memorização de milhares de símbolos.

ser esta uma guerra ainda muito pouco debatida, cerca de 1,8 milhão de americanos participaram do esforço militar, sendo que 36.576 viriam a falecer (Halliday *et al*, 1988: 200-201).

Sob a justificativa duvidosa de assegurar a “liberdade” da Coréia, os americanos — os mesmos que adiante apoiariam as ditaduras dos generais Park e Chun — se sentiriam autorizados a agenciar um verdadeiro “Armagedão” no país. O cenário era apocalíptico: para eliminar esconderijos potenciais à guerrilha, bombas incendiárias de Napalm foram lançadas indiscriminadamente em vilas e florestas — aparentemente em volume muito maior do que no Vietnã, mas gerando muito menos repercussão por conta da parca transmissão televisiva —; barragens de usinas hidroelétricas foram estouradas, liberando literalmente uma maré de horror; arrebentou-se deliberadamente qualquer resquício de infra-estrutura que ainda existisse no país — aí incluídas as casas de civis—; cogitou-se seriamente e ameaçou-se com vigor promover uma chuva de bombas nucleares e armas químicas, objetivando criar um deserto radioativo que, por 60 anos, enquanto a radiação permanecesse ativa, funcionasse como um “tampão” a invasões soviéticas por terra³⁹; etc.

Após 158 reuniões que se estenderiam por dois anos e dezessete dias, seria finalmente assinado um armistício. Este acordo, apesar de ter posto fim aos enfrentamentos, não pode ser considerado como um tratado de paz entre as duas Coréias, uma vez que a divisão do território era o resultado de uma disputa internacional muito

³⁹ Mais detalhes sobre este plano do General Mac Arthur, e sobre os demais horrores desta guerra podem ser encontrados num artigo recente de Bruce Cumings: “*Mémoires de feu en Corée du Nord : Quand les Etats-Unis détruisaient un pays pour le sauver*”, publicado no *Le Monde Diplomatique*, pp. 22-23, dezembro de 2004.

intricada. Esta envolvia diretamente, além destes dois países, a China, a Rússia e os Estados Unidos (Ahn, 1980: 1098-100). É neste contexto tenso que os Estados Unidos promoveriam a transferência de enormes volumes de recursos em ajuda humanitária à Coreia.

Antes de prosseguirmos à análise dos efeitos práticos desta ajuda para a economia coreana, convém considerar brevemente o papel potencialmente exercido por esta conjuntura diluviana, em si mesma, à transformação coreana de longo prazo. Após tantos solavancos, coreanos de todas as classes haviam sido deslocados de seu nicho social e de suas origens locais. Estimativas do número de pessoas deslocadas em decorrência da Guerra da Coreia oscilam ao redor de 5 milhões (Hobsbawm, 1997: 58), algo em torno de $\frac{1}{4}$ da população meridional. É possível deduzir que esta transumância teria funcionado como um importante elemento de homogeneização da população (Cumings, 1997: 301). Assim, o outro lado da moeda desta circunstância tão drástica talvez tenha sido a cristalização, em definitivo, do processo de decomposição da velha ordem estamental, iniciado com a Reforma Kabo. Feito este comentário, podemos prosseguir à análise deste elemento basilar do pós-guerra coreano: a ajuda americana.

Segundo Yoon-Je Cho (2001: 118-119) a Coreia teria recebido, entre 1946 e 1978, ajuda militar e econômica da ordem de US\$ 12,6 bilhões. Isto faria dela o país a receber o maior contingente de auxílio externo no mundo, especialmente nos anos 50. Somente em 1956, a Coreia teria recebido US\$ 330 milhões em assistência econômica e US\$ 400 milhões em ajuda militar. Se somarmos a este contingente o valor gasto ali por soldados americanos, chegamos ao impressionante influxo total de US\$ 1,13 bilhão, o equivalente à metade do PIB coreano deste ano. Na Tabela 3.3.3.1 é possível verificar alguns dados acerca da rubrica econômica da ajuda — ou seja: nela não está computada

a ajuda militar, nem os gastos dos soldados americanos no país —, entre 1955 e 1961.

Verificamos que o valor das doações anuais teria oscilado ao redor de 10% do PIB.

TABELA 3.3.3.1 – PNB e Ajuda Econômica Americana, 1955-1961							
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Ajuda Externa / PNB (%)	12,5	13,3	11,7	9,3	6,0	7,3	10,9
Fonte: Cho (2001: 120) <i>apud</i> BANK OF KOREA, Economic Statistics Yearbook, 1954-1962							

O recebimento de recursos a fundo perdido desta ordem, por vários anos, sem lugar à dúvida representaria um formidável impulso à economia de qualquer país. Outrossim, é preciso penetrar ainda mais profundamente nos fatos relativos a estas doações para apreender a real magnitude deste influxo.

A ajuda econômica era concedida sob a forma de produtos doados pelos EUA ao governo coreano. Parte destes produtos era então revendida internamente a preços de mercado, gerando assim uma importantíssima receita fiscal para o Estado coreano. Esta fonte adicional de recursos fiscais teria sido fundamental à reconstrução da infraestrutura física e estatal do país. Por exemplo, a construção de edifícios para as escolas públicas, cuja cobertura se expandiria fenomenalmente dali adiante, certamente contou com esta preciosa arrecadação adicional (Cho, 2001:119). Na Tabela 3.3.3.2 é possível acompanhar, ano a ano, o colossal peso da ajuda para o financiamento do Estado coreano. Note que a revenda das doações americanas responderia, em média, por 45,5% da arrecadação global entre 1957 e 1961.

TABELA 3.3.3.2– Receita Fiscal e Ajuda Econômica Externa, 1957-1961						
	1957	1958	1959	1960	1961	Média (1957-61)
Receita Fiscal	100	100	100	100	100	100
Receita Fiscal Gerada Internamente	28,1	31,0	48,5	51,5	30,4	37,9
Receita Fiscal Associada à Venda de Doações Externas	52,1	51,1	41,5	34,6	48,5	45,5
Outras (Fabricação e Vendas de Cigarros e Ginseng + Empréstimos)	19,8	17,9	10,0	13,9	21,1	16,6
Fonte: Cho (2001: 122) <i>apud</i> Lee, Sung-Yoo, The Korean Economy and U.S. Aid [<i>Hanguk Gyungje-wa Miguk Wonjo</i>]. Donga Publishing Co., p. 145, 1962.						

Já na Tabela 3.3.3.3 é possível verificar que o volume de arrecadação fiscal chegou a níveis consideráveis durante o período entre 1953 e 1961. Isto dificilmente teria sido factível sem tamanho empurrão de uma força alienígena.

Mas a mensuração do peso da ajuda não se esgotaria nas vultuosas vendas de donativos. Além delas, o Estado coreano recebia doações que utilizava diretamente em suas atividades —como remédios—. Neste caso, a magnitude da ajuda não é captada pelo lado da receita com revenda. Na Tabela 3.3.3.4 é possível verificar o peso da chamada “Conta Especial para Reconstrução Econômica”, que compreendia este tipo de doação. Em 1957, esta rubrica alcançaria 23,8% do orçamento.

TABELA 3.3.3.3 – Arrecadação Fiscal e PNB, 1953-1961							
	1953	1955	1957	1958	1959	1960	1961
Arrecadação Fiscal/ PNB (%)	15,1	19,5	26,1	27,7	24,6	23,0	26,5
Fonte: Cho (2001: 121) <i>apud</i> ECONOMIC PLANNING BOARD, 1962 Budget Overview							

TABELA 3.3.3.4 – Conta Especial para Reconstrução Econômica em Proporção do Orçamento Geral do Governo Central, 1957-1961					
	1957	1958	1959	1960	1961
Orçamento Geral (em Bilhões de Wõn)	362,0	410,2	415,6	428,5	638,6
Minutas da Conta Especial para Reconstrução Econômica (em Bilhões de Wõn) = B	86,3	78,5	59,5	47,6	45,2
B / A (%)	23,8	19,1	14,3	11,1	7,1
Minutas de Venda de Grãos Provenientes da Ajuda (em Bilhões de Wõn) = C	153,9	186,5	145,2	122,7	292,4
C / A (%)	42,5	45,5	32,9	28,6	45,8
Fonte: Cho (2001: 122) <i>apud</i> Lee, Sung-Yoo, The Korean Economy and U.S. Aid [<i>Hanguk Gyungje-wa Miguk Wonjo</i>]. Donga Publishing Co., p. 147, 1962.					

Para se ter uma real dimensão do impacto da ajuda externa na economia coreana dos anos 1950, é preciso reter que esta equivaleria a um volume anual de doações de cerca de US\$ 45 bilhões para uma economia com o tamanho daquela que a Coréia possuía em 2002 (Cho, 2001: 120). Assim, torna-se mais clara a razão que teria permitido à Coréia manter taxas de investimento tão superiores às suas taxas de

poupança durante os anos 1950. Na Tabela 3.3.3.5 é possível examinar atentamente estes dados.

TABELA 3.3.3.5 – Taxas Totais de Investimento e Poupança Domésticos, Países Selecionados, (1953-1960, em %)		
	Poupança	Investimento
Estados Unidos	17,5	17,3
Japão	27	27,9
Taiwan	10,6	16,4
Filipinas	7,8	9,3
Coréia do Sul	5,4	14,1
Índia	11,9	14,2
Fonte: Cho (2001: 121) <i>apud</i> NAÇÕES UNIDAS, National Income Statistics Yearbook, 1954-1962 e GOVERNO DA ÍNDIA, Economic Survey, 1995-1996.		

Quando, no capítulo anterior, discutimos o trabalho de Anne Krueger, a ajuda também foi o alvo de nossas atenções. Vimos que esta autora reconhece a existência deste enorme influxo de doações americanas para a Coreia — as Tabelas 2.2.2.1 e 2.2.2.2 são consistentes com aquelas apresentadas acima —. Como, a despeito da consensual intensidade deste influxo, a economia coreana cresceu relativamente pouco durante o período em questão⁴⁰, a autora é levada a perseguir o “motor do crescimento” coreano no período subsequente, que seria caracterizado por uma aceleração do crescimento econômico. Não devota muita ênfase, portanto, às possíveis dimensões construtivas destas doações. Falhando ao não examinar a dimensão fiscal deste “empurrão”, Anne Krueger não atenta para a contribuição da ajuda externa à reconstrução do Estado coreano, que logo viria a se tornar um elemento crucial do “modelo coreano” — note que a importância que viria a ter este Estado é reconhecida por todos os autores apresentados no capítulo anterior, à exceção de Paul Kuznets —.

⁴⁰ Os dados do crescimento coreano foram apresentados no Capítulo I.

É somente a partir do momento histórico sobre o qual acabamos de nos debruçar que volta a fazer sentido falar em escolhas políticas efetuadas pelos próprios coreanos, enfim capazes de ensaiar alguma influência direta nos rumos da modernização do país. Pois, até aqui, todos os passos críticos que preparariam terreno para o *boom* que logo deslancharia foram tomados a partir de decisões de autoridades estrangeiras. Talvez convenha retomar: 1) a abertura dos portos foi imposta pelo Japão, 2) as reformas sociais Kabo foram igualmente produto do imperialismo japonês, 3) a introdução da moeda e dos bancos idem, 4) o soerguimento de um aparato estatal colonial orientado para a aceleração da industrialização idem, 5) a reforma agrária foi empreendida pelo governo de ocupação, 6) a alfabetização em massa idem, e 7) o tiro de misericórdia na antiga sociedade estamental foi produto da guerra. Aparentemente, entre 1876 e 1953, os coreanos foram sistematicamente atropelados por uma história que, para seu azar ou sorte, os conduziu a um frenético processo de dinamização econômica e mudança sócio-cultural.

Contudo, neste momento nevrálgico em que recuperariam sua autonomia formal, o exercício desta seria fortemente condicionado por uma verdadeira avalanche de recursos externos que, por um lado, tornariam possível a rápida reconstrução de seu ancestral Estado nacional, mas, por outro, implicariam a renúncia de qualquer milímetro de autonomia nacional que não estivesse em plena consonância com as ambições e paranóias de um poderoso Estado estrangeiro.

E assim, a partir deste ponto, o subdesenvolvimento coreano adquiriria, para retomar a brilhante metáfora de Furtado, a face do deus Jano, que tanto olha para frente

quanto para trás.⁴¹ Configurara-se o subdesenvolvimento enquanto um impasse histórico estruturalmente perenizado. Impasse este que, se é verdade que conviveu até aqui com acelerado crescimento econômico, se faria presente também em nossos dias. Por exemplo: no aparentemente insolúvel embate entre as duas metades de um único povo, reveladamente incapaz de reativar um consenso que lograsse a reunificação do território. Mais grave ainda é este dilema quanto estamos falando de um povo que, sugestivamente, é capaz de comemorar a cada ano, no feriado do dia 3 de outubro⁴², a fundação simbólica de seu antiquíssimo país em 2.333 antes de Cristo.

Como concluiu astutamente Bruce Cumings, a respeito do governo Syngman Rhee (1948-1960), “A influência americana penetra todos os ramos da administração [...]. Os americanos estavam no governo, no exército, na economia, nas ferrovias, nos aeroportos, nas minas, nas fábricas, forneciam dinheiro, eletricidade, *know-how*, e até socorro psicológico. Gasolina americana abastecia cada veículo no país. A influência cultural americana era ‘excessivamente forte’, cobrindo desde bolsas de estudo nos Estados Unidos, até a forte presença missionária, até os ‘cinemas ambulantes’ e salas de exibição permanentes que passavam principalmente filmes americanos, até a [programação da rede] ‘Voice of America’⁴³, até os jogos da liga americana de baseball: ‘a América é a verdadeira terra dos sonhos’ para milhares, ou milhões de coreanos.” (Cumings, 1997, p. 255, minha tradução) É neste contexto, tão árido à germinação daquilo que Furtado definira como uma “vontade coletiva” consistente, que a Coreia se engajaria no desastrado esforço americano no Vietnã.

⁴¹ Furtado, 1992, p. 57.

⁴² No calendário oficial da Coreia do Norte, esta data não é um feriado.

⁴³ Rádio e Televisão oficial mantida e controlada pelo governo federal norte-americano, oficialmente comprometida com a “diplomacia pública”. A programação é difundida em dezenas de línguas, inclusive o coreano.

3.3.4 – A Participação Coreana na Guerra do Vietnã e a Transubstanciação da Ajuda Americana:

Entre o desfecho da Guerra Sino-Francesa de 1884-85 e a Capitulação Japonesa de 1945, o Vietnã, outra antiga sociedade confuciana, esteve sob domínio formal estrangeiro. A independência do país começaria a ser reivindicada ainda antes do fim da II Guerra Mundial. A liderança do movimento caberia a Ho Chi Minh, comprometido com os ideais nacionalistas e socialistas. Assim, em 1945, tem início um enfrentamento entre este movimento patriótico vietnamita e a França, antiga metrópole colonial. Tratava-se da chamada Primeira Guerra da Indochina, que se estenderia até 1954, culminando com a bipartição do território do país. Ao norte do paralelo 17°N, formava-se a República Democrática do Vietnã. Ao sul deste marco divisório, a República do Vietnã.

Poucos anos depois, eclodiria a chamada Segunda Guerra da Indochina, popularmente conhecida como Guerra do Vietnã, que seria travada entre 1959 e 1975. O novo conflito seria a resposta americana e sul-vietnamita à possibilidade de reunificação do país sob um governo setentrional. A República Democrática do Vietnã contava também com o apoio da Frente Nacional pela Liberação do Vietnã do Sul — os famosos Việt Cộng —. O objetivo de ambos era a reunificação do país sob um governo socialista encabeçado por Ho Chi Minh — que era muito popular também no sul —.

O início do envolvimento dos Estados Unidos nos assuntos do Vietnã datava de 1950, colaborando com as forças coloniais francesas. Em 1956, os americanos assumiriam a responsabilidade pelo treinamento do Exército da República do Vietnã —

ou Vietnã do Sul —. Com a eclosão do conflito, os EUA tomariam partido, claro, do sul pró-capitalista. A China e a União Soviética apoiariam o lado apostado.

A Guerra somente termina em 30 de abril de 1975, com a Queda de Saigon⁴⁴, e a retirada definitiva dos norte-americanos. Há muita controvérsia sobre o número das baixas americanas em decorrência desta guerra, mas cerca de 58.000⁴⁵ seria talvez uma boa estimativa.

Além dos Estados Unidos, alguns outros aliados americanos coadjuvantes também empenhariam a vida de seus filhos nesta guerra. Na Austrália, a título de exemplo, seriam contabilizadas algo como 470 mortes. Já na República da Coreia, foco de nosso trabalho, teriam sido cerca de 4.400 mortos.⁴⁶

Note que República da Coreia teria sido, dentre todos os países diretamente envolvidos na guerra, aquele a enviar ao Vietnã o maior contingente de tropas como percentagem da população total do país — cerca de 300.000 soldados — (Cho, 2001: 127).

Como resultado de tamanho engajamento coreano nesta guerra, os governos dos Estados Unidos e da República da Coreia firmariam um documento chamado “Memorando Brown”, assim denominado em homenagem ao embaixador americano na Coreia do Sul, Winthrop G. Brown. Mediante o acordo ali celebrado, os Estados Unidos garantiriam enormes vantagens econômicas à Coreia. O memorando previa: 1) apoio financeiro ao país, 2) assistência técnica e financeira para a modernização de suas forças armadas, 3) apoio à expansão das exportações do país, 4) prioridade para as empresas de

⁴⁴ A atual cidade de Ho Chi Minh.

⁴⁵ Há diversas estimativas, com números sempre levemente distintos. Esta foi retirada de Kutler, Stanley. *Encyclopedia of the Vietnam War*, 1996.

⁴⁶ Estes dados são muito sujeitos a controvérsias. Estas estimativas foram compiladas na Enciclopédia Britânica e em Summers, H. *Vietnam War Almanac*, 1985. Servem apenas para dar uma dimensão grosseira do tamanho conflito, cuja análise aprofundada passa longe do escopo desta dissertação.

origem sul-coreana em contratos de fornecimento e serviços relacionados à guerra e, 5) garantia de que os técnicos civis coreanos teriam oportunidades de trabalho no Vietnã (Cho, 2001: 127).

Como é possível checar na Tabela 3.3.4.1, o “Memorando Brown” significou uma fantástica contribuição a um país que, como já vimos, era extremamente dependente de doações americanas. Note que, à época, as autoridades americanas já haviam deixado clara sua intenção de ir reduzindo o antigo fluxo de ajuda econômica⁴⁷. O Vietnã preencheria, assim, a lacuna aberta. Entre 1962 e 1969, os dados deixam claro que as exportações ao Vietnã, somada à assistência militar americana associada à guerra, adquiririam enorme peso no frágil equilíbrio externo da economia coreana.

TABELA 3.3.4.1 – Ajuda Militar Americana e Exportações Coreanas para o Vietnã em Relação ao PIB e às Exportações, 1962-1969					
	Receita Total com Ajuda Militar dos EUA e Exportações para o Vietnã (A)	PIB em US\$ milhões (B)	Exportações Totais em US\$ milhões (C)	(A)/(B) em %	(A)/(C) em %
1962-63	96,5	3192,3	95,7	3,0	100,8
1964-65	104,6	2826,6	294,2	3,7	35,6
1966-67	209,2	4163,4	570,5	5,0	36,7
1968	306,6	5500,0	455,4	5,6	67,3
1969	372,9	6597,4	622,5	5,6	59,9
Fonte: Cho (2001: 128) <i>apud</i> Naya, Seiji. The Vietnam War and Some Aspects of Its Impact on Asian Countries. The Developing Economies, 9 (1), pp. 31-57, 1971.					

Já na Tabela 3.3.4.2 são apresentados dados mais amplos sobre as diversas origens das divisas que ingressariam na Coreia em decorrência do “Memorando Brown”. A importância da guerra enquanto fonte de recursos externos fica ainda mais evidente se

⁴⁷ Já mencionamos isto quando apresentamos o trabalho de Anne Krueger. A autora afirma que, entre 1960 e 1965, teria início uma fase de transição, culminando com o fim completo da ajuda econômica em 1972 (Krueger, 1982: 80-82, 152)

retivermos que, a todas as rubricas apresentadas na tabela, ainda devemos somar a ajuda militar direta, captada na tabela anterior.

TABELA 3.3.4.2 – Divisas Recebidas pela Coréia ao Participar da Guerra do Vietnã, 1966-1968, em Milhões de US\$			
	1966	1967	1968
Exportação de Bens para o Vietnã	13,8	7,3	5,6
Venda de Artefatos Militares	9,9	14,5	30,8
Contratos de Construção e Serviços	12,3	43,5	58,4
Remeças de Civis	9,7	40,6	38,4
Remeças de Soldados	13,2	30,0	34,4
Outros	0	8,8	4,6
Total (A)	58,9	144,7	172,2
Exportações Totais (B)	250,3	320,2	455,4
(A)/(B) em %	23,5	45,2	37,8
Fonte: Cho (2001: 128) <i>apud</i> BANK OF KOREA, Economic Statistics Yearbook			

Pelos dados aqui expostos, já é possível levantar questionamentos sobre a contribuição de vários teóricos — como, por exemplo, Anne Krueger —, que trabalham com a hipótese de que a “ajuda” teria estancado nos anos 1960. Ora, para estes autores o fim da ajuda econômica teria levado o governo Park Chung Hee (1963-1979) a adotar uma política corajosa, desafiando o “pessimismo comercial” vigente entre os *Cepalinos*. No entanto, estas contribuições falham em não perceber que o Vietnã teria aberto aos americanos a engenhosa possibilidade de transubstanciar a ajuda. Ao invés de doações diretas com embaraçosas etiquetas da USAID, eram agora bilionários contratos de exportação de mercadorias e serviços, remessas de soldados aliados, e assistência técnica militar aos companheiros de batalha. Tudo justificável politicamente pelos interesses do “mundo livre”, e pelo ideal de assegurar a “liberdade” aos sul-vietnamitas.

Claramente, é somente em vista deste novo e singular contexto internacional, muito distante daquele vigente na América Latina, que se torna possível compreender os resultados tão alvissareiros obtidos pelas exportações coreanas deste período. Examinemos mais alguns interessantes dados.

Na Tabela 3.3.4.3 há números sobre a composição das exportações sul-coreanas ao Vietnã. Os dados demonstram, por exemplo, que as exportações de ferro e aço, cuja parca competitividade era atestada por representarem apenas 1,7% das exportações totais coreanas, bateriam recordes de exportações ao Vietnã, que absorveria 94,3% das exportações do setor. Como mostra a tabela, este curioso fenômeno se repetiria em sete outros setores. Em direção contrária estava o setor agrícola que, responsável por 13,6% das exportações coreanas, teria no Vietnã apenas 1,3% do seu mercado.

TABELA 3.3.4.3 – Exportações para o Vietnã Durante a Guerra, em %			
Contribuição Setorial Percentual	No Total de Exportações para o Vietnã	No Total Geral de Exportações	Exportações para o Vietnã / Total de Exportações do Setor
Todos os Setores	100	100	
Total dos Setores Abaixo	87,2	18,2	
Produtos Agrícolas	5,1	13,6	1,3
Bebidas	1,7	0,1	44,2
Impressões e Publicações	1,5	0,2	32,8
Outros Produtos Químicos	0,5	0,0	40,9
Produtos de Ferro e Aço	45,8	1,7	94,3
Máquinas não Elétricas	15,5	1,3	40,8
Equipamentos de Transporte	9,5	0,6	51,8
Vidro, Pedra e Argila	3,9	0,4	33,0
Metais Não-ferrosos	13,5	0,7	16,5
Fonte: Cho (2001: 129) <i>apud</i> Naya, Seiji. The Vietnam War and Some Aspects of Its Impact on Asian Countries. The Developing Economies, 9 (1), pp. 43, 1971.			

Mas o rol de negócios coreanos deliberadamente privilegiados pelo “Memorando Brown” transcenderia em muito o domínio dos oito setores acima listados. Um outro caso paradigmático seria o setor de construção civil, no qual a Coréia detém atualmente uma enorme capacidade competitiva. Nem sempre foi assim. No projeto de construção da Rodovia Pattani-Narathiwat (1966-68), na Tailândia — o primeiro contrato internacional de construção tocado pela Hyundai Construction —, é sabido que o governo americano influenciou fortemente na escolha da empreiteira coreana encarregada da obra (Cho, 2001: 128). Em pouco tempo, a Hyundai venceria outros contratos: no Vietnã, na Papua-Nova-Guiné, na Austrália, etc.

Outro setor muito agraciado seria o de logística e transportes. O Grupo Hanjin, cujos containeres podem ser avistados hoje em qualquer grande porto do mundo, cresceu fabulosamente em decorrência dos fretes associados ao Exército Americano.

Fica claro que muitas empresas coreanas tiveram nos contratos decorrentes do “Memorando Brown” uma verdadeira incubadora, capaz de permitir que se lançassem ao mundo, mesmo sem ter maturidade para alçar tamanho vôo por si mesmas. O “Memorando Brown” lhes havia garantido uma preciosa fatia de mercado por 15 longos anos, adicionando ao seu portfólio ninguém menos que o maior cliente do mundo, que é o Estado americano. Esta conjuntura logo permitiria a sua transformação em verdadeiros gigantes de notória competitividade (Cho, 2001: 129).

A conclusão é muito simples: é preciso muito comedimento, então, quando se compara a “performance” exportadora coreana com aquela ostentada pelos países latino-americanos. Pois a Coréia do Sul se inscrevia, atestam as evidências acima, em um contexto internacional muito particular, tendo encontrado abertas muitas portas que para nós sempre estiveram, via de regra, fechadas.

3.3.5 – A Normalização das Relações Nipo-coreanas: Contribuição ao Equilíbrio Externo e Apoio ao Desenvolvimento da Siderurgia Coreana:

Desde a Capitulação Japonesa em 1945 e até os primeiros anos do governo Park (1963-1979), as relações formais entre o Japão e a Coreia do Sul estiveram entravadas pela negociação das reparações de guerra devidas pelos japoneses aos coreanos. Com o lançamento dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico em 1962, o governo coreano começaria a cogitar as enormes vantagens que poderia obter em um relacionamento mais próximo com os antigos invasores nipônicos. É neste contexto que se daria a assinatura, em 22 de junho de 1965, do chamado “Tratado sobre Relações Básicas entre a Coreia e o Japão”.

O “Tratado de Normalização”, como é comumente denominado, estabelecia oito pontos, quais sejam: 1) concluía a reabertura das relações diplomáticas entre os dois países 2) tornava nulos os tratados entre o Japão e Chosŏn, firmados antes de 1910, durante as agressões imperialistas japonesas, 3) cancelava a República da Coreia como o único governo legítimo da península, 4) estabelecia, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, o mútuo desejo de perseguir o bem-estar dos dois países, assim como seus interesses comuns, 5) reiterava a necessidade urgente de firmar tratados e acordos comerciais destinados a garantir relações comerciais com base em estabilidade e amizade, 6) reiterava a necessidade da negociação de um acordo disciplinando o tráfego aéreo entre os dois países, 7) esclarecia que o tratado entraria em vigor tão logo os “instrumentos de sua ratificação” fossem inter-cambiados em Seul.⁴⁸

⁴⁸ Este tratado é facilmente encontrado na Internet.

E é precisamente nos “instrumentos de ratificação” que estaria a questão nevrálgica do tratado. A divulgação do misterioso conteúdo dos 1.200 documentos confidenciais relativos aos termos de sua assinatura — que permaneceriam confidenciais por 40 anos, até serem finalmente liberados em janeiro de 2005 — geraria recentemente muito alarde na imprensa coreana.⁴⁹ Aparentemente, a ditadura Park teria assegurado ao Japão abdicar ao direito de pleitear juridicamente, tanto no nível individual quanto no plano governamental, indenizações reparadoras das atrocidades de guerra cometidas pelo Japão. Isto em troca da obtenção de recursos considerados preciosos ao processo de industrialização.

Na Tabela 3.3.5.1 estão listados, em detalhe, os termos da negociação, taxada por muitos coreanos de “espúria”, que levaria à normalização das relações diplomáticas nipo-coreanas.

TABELA 3.3.5.1 – Benefícios Associados à Normalização das Relações Diplomáticas com o Japão		
	Especificação	Uso
US\$ 300 milhões em doações	Pagamentos regulares por 10 anos (até 1975)	Usado para financiar o déficit no Balanço de Pagamentos, importar equipamentos industriais e para custear parte da construção da Siderúrgica de P’ohang
US\$ 200 milhões em empréstimos fiscais	Pagamentos divididos por 10 anos (3,5% a.a. de juros, para pagamento em 20 anos, com 7 de carência)	Boa parte do dinheiro foi usado na Siderúrgica de P’ohang (US\$ 88 milhões)
US\$ 300 milhões em empréstimos privados	US\$ 180 milhões para indústrias em geral, US\$ 90 milhões para a pesca, US\$ 30 milhões para a exportação de navios	Suporte à indústria
Fonte: Cho (2001: 124)		

⁴⁹ Sobre a polêmica gerada, veja o artigo “*Declassified Documents Could Trigger Avalanche of Lawsuits*”, Chosun Ilbo, 17/01/2005.

Da perspectiva atual, um pacote envolvendo uma captação de divisas da ordem de US\$ 800 milhões não parece tanto assim. Contudo, para uma economia com as dimensões possuídas pela coreana em 1965, o pacote era vultuoso. Na Tabela 3.3.5.2 é feita uma comparação entre os ingressos anuais de doações e empréstimos governamentais japoneses — associados ao acordo de normalização — e o volume de exportações empreendidas pela República da Coreia. Em 1966, este influxo representaria enormes 33,8% do volume de exportações coreano. No entanto, as reparações **oficiais** iriam perdendo ano a ano e, logo, não dariam mais nenhuma contribuição vital ao equilíbrio externo da economia coreana.

TABELA 3.3.5.2– Magnitude dos Pagamentos de Reparação em Relação às Exportações Totais, 1966-1975					
	Doações	Empréstimos Fiscais	Total (A)	Exportações Totais (B)	(A)/(B) em %
1966	39,9	44,6	84,5	250,3	33,8
1967	34,6	27,3	62,0	320,2	19,4
1968	27,9	17,8	45,7	455,4	10,0
1969	24,0	11,0	35,0	622,5	5,6
1970	25,9	8,8	34,8	835,2	4,2
1971	29,2	8,0	37,2	1068	3,5
1972	29,7	34,9	64,6	1624	4,0
1973	29,6	5,0	34,6	3225	1,1
1974	28,0	41,5	69,5	4460	1,6
1975	30,7	0,7	31,4	5081	0,6
Fonte: Cho (2001: 125) <i>apud</i> INSTITUTE OF RESEARCH IN COLLABORATION ACTIVITY. Review of the ROK-Japan Agreement, p. 176.					

Não obstante, se considerarmos somente o período entre 1967 e 1971, e incluirmos neste cômputo os empréstimos comerciais advindos do Japão, além do influxo de

investimento direto japonês, veremos que o impacto do acordo de reparação equivaleria a 23% das exportações coreanas deste quinquênio. A Tabela 3.3.5.3 fornece estes dados.

TABELA 3.3.5.3 – Cooperação Econômica com o Japão, 1967-1971		
	1967~1971, em Milhões de US\$	% do Total de Exportações
Empréstimos Públicos	153,4	4,6
Empréstimos Comerciais	394,6	12,0
Investimento Direto	65,7	2,0
Doações de Reparação	152,2	4,6
Fonte: Cho (2001: 125) <i>apud</i> ECONOMIC PLANNING BOARD, 1962 Budget Overview		

Fica evidente, aqui, a importante contribuição japonesa ao equilíbrio externo desta economia que, como vimos, vinha de um período de enorme dependência da já incerta ajuda econômica americana.⁵⁰

Além deste claro aporte, há ainda outro fato relevante quanto aos termos do acerto. Desde o início de seu governo, Park tinha recebido sucessivas negativas americanas a um recorrente pedido seu: financiamento para a usina siderúrgica que almejava construir. O acordo com o Japão tornaria possível contornar a intransigência dos técnicos de Washington, viabilizando a construção da usina em P'ohang, bem próximo à sua cidade natal. Além do financiamento, o governo coreano conseguiria arrancar dos japoneses um pacto de transferência da mais avançada tecnologia siderúrgica (Cumnigs, 1997: 231). Começando a operar em abril de 1968, bem no auge dos combates travados no

⁵⁰ Note que, como já dissemos mais de uma vez neste trabalho, esta era o momento exato em que os Estados Unidos reduziriam sua “ajuda econômica” que, segundo Anne Krueger (1982: 80-82, 152), seria completamente extinta em 1972.

Vietnã⁵¹, a POSCO — Pohang Iron and Steel Company — estaria praticamente fadada ao sucesso. Abrira-se um dourado horizonte à siderurgia coreana.

3.3.6 – A Expansão dos “Euro-mercados” e o Desenvolvimento da Indústria Pesada Coreana:

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos reivindicariam uma posição de liderança entre os países do mundo capitalista. Como os norte-americanos emitiam a moeda-reserva internacional, tinham o privilégio de financiar, automaticamente, seus eventuais déficits com parceiros comerciais. Neste contexto, nos anos 1960, vários parceiros europeus dos Estados Unidos acumulariam, involuntariamente, enormes quantidades de moeda americana em suas reservas internacionais. A solução que acabaria se impondo para esta acumulação indesejada seria, nos anos 1970, a ampliação de um circuito financeiro denominado em dólar, fora dos Estados Unidos. Com isto se permitiria que os detentores de reservas em dólar fizessem aplicações a juros livres, fora do sistema financeiro norte-americano, à época fortemente regulado. Nascia ali o “euro-mercado”.

Após o Choque do Petróleo, enormes quantidades de divisas oriundas do Oriente Médio inundariam estes “euro-mercados”. Teria início, então, um respeitável ciclo de crédito internacional fundado em fontes privadas e nos bancos multinacionais. Esta nova situação vivenciada pelas finanças internacionais traria, como veremos, maior flexibilidade à gestão econômica coreana.

⁵¹ Note que o “Memorando Brown”, analisado detalhadamente na seção anterior, havia aberto um fabuloso mercado para o aço coreano no Vietnã.

Em 1973, o governo coreano designaria as indústrias química, siderúrgica, de transportes, de eletrônicos e de máquinas e equipamentos como foco da política industrial coreana. O plano de patrocinar a transição do parque industrial coreano a este novo patamar de complexidade era considerado, pelos organismos de fomento internacionais, um verdadeiro ataque aos imperativos da eficiência produtiva.⁵²

Dadas as características do incipiente sistema financeiro interno de então, e a necessidade implícita de adquirir no mercado externo um enorme contingente de bens de capital e licenciamentos de tecnologia, a concretização destes complexos projetos industriais requeria, além de um enorme montante de capital mobilizado internamente, colossal apoio financeiro externo. Se, como vimos, era inútil esperar apoio dos organismos internacionais, como equacionar então esta questão?

A resposta viria com o surgimento do “euro-mercado”, que permitiria à República da Coréia captar uma enorme quantidade de recursos a juros bastante compatíveis. Nas Tabelas 3.3.6.1 e 3.3.6.2, é possível verificar que a Coréia absorveria um enorme volume deste tipo de financiamento durante os anos 1970. Entre 1976 e 1979, por exemplo, o país teria ficado atrás somente — entre os países do chamado Terceiro Mundo — do México e do Brasil. A dívida externa do país seria, assim, catapultada.

⁵² Veja, por exemplo, o relatório 332-KO, emitido pelo Banco Mundial no ano de 1976 e intitulado “*Current Economic Position and Prospects of the Republic of Korea*”, página 64. Nele, a instituição deixa claro considerar irrealistas os planos do governo coreano, acusando-o também de subestimar o potencial exportador das indústrias leves.

TABELA 3.3.6.1 – Empréstimos no Euro-mercado, Países Selecionados, em Milhões de US\$, Janeiro de 1976 a Dezembro de 1979

	Volume	Participação
Total	84.114	100,0
México	19.895	23,7
Brasil	17.440	20,7
Coréia do Sul	7.312	8,7
Argentina	6.074	7,2
Filipinas	5.725	6,8
Chile	2.639	3,1

Fonte: Cho (2001: 132) *apud* MORGAN GUARANTY TRUST COMPANY OF NEW YORK. World Financial Market, p. 10, 1979.

TABELA 3.3.6.2 – Dívida Externa, Países Selecionados, em Milhões de US\$, 1967-1978

	1967	1970	1973	1975	1978
Brasil					
Dívida Total	3434,4	6295,4	9176,7	14707,8	31275,7
Empréstimos Públicos	2598,3	3487,7	4545,4	5812,9	9754,4
Empréstimos Comerciais	395,7	1587,1	1863,0	1723,3	4246,3
Instituições Financeiras	440,4	1220,6	2768,3	7171,6	17730,3
México					
Dívida Total	2675,5	4206,5	7249,3	13547,7	27021,5
Empréstimos Públicos	1154,8	1702,8	2708,4	3649,8	5345,6
Empréstimos Comerciais	370,1	364,0	318,5	499,1	404,5
Instituições Financeiras	1150,6	2138,7	4222,2	9398,8	21271,3
Coréia do Sul					
Dívida Total	1199,2	3243,8	4940,0	7173,9	18146,3
Empréstimos Públicos	434,7	1415,7	2730,7	3796,8	8210,9
Empréstimos Comerciais	703,3	1327,8	1308,8	1466,2	3921,6
Instituições Financeiras	61,3	500,3	900,5	1910,9	6013,8

Fonte: Cho (2001: 132) *apud* Frieden, Jeff. Third World Indebted Industrialization: International Finance and State Capitalism in Mexico, Brazil, Algeria, and South Korea. International Organization, Vol. 35, No. 3 (Verão, 1981), p. 414, 1981.

Segundo Yoon-Je Cho (2001: 133), apenas uma ínfima parcela de 2,7% deste enorme volume de recursos seria empregada diretamente no setor industrial coreano. Na verdade, a grande maioria das captações coreanas no “euro-mercado” teria sido absorvida pelo sistema financeiro coreano. Contudo, este sistema financeiro teria simplesmente repassado internamente estes empréstimos ao setor industrial. E, pelo menos naquilo que tange à segunda metade dos anos 1970, a grande maioria teria sido empregada em grandes projetos no setor industrial pesado e químico.

Ainda segundo Cho (2001: 134), o grosso dos bancos que então concediam empréstimos à Coreia era de origem norte-americana. Este dado se revelaria muito relevante quando, após o Primeiro Choque do Petróleo, estas instituições re-avaliassem a viabilidade da rolagem da dívida da endividada Coreia. Segundo dados fornecidos por este autor, nada menos que 80% de todos os empréstimos à Coreia do Sul era então originária de bancos americanos. Para o autor, a certeza de que o governo americano não permitiria um colapso financeiro na Coreia teria encorajado a rolagem desta dívida. Quando a situação externa se acalmou, após 1976, a participação dos bancos americanos declinaria ante àquela dos japoneses e europeus. Não obstante, com a nova piora conjuntural após 1979, os bancos americanos — na contramão —, voltariam a ampliar sua presença.

Em síntese, durante os anos 1970, auge da ditadura Park, o Estado coreano adquiriria, **temporariamente** e por obra de circunstâncias absolutamente alheias a seu controle, uma autonomia relativa em relação ao governo americano naquilo que tangia ao direcionamento de seu projeto de edificação de uma economia industrial. Era possível captar recursos quase irrestritos no mercado internacional e assim, pela

primeira vez, a estabilidade das contas externas coreanas não dependeria diretamente, no curto prazo, de nenhum intrincado acerto geo-estratégico. Além disto, a vida política do país continuava politicamente asfíxiada por um regime ditatorial. Livre de constrangimentos externos de curto prazo, e com a oposição interna bastante debilitada, a concretização do “Milagre do Rio Han” tornara-se aparentemente uma mera questão “de gestão”.

É o contexto acima descrito, então, que começa suscitar análises como a de Alice Amsden, que apresentamos no capítulo anterior. Na argumentação feita pela autora, que é rigorosa quanto aos detalhes, mas profundamente míope na identificação do contexto, o Estado coreano parece dotado de um grau aparentemente infinito de autonomia de ação. É preciso estar atento, porém, para o quão específico fora o contexto histórico por trás deste aumento relativo no grau autonomia do país — específico mesmo no âmbito da peculiar história coreana —. Convém frisar, esta peculiaridade histórica invalida, claramente, qualquer discussão sobre um “modelo coreano” replicável *mutatis mutandis*.

Sem dúvida, parece muito razoável o argumento da autora, segundo o qual, ao invés de confiar no mercado como mecanismo de alocação de recursos, o Estado coreano teria promovido ativamente a edificação do edifício industrial (Amsden, 1989: 139-155). E, evidentemente, o acelerado crescimento coreano parece indissociável deste rol de políticas. Todavia, é preciso reter que, mesmo neste momento tão peculiar, a autonomia coreana só podia ser exercida dentro de determinados limites — por exemplo, a presença de tropas americanas era condição clara para a supressão das oposições ao regime e, então, as autoridades americanas tomavam parte, dia após dia, de importantes decisões de política interna —.

3.3.7 – O Japão e a Crise da Dívida dos Anos 80: a Aterrissagem Adiada e Suavizada da Economia Coreana:

Durante os anos 1970, um dos eventos político-internacionais mais emblemáticos da história mundial do pós-guerra traria drásticas consequências para a periferia do sistema capitalista. Trata-se da brusca elevação dos preços do petróleo, especialmente nos anos de 1973 e 1979. Nesta ocasião, os preços deste produto crucial se descolariam de seu patamar histórico do pós-guerra, de US\$ 3 por barril, aproximando-se de algo como US\$ 12 em 1974. Deste último ano até 1978, os preços do petróleo oscilariam entre US\$ 12 e US\$ 15. Aí voltariam a aumentar, em 1979, até que o barril atingisse o pico de US\$ 37 em 1981.

Não obstante a gravidade desta alteração conjuntural para os países periféricos importadores de petróleo, estes também foram vítimas de um aumento generalizado nos preços da cesta de produtos que importavam do centro — como decorrência óbvia da redução do dinamismo do comércio internacional —.⁵³

Completando a tragédia, a evolução dos juros internacionais seria igualmente perversa. A Libor evolui, então, do patamar de 5% ao ano antes do choque para uma faixa entre 8 a 10% entre 1974 e 1978. A partir daí, a trajetória desta taxa torna-se insólita, atingindo o inacreditável pico de 19% em 1981.⁵⁴

Como resultado desta conjuntura adversa, a Coreia — que, como vimos na seção anterior, havia se endividado bastante nos anos 1970 — enfrentaria severos solavancos. Em 1978, a dívida externa sul-coreana era equivalente a US\$ 18 bilhões. Poucos anos

⁵³ Sobre o impacto dos solavancos deste período para a periferia veja: Sunkel, O.; Griffith-Jones, S. *O Fim de uma Ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁵⁴ Sobre este movimento das finanças internacionais veja: Parboni, R. *The Dollar and its Rivals*. Londres: Verso, 1980.

depois, em 1983, a Coréia já acumularia uma dívida externa de US\$ 44 bilhões. (Cumings, 1997: 273).

Contudo, neste momento-chave após a Moratória Mexicana de 1982, a vizinhança com o Japão se revelaria extremamente “benigna”, para usar um terno de Otaviano Canuto. Assim, como elucida Bruce Cumings (1997: 335), o governo Japonês ofereceria à Coréia um pacote de ajuda equivalente a 5% do PIB e 10% da dívida externa coreana no ano de 1983.

Além deste precioso pacote de salvação feito neste momento crucial, a proximidade com o Japão também renderia à Coréia outras vantagens. Neste contexto, a Coréia conseguiria “[...] driblar a crise da dívida graças à possibilidade de substituir as fontes convencionais de crédito, através de empréstimos bancários (no Euromercado e junto aos bancos americanos), por novas operações de captação – securitizadas – no mercado financeiro japonês.” (Canuto, 1994: 9)

Durante a turbulência, a dívida externa coreana teria pulado do patamar de 35,8% do PIB em 1979 para enormes 53,9% do PIB em 1985. Porém, dali adiante, com a conclusão dos grandiosos projetos da indústria química e pesada iniciados nos anos 1970, a Coréia registraria, já a partir de 1986, grandes saldos positivos no comércio de bens e serviços. Assim, a dívida externa cairia para 29,5% do PIB já em 1987 (Canuto, 1994: 111). A tempestade aparentemente havia passado.

Note que — como já mencionamos quando apresentamos a posição do Banco Mundial sobre o “Milagre” coreano — a Coréia havia se transformaria, a partir do Acordo do Plaza de 1985, em uma espécie de área prioritária para o investimento industrial japonês. Como o governo japonês concordara com a apreciação do Iene ante ao Dólar, a antiga periferia do Império Colonial Japonês seria crescentemente enxergada,

estrategicamente, como o refúgio perfeito para a indústria exportadora japonesa. Indústria esta que, doravante, teria considerável dificuldade em preservar a competitividade de suas exportações, caso estas se originassem unicamente do Japão. Ademais, as pressões americanas tendiam apenas a crescer. Preservar a estabilidade financeira de sua *hinterlândia* era um interesse estratégico japonês.

Neste contexto, o Estado coreano estaria apto a atravessar com saúde financeira a forte onda de turbulências que afetaria, drasticamente, toda a periferia do sistema capitalista. O projeto “industrialista” seria, então, preservado. Como sugerem os dados sobre o crescimento coreano apresentados no Capítulo I, a Coréia lograria estender por mais tempo o ciclo de prosperidade. A proximidade “benigna” com o Japão os permitiria retardar por mais algum tempo o abandono do rol de políticas ativas de desenvolvimento econômico. O país se aproximaria, como consequência, do nível de renda *per capita* vigente nos países mais avançados.

Isto não significa, porém, que o governo coreano não tenha sancionado o desmonte total ou parcial, pouco a pouco já desde 1980, dos mecanismos político-econômicos tradicionalmente responsáveis pelo acelerado progresso material do país. Quando a crise de 1997 veio à tona na Coréia, os alicerces historicamente responsáveis pela coesão entre as iniciativas do governo e do empresariado, consórcio que a literatura consagrara como “Korea, Inc.”, já haviam sido paulatinamente debilitados durante uma década de lenta liberalização e realização de eleições livres. Fica a impressão, porém, que a “aterrissagem” coreana fora mais tranqüila.

Retomemos brevemente, então, este processo de liberalização. Primeiro, os subsídios direcionados — que haviam sido o mecanismo por excelência de política industrial na Coréia — minguiariam a partir de 1985. Segundo, com o fim da ditadura,

em 1987, o governo teria crescente dificuldade em exercer seu poder discricionário elegendo favoritos para tocar seus projetos industriais. Os trabalhadores, historicamente excluídos, pressionariam agora por políticas re-distributivas, aumentos salariais, e repudiariam as antigas trocas ilícitas de favores. Terceiro, a tradicional convergência de visões entre o governo e o empresariado não seria mais a mesma. Divergências ocorreriam agora em questões como o escopo da atividade sindical e o ritmo da liberalização financeira. Quarto, a concentração de poder econômico por parte dos conglomerados reduziria a dependência do empresariado em relação ao governo (Kong, 2004: 201-202).

Acostumados a ter no Estado um ferrenho disciplinador dos anseios das classes trabalhadoras, os empresários opunham-se à inclusão dos representantes laborais nas decisões relevantes para o desenvolvimento do país. Mas com o advento das eleições, a partir de 1987, e principalmente após a eleição de Kim Dae-Jung, em dezembro de 1997, a aliança entre os empresários e o governo teria que ceder lugar a uma acomodação de interesses econômicos de espectro mais amplo.

A eleição de Kim Dae-Jung representaria a primeira alternância pacífica de poder da história sul-coreana. Também significaria a transferência de poder da próspera região de Kyongsang (região de origem dos presidentes Park, Chun, Roh Tae-Woo e Kim Yong-Sam) para a região relativamente pobre de Chölla, no sudoeste coreano. Durante este período, então, a Coréia se abriria politicamente para um conjunto de forças que se encontravam ausentes do processo político. (Kong, 2004: 202-207).

Desde o início dos anos 80, a economia coreana daria início um gradual desmonte de seu sistema econômico voltado, como diria Alice Amsden, para o *catching-up*, movendo-se em direção a um arcabouço institucional mais liberal. Assim, o mercado

coreano de produtos seria aberto em grau similar ao de países europeus ocidentais até meados dos anos 1990. Os subsídios aos projetos industriais também cairiam severamente. O sistema estatal de coordenação dos investimentos internos e de avaliação discricionária de sua pertinência perderia, assim, sua anterior expressão. A liberalização financeira também progrediria. Taxas de juro e de câmbio seriam igualmente liberalizados. A abertura do mercado de capitais avançaria significativamente, especialmente após a entrada da Coreia na OCDE em 1993. Empréstimos comerciais do exterior seriam permitidos sem aprovação governamental. A privatização avançaria. (Shin, 2004: 133).

Segundo Chang (2004: 122) e Shin (2004: 140), seria exatamente este quadro de enfraquecimento do tradicional arcabouço propulsor do crescimento econômico coreano, sem a paralela criação de algo à altura de substituí-lo, que estaria na raiz da grave crise enfrentada pelo país em 1997. A onda de globalização não havia significado, assim, a criação de instituições novas que fossem capazes de reorganizar o crescimento do país rumo a etapas superiores. Só o que se teria logrado, então, teria sido a desestruturação paulatina daquilo que havia.

Coloquemos o problema em termos bem *furtadianos*. De acordo com o cenário descrito nos parágrafos acima, dois processos distintos parecem se interpenetrado para explicar a queda na taxa de crescimento da economia sul-coreana a partir de 1997, quais sejam:

- i. A partir de fins dos anos 1990, a dependência não mais significaria, automaticamente, acelerado crescimento econômico. Após décadas crescimento industrial acelerado, os conglomerados industriais sul-coreanos possuíam agora uma presença consolidada em todo o globo.

Sua dependência da “incubadeira” representada historicamente pelo mercado nacional coreano havia decrescido. Seus interesses objetivos seriam, doravante, a liberalização comercial e financeira, e a desarticulação do estado desenvolvimentista coreano. Isto, claro, se traduziria em uma baixa na taxa de crescimento da economia do país. Mas facilitaria, sobremaneira, sua operação transnacional já solidamente estabelecida. Ademais, o fim da “Guerra Fria” eliminara a necessidade de transformar a Coreia do Sul em um “arquetipo de democracia na Ásia”. A tensão com a Coreia do Norte tornara-se, agora, muito mais uma querela retórica e política (interna e internacional) do que um problema de competição entre sistemas econômicos antagônicos. Não era mais urgente, sob o ponto de vista norte-americano, que a economia do país crescesse a taxas ímpares. A continuidade do crescimento somente interessaria ao restante da população sul-coreana, historicamente excluída do processo decisório.

- ii. Por outro lado, com o retorno das eleições livres, também nos anos 1990, o regime político autocrático que, em termos *furtadianos*, se casa intimamente com a dependência econômico-cultural, foi sendo minado. A eleição de Kim Dae-Jung marcaria, por exemplo, uma grande renovação na distribuição inter-regional do poder político, além da abertura da pauta do debate público às questões trabalhistas. Neste contexto, os vários processos de “socialização de prejuízos” começariam a se tornar politicamente cada vez mais difíceis. Os artifícios — legais

ou extralegais — de transferência de renda para os conglomerados seriam alvo de permanente ataque jurídico, ideológico e retórico.

O vetor resultante destas duas forças parece ter sido a conjugação de crescimento econômico mais modesto, continuidade da dependência em todos os seus sentidos e, ainda, progressiva liberalização política e econômica. Em termos *cepalinos*, crescimento acelerado, pelo menos por enquanto, não mais é compatível com dependência.

No próximo capítulo, nosso objetivo será analisar como se deu, historicamente, a oposição política ao padrão de crescimento sul-coreano e, ao mesmo tempo, como esta oposição foi sistematicamente silenciada, de modo a garantir a continuidade de um modelo político autocrático, associado a um modelo econômico bastante dinâmico, ainda que sujeito a diversos questionamentos.

CAPÍTULO 4 — Repressão Política e Crescimento: Retomando a História da Dissidência Coreana (1894-1993)

4.1 – Introdução:

No Capítulo 2, procuramos demonstrar que o notável desempenho do PIB sul-coreano entre as décadas de 1960 e 1990 suscitou grande interesse acadêmico acerca da economia deste país. Porém, não obstante o grau de sofisticação e detalhamento atingido por algumas destas análises, o debate dominante esteve confinado a um grupo de autores que, total ou praticamente, negligenciou a importância analítica do peculiar contexto histórico e geopolítico em que a Coreia se inseria. Assim, procuramos demonstrar, no Capítulo 3, que este contexto é peça-chave para que possamos compreender as razões do dinamismo coreano. Além disto, argumentamos que, como consequência da constatação anterior, a discussão sobre um “modelo” ou uma “receita” coreana dificilmente pode fazer sentido: a vitalidade do padrão de crescimento ali vigente é inextricavelmente ligada a esta conjuntura.

Mas há ainda um outro tipo de equívoco em que recaíram todos os autores que tomaram parte do debate acima: todos partem do pressuposto inicial de que algo de muito positivo teria ocorrido na Coreia — afinal, é isto que suscita a análise —. Como a essência do debate é a busca das bases político-econômicas para um “modelo”, não é empreendida uma análise mais cuidadosa daquilo que, de fato, estava mudando nas vidas dos coreanos. Como esta discussão não é trazida à tona, a melhoria linear das condições de vida daquele povo é ingenuamente admitida como resultado automático das altas taxas de crescimento do produto interno.

Um exemplo paradigmático deste tipo de equívoco pode ser identificado na obra de Paul Kuznets (1977). Quando este autor aborda o êxodo rural sul-coreano, ao invés de tributá-lo, por exemplo, à piora das condições da agricultura familiar coreana durante a

Era Park, o autor prefere encarar a situação do campo, implicitamente, como uma constante. A partir daí, o autor idealiza um *Homo œconomicus* padrão que, se parte para a cidade em busca de algo melhor, deve ser por que lá há, de fato, algo melhor. Logo, o autor conclui que a situação do trabalhador coreano estaria, evidentemente, melhorando. Tal veredicto é proferido, em poucas linhas, sem que o autor sequer se sinta na obrigação de penetrar em dados mais objetivos sobre o tema.

No entanto, até uma análise superficial do dia-a-dia sul-coreano é capaz de revelar algumas dimensões perturbadoras, aparentemente incompatíveis com as noções de “modelo” ou “milagre”. Pois mesmo nos noticiários vinculados pela grande imprensa ocidental, não é novidade para ninguém o longo histórico de greves, protestos e respostas policiais violentas — aí incluindo até massacres — fortemente associados à história da indústria sul-coreana. Contudo, estes episódios não são alvo dos comentários de nenhum dos autores envolvidos neste debate. O que, então, estaria por trás destes embates?

Por debaixo dos números dignos de nota, como argumentaremos neste capítulo, também é possível enxergar uma Coreia menos merecedora de admiração. É um país onde eleições livres e competitivas inexisteram até muito recentemente. Um país no qual a competitividade das exportações advém em grande medida da existência de um mercado de trabalho segmentado por gênero, no qual as mulheres — cuja presença como mão-de-obra em vários setores exportadores é dominante — recebem salários relativamente pífios. É um país no qual a renda se concentrou, década após década, desde a Liberação. É um país no qual líderes sindicais foram por décadas perseguidos e acusados oportunamente de “colaboração” com a Coreia do Norte; e em muitos casos sentenciados à morte. É um país no qual, por décadas, a liberdade de expressão foi muito restrita. É um país que, ademais de todo crescimento industrial, convive com a presença

permanente de um exército estrangeiro dentro de suas fronteiras nacionais. É um país cuja dependência econômica, comercial, cultural e geopolítica ante nações muito mais fortes impediu sistematicamente o enfrentamento de uma questão crucial: a negociação de uma via pacífica de reunificação do território nacional. Enfim, é um país onde há, sim, muita coisa que não se coaduna com a noção de “modelo”.

Nas próximas seções faremos uma análise de vários movimentos dissidentes, existentes na Coreia ao longo de seu processo de industrialização. Dividiremos estes movimentos em duas categorias. A primeira seria tipificada pela oposição nacionalista que caracterizaria a resistência às agressões estrangeiras (desde a abertura dos portos sob pressão japonesa, no último quarto do século XIX, até o governo Syngman Rhee, nos anos 1940 e 1950, o qual seria marcado pela ocupação americana e pela Guerra contra a Coreia do Norte). Como argumentaremos, ainda que as demandas sociais tenham, sim, emergido com força neste período, o alarido por autonomia nacional parece ter sido ainda mais alto, pois a recuperação da independência parecia ser o item mais urgente da agenda. Já a segunda, seria tipificada pela resistência ao regime militar, entre 1960 e 1993. Como veremos, a dissidência à ditadura foi, também, marcada pelo clamor por autonomia nacional. No entanto, neste período a industrialização acelerada permitiria que os antagonismos sociais aparecessem com mais proeminência na pauta de reivindicações.

Convém, antes de dar prosseguimento à discussão, registrar que o escopo deste capítulo é apenas assinalar três fatos a respeito da história coreana no pós-guerra: 1) houve uma constante atividade dissidente na Coreia do século XX, 2) havia grupos que se percebiam como perdedores no “modelo coreano” e, 3) esta efervescência foi constantemente contida pela ação de forças estrangeiras, preservando um delicado equilíbrio político autocrático na península.

Três outras discussões importantes, quais sejam: 1) a delimitação específica de quais os grupos “perdedores” e “ganhadores”, 2) a análise sobre quais os termos concretos da aliança político-econômica entre grupos “ganhadores” nativos coreanos e seus aliados estrangeiros e, 3) a reflexão sobre quais as consequências desta correlação de forças para a conformação do parque industrial — por exemplo, sua relação com o surgimento do conglomerado industrial coreano —, estão fora do escopo desta dissertação. Compreendemos serem estas últimas questões bastante relevantes para a reflexão sobre a industrialização coreana. Infelizmente, o estreito limite de tempo em que teve de ser realizada esta pesquisa impede a abordagem de mais estes assuntos. Fica, então, o registro da necessidade de retomar esta discussão.

Para os limites deste trabalho, porém, nosso objetivo é apenas assinalar, resgatando os ensinamentos de Furtado, que “dependência” se casaria com “autoritarismo” também na história industrial sul-coreana.

4.2 – Resistência Nacional às Agressões Estrangeiras: 1894-1960

Com a assinatura do Tratado de Kanghwa, em 1876, a Coréia põe fim a séculos de suserania chinesa, e o contato com a civilização capitalista se torna francamente inevitável. Este tratado, como já vimos, conferiria aos japoneses acesso privilegiado aos portos e mercados coreanos. Numa tentativa de minimizar as concessões feitas ao agressivo vizinho, o governo coreano negociaria tratados semelhantes com outros países. Assim, um tratado com os Estados Unidos foi firmado em 1882, outro foi firmado com Grã-Bretanha em 1883 e, por fim, mais um foi acertado com os russos em 1884. Mas esta estratégia desesperada logo se revelaria absolutamente desastrosa.

A assinatura deste conjunto de acordos produziria conseqüências extremamente danosas para uma economia que, então, praticamente se resumia à agricultura tradicional, praticada em bases tecnológicas e institucionais praticamente inalteradas por séculos. Primeiramente, haveria um notável aumento nas despesas do Estado coreano, pois o reino se comprometera a executar obras de modernização em sua estrutura portuária. Estes gastos somente poderiam ser custeados mediante um aumento nos impostos pagos pela rudimentar atividade agrícola.

Segundo, a abertura dos portos significaria uma progressiva drenagem do arroz produzido no país rumo ao insaciável mercado japonês. O resultado não podia ser outro: um considerável aumento no preço do item que constituía a base da dieta coreana. E, como naquela agricultura, ainda organizada ao molde tradicional, a oferta era muito rígida, isto ocasionou uma elevação permanente no custo de vida vigente no campo. De forma análoga, os pescadores artesanais seriam afetados pela presença das companhias pesqueiras japonesas em águas territoriais coreanas. Surgira um ambiente potencialmente explosivo (Cumings, 1997: 116).

Décadas antes da abertura dos portos, a Coréia já vinha sendo lentamente interpenetrada por valores cristãos, que ali chegavam pela ação de missionários católicos de origem européia, a despeito da ilegalidade de sua permanência naquele país. A difusão de valores e concepções existenciais tão distantes das tradicionais contribuiria para a emergência de um movimento religioso coreano com forte conteúdo xenófobo e que, por sua enfática defesa da igualdade entre as classes sociais, seria entendido pelas elites coreanas como uma séria ameaça. Tratava-se do *Tonghak*, ou “aprendizado oriental”, uma religião nacionalista e sincrética criada por Ch’oe Che-U (1824–64). Sua doutrina combinava premissas Confucianas, Taoístas, Budistas, Xamanistas Coreanas e,

até mesmo, Católicas Romanas. O princípio básico poderia ser traduzido como “homem e Deus são um só”. E, assim sendo, servir ao povo significava servir a Deus: era esperado de um verdadeiro fiel que se engajasse ativamente na luta pela construção de uma sociedade mais igualitária.⁵⁵

Temendo a crescente popularidade da mensagem subversiva de Ch’oe, o governo coreano ordenou sua prisão em 1863, e ele foi executado no ano seguinte. Sua morte debilitou severamente o movimento *Tonghak*, mas suas idéias não desapareceriam. Nas décadas seguintes, um lento esforço de propagação da doutrina seria liderado por Ch’oe Si-Hyong (1827-1898). Em 1894, o *Tonghak* já estava pronto para desafiar o governo. É quando começa uma onda de protestos que agitaria o mundo rural coreano. Em face da reiterada negativa do governo em discutir as reformas sociais propostas pelo movimento, a rebelião tomaria conta do país e, aldeia após aldeia, as províncias do sudoeste cairiam nas mãos dos rebeldes.

Com slogans como “Expulse os anões japoneses e os bárbaros ocidentais, e louve a retidão!”, ou ainda, “Suporte a nação e sustente o povo!”, os rebeldes clamavam pelo fim da escravidão no campo, pelo fim da discriminação de origem social, pela distribuição das terras àqueles que as aravam, pelo cancelamento de dívidas, pela punição de oficiais corruptos e, especialmente, pela expulsão dos estrangeiros. A ordem havia sido dinamitada no meio rural coreano.

Completamente incapaz de controlar o próprio território, o governo coreano solicitaria auxílio chinês, ao mesmo tempo em que se dispunha a negociar com os revoltosos. Esperançosos em obter um bom acordo, os líderes rebeldes desmobilizariam a maior parte de suas milícias. Como já mencionado neste trabalho, a China Imperial

⁵⁵ Sobre o *Tonghak*, veja: Hong (1968) e Shin (1979).

enviaria suas tropas e, oportunamente, os japoneses enviariam contingentes ainda maiores. O movimento seria esmagado e Ch'oe Si-Hyong seria preso e executado em 1898. O incidente acabaria marcando o início da ingerência japonesa nos negócios coreanos.⁵⁶

Em forte contraste com a passividade das autoridades e de parte substancial das elites coreanas em relação ao crescente domínio japonês, os herdeiros do movimento *Tonghak* levariam adiante a resistência nacional contra a agressão estrangeira. Por exemplo, com a dissolução do Exército Coreano pelos japoneses em 1907, muitos soldados se recusariam a entregar suas armas, se alistando nos chamados “exércitos da retidão” e se engajando em atividades de guerrilha contra o colonizador.

Estas milícias haviam sido originalmente criadas por membros nacionalistas da aristocracia *yang-ban* e, inicialmente, contavam apenas com o alistamento de camponeses. A dissolução do exército nacional conferiria fôlego adicional ao movimento. Segundo Hart-Landsberg (1991: 103, 110), mais de 18.000 coreanos tomariam parte em enfrentamentos deste tipo, entre 1905 e 1910. Os “exércitos da retidão” chegariam a contar com um contingente de cerca de 70.000 soldados, que se engajariam em mais de 1.500 ataques às forças japonesas. Com a anexação formal ao Japão em 1910, seus membros se aquartelariam nos países limítrofes, penetrando o território coreano em ataques eventuais às posições japonesas.

Com a continuada supressão das milícias, e com sua evidente incapacidade em repelir o colonizador, a liderança do movimento de independência passaria a setores nacionalistas da aristocracia coreana. Em 1919, inflamadas pela decidida defesa da

⁵⁶ Este acontecimento tem um significado ainda mais amplo. Dali em diante, a dominação de classes na Coreia só se tornaria operacional com a presença constante de forças militares estrangeiras no país.

“auto-determinação dos povos” feita pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson, 33 lideranças nacionalistas leriam uma “Declaração de Independência”, que levaria às ruas milhões de coreanos. Era o “Movimento de Março de 1919”, do qual tomariam parte de estudantes e trabalhadores a fazendeiros e comerciantes (Cumings, 1997: 154-155 e Kim, 1996: 1185-1191). A derrota do movimento seria um divisor de águas na luta pela independência coreana.

A partir daí a elite se divide em duas facções. Uma delas decide deixar a Coréia, formando um Governo Provisório no exílio. A outra acaba sendo cooptada pelos japoneses. Membros desta última facção colaborariam com os colonizadores, mesmo que eventualmente almejassem, em um futuro ainda não tateável, ver pelas costas os invasores estrangeiros. Note que os japoneses montariam na Coréia um aparato estatal de proporções muito consideráveis. Segundo Hart-Landsberg (1991: 108), enquanto os franceses governariam 17 milhões de vietnamitas com 3.000 administradores franceses, 11.000 soldados regulares e 38.000 nativos — servindo seja na administração ou na milícia —, os japoneses governariam 21 milhões de coreanos com 246.000 japoneses e 63.000 coreanos apenas no corpo administrativo. Assim, o espaço encontrado pelos mandarins *yang-ban* no Estado Colonial seria respeitável (Cumings, 1997: 152).

Mas a luta pela independência também era integrada por ativistas oriundos das camadas populares. Com a derrota do Movimento de Março, parte considerável destes ativistas encontraria refúgio na Manchúria e nas províncias marítimas da Rússia, onde seria fortemente influenciada pelo processo revolucionário daqueles países. Teriam origem, ali, várias formações comunistas encabeçadas por coreanos. Em 1921, várias destas formações se juntariam, formando o primeiro Partido Comunista Coreano, fora das fronteiras do país. Sua plataforma incluía a nacionalização da indústria, educação

gratuita e obrigatória, trabalho compulsório para homens e mulheres, emancipação da mulher e confisco da propriedade privada. Em 1925, surgiria um segundo Partido Comunista Coreano, desta vez operando dentro do país.

Este novo partido reuniria ao seu redor 150 sindicatos e organizações trabalhistas, incluindo em suas reivindicações a jornada de trabalho de 8 horas diárias e a instituição do salário mínimo. A Coréia vivenciaria uma nada desprezível atividade grevista durante os anos 1920, atingindo o seu ápice no biênio 1929-1930. Esta agitação seria reprimida, porém, com o início dos preparativos para a II Guerra Mundial. No entanto, é possível concluir que o imperialismo japonês, sem querer, criaria o que mais temia: um movimento da classe trabalhadora, liderado por comunistas e comprometido com a construção de uma Coréia socialista.

Em 6 de Setembro de 1945, o “Comitê pela Preparação da Independência Coreana” convocaria um congresso em Seul, ao qual compareceriam cerca de 1.000 delegados de todo o território coreano. Neste congresso, seria estabelecida a República Popular da Coréia. O programa de ação da recém criada república compreenderia diversas medidas de conteúdo nacionalista e socialista, entre as quais: 1) a revogação de todo o arcabouço legal japonês, 2) a nacionalização das indústrias básica, de transportes e comunicação, 3) a jornada de trabalho de 8 horas, 4) a educação primária compulsória, 5) a liberdade de expressão e culto, e 6) o sufrágio universal.

Como, durante as décadas finais da ocupação estrangeira, a resistência interna ao colonizador fora travada essencialmente por grupos simpatizantes do socialismo, era mais do que natural que a ampla maioria dos coreanos enxergasse nas lideranças socialistas verdadeiros exemplos de heroísmo nacional. E, assim, o programa da República Popular gozaria de fortíssimo respaldo popular. Mesmo para quem enxergasse

com desconfiança sua agenda política, era muito desconfortável referendar a permanência no poder das opções políticas de então, sabidamente infiltradas por “colaboradores”.

O governo de ocupação americano, claro, estava bastante consciente da armadilha produzida pela ocupação colonial japonesa: ela havia conseguido tornar demasiado tênue a fronteira entre o “capitalismo” — um sistema de organização social e produtiva trazido à península pelo invasor estrangeiro — e a “colaboração”. É neste contexto que os americanos se aproximariam da figura ímpar que foi Syngman Rhee: veementemente anti-nipônico e decididamente anti-comunista.

Syngman Rhee era um membro da mais fina flor coreana, cuja linhagem remontava ao Príncipe Hyonyōng, o segundo filho do Rei T’aejong de Chōson (1367-1422). Rhee⁵⁷ é preso em 1897, após participar de protestos contra a monarquia. É libertado em 1904 e segue para os EUA. Lá, como bom *yang-ban*, prosseguiria seus estudos até obter o Ph.D. pela Universidade de Princeton. No longuíssimo exílio, Rhee se aclimataria de forma tão acentuada que desposaria uma austríaca e passaria a assinar seu nome à moda ocidental, com o nome pessoal precedendo o nome familiar. Entre 1919 e 1925, Syngman Rhee ocuparia o cargo de presidente do Governo Provisório, exilado em Xangai.

Em 1945, Rhee retornaria à Seul e assumiria o poder no sul com o apoio americano. Empreenderia, então, um programa de “remoção de comunistas” que, na realidade, acabaria sendo um programa de remoção de quaisquer oposições. Impedido — por circunstanciais internacionais — de estender seu plano ao norte e, ademais, certo

⁵⁷ Note que o nome “Rhee” é, na verdade, uma diferente forma de escrever em letras latinas o sobrenome “Yi”, que, como já vimos, é o sobrenome da casa real coreana.

de que seu futuro político dependia da derrota do projeto da “República Popular”, defenderia abertamente, já a partir de meados de 1946, o estabelecimento de um governo sulista independente. Era o início da primeira quebra de unidade do território coreano desde o longínquo Século Dez.⁵⁸

A posse de Syngman Rhee no sul, claro, não seria capaz de acalmar os acirrados ânimos da população coreana. Haveria, também no sul, vários exemplos de resistência ao novo governo que assumia sob bênçãos estrangeiras, frustrando mais uma vez o anseio por autonomia nacional. Entre Outubro e Novembro de 1946, a Coréia vivenciaria incontáveis focos de rebelião de origem rural em várias províncias⁵⁹, com motivações nacionalistas e igualitárias, decididamente simpáticas à agenda da “República Popular”. Todas acabariam, por fim, sendo contidas pelo exército americano.

Possivelmente, o mais violento de todos estes embates de resistência à imposição de um governo alinhado a uma força estrangeira tenha ocorrido na Ilha de Cheju, em 1948. Ali, rebeldes de inspiração socialista conseguiriam tomar o controle de toda a ilha. A resposta de Seul seria rápida e violenta: de acordo com Hart-Landsberg (1991: 129), 12% dos habitantes da ilha seria executado, e um terço da população seria conduzida à migração forçada. Logo em seguida, ainda em 1948, um incidente análogo ocorreria na cidade portuária de Yosu.

Com o tempo, a continuada repressão liderada pelo exército americano debilitaria a guerrilha, e ela acabaria arrefecida. Demoraria décadas até que os movimentos populares de base recuperassem o espaço perdido com estas derrotas. Mas, sem dúvida, é preciso reter que é neste ambiente socialmente tão agitado —

⁵⁸ Aí não incluídas, claro, ocupações estrangeiras temporárias.

⁵⁹ Em Kyöngsang (do Norte e do Sul), Chölla do Sul, Ch’ungch’öng do Sul, Kyönggi e Kangwön.

especialmente no campo — que os americanos patrocinariam a reforma agrária coreana, examinada em detalhes no capítulo anterior.

Apesar de contar com enorme poderio bélico, midiático, financeiro e institucional a seu favor — aí incluindo a possibilidade de perseguir e ameaçar opositores —, o governo Rhee acabaria perdendo popularidade. Apesar de Rhee ter tido sucesso em se re-eleger em 1956, a oposição lograria eleger seu candidato, Chang Myon, para a vice-presidência. Nas eleições de 1960, então, Chang seria um forte candidato. Quando os resultados do pleito foram anunciados, conferindo nova vitória a Rhee, um movimento formado essencialmente por estudantes tomaria conta das ruas, questionando o resultado. A reação policial provocaria a morte de mais de 100. Tal brutalidade somente acirraria ainda mais os ânimos. O governo Rhee perderia visivelmente qualquer legitimidade (Kim, 1996: 1183-1185 e Cumings, 1997: 345).

A saída de Rhee e sua substituição por Chang não arrefeceria o protesto. Na verdade, os estudantes radicalizariam suas demandas por igualdade e unificação do território nacional sob a “República Popular”. Greves gerais seriam organizadas. O próprio prédio da Assembléia Nacional seria invadido e ocupado. Claro, os Estados Unidos acompanhariam com assombro a evolução política do movimento. Chegara o momento, então, de uma nova ruptura rumo a formas ainda mais autoritárias de governo. Tomando as palavras de Cumings (1997: 351), os coronéis tomariam para si a tarefa “purificar a Coréia”.

A conclusão que se pode tirar desta seção é clara: o solapamento das bases de dominação de classe da sociedade tradicional coreana, sacudida por violentas metamorfoses desde o último quarto do século XIX, produziria um ambiente político em permanente ebulição. Esta efervescência já poderia ser claramente diagnosticada desde a

violenta expansão do movimento rural *Tonghak*. Neste contexto, a aristocracia coreana não teria muitas opções. Qualquer tentativa de reforma tardia do Estado e da economia do país significaria maiores gastos públicos. Como as elites locais não estavam dispostas a perder, o peso recairia fatalmente sobre o homem do campo, que já havia mostrado que não poderia conceder mais. A única saída para o impasse seria a vitória de um movimento popular revolucionário, o que de fato se delineou com as fáceis vitórias iniciais do *Tonghak*. E é aí que a aristocracia coreana solicitaria auxílio estrangeiro.

A intervenção estrangeira re-equilibraria a balança de poder em favor da aristocracia, que perde o controle do território, mas logo seria incorporada aos lucrativos negócios coloniais. Mas, durante todo o período da ocupação, o mesmo movimento de base rural e popular, continuamente transformado, continuaria agitando o cenário coreano, em alguns casos com apoio de setores mais nacionalistas da elite.

Depois da Capitulação nipônica, são os americanos que, de forma análoga, manteriam operacional este equilíbrio visivelmente frágil. Reprimiriam continuamente as massas e patrocinarão a implantação de um governo alinhado aos seus interesses. Mas as camadas populares continuariam agitadas e, em determinado momento, se insurgiriam decididamente contra a divisão do território nacional, contra a normalização das relações diplomáticas contra o Japão e, de modo mais genérico, contra a situação opressiva vivenciada pelas classes dominadas. O governo cai, mas, novamente, os norte-americanos re-equilibrarão a situação apoiando a implantação de uma ditadura militar e acirrando o esquema repressivo.

4.3 – O Regime Militar e sua Contestação Popular: 1960-1993

Com a queda de Syngman Rhee em 1960, tem início na Coreia do Sul uma longa sucessão de presidentes militares, que somente terminaria com a eleição do civil Kim Young-Sam em 1993. O mais simbólico governo deste período seria o de Park Chung Hee. É durante esta era que, no bojo do acelerado crescimento econômico, surgiriam as análises discutidas no Capítulo 2, procurando explicar as bases deste dinamismo. Se, como vimos, a Coreia vinha de décadas de agitações políticas permanentes, o que teria acontecido com a esquerda nacionalista depois do golpe militar? Teria ela recebido o “modelo” implantado por Park com simpatia?

Um exame mais atento dos dados nos permite diagnosticar que, paralelamente à notável expansão do produto interno, a economia coreana também apresentaria, durante o regime militar, outros indicadores menos capazes de atizar a inveja dos demais países periféricos. Um dos indicadores mais desfavoráveis deste período seria o continuado acirramento da concentração de renda.

Convém ressaltar que a Coreia dos anos 1960 era uma sociedade que se caracterizava por um nível de concentração de renda relativamente baixo. Enquanto o Índice de Gini da renda domiciliar equivalia, neste país, a 0,332, na Suécia este indicador era de 0,387 e, nos Estados Unidos, 0,417 ⁶⁰. Esta situação pode ser explicada tanto pelas políticas de reforma agrária empreendidas pelo governo de ocupação, quanto pelo efeito estatístico da grande homogeneidade das condições de vida da absoluta maioria da população coreana. A afluência estava, então, restrita a uma ínfima parcela da população, os herdeiros da aristocracia que, embora concentrando substancial riqueza,

⁶⁰ Segundo Koo, Hagen. *The Political Economy of Income Distribution in South Korea: the impact of the state's industrialization policies*. World Development, Volume 12, Número 10, p. 1031, 1984.

não possuíam peso demográfico para influir decisivamente na magnitude deste indicador.

A despeito de os militares terem herdado um país no qual a concentração de renda era relativamente baixa, os dados deixam claro que suas políticas econômicas promoveriam uma constante piora neste indicador. Os números reproduzidos pelas Tabelas 4.3.1 e 4.3.2 demonstram, claramente, que a concentração da renda coreana seria permanente durante as décadas da ditadura. Cabe ressaltar que, como indicado pela Tabela 4.3.2, os 40% mais pobres dentre a população coreana seriam, precisamente, aqueles que perderiam participação relativa na riqueza nacional.

TABELA 4.3.1 – Coeficiente de Gini na Coreia do Sul, 1965-1980:				
	1965	1970	1976	1980
Índice de Gini	0,344	0,332	0,391	0,389
Fonte: Hart-Landsberg (1993), <i>apud</i> Economic Planning Board. Social Indicators in Korea, 1987, p.80.				

TABELA 4.3.2 – Renda por Estratos, 1965-1980:				
Faixa de Renda	1965	1970	1976	1980
20% Mais Ricos (A)	41,81	41,62	45,34	45,39
40% Mais Pobres (B)	19,34	19,63	16,85	16,06
(A)/(B)	2,16	2,12	2,69	2,83
Fonte: Hart-Landsberg (1993), <i>apud</i> Economic Planning Board. Social Indicators in Korea, 1987, p.80.				

Outra característica condenável que marcaria fortemente a economia coreana deste período seria a forte desigualdade de gênero. Ao passo que as mulheres se lançariam crescentemente ao mercado de trabalho desde a ocupação japonesa, suas condições de

remuneração estariam sempre muito aquém daquelas vivenciadas pelos homens. Conforme indicam os dados de uma comparação realizada por Seguino (2004), a Coréia efetivamente se destacaria negativamente, entre os vários países subdesenvolvidos pesquisados pela autora, pelas más condições de remuneração feminina em face da masculina. Em nenhum dos países observados pela autora foi diagnosticado tamanho diferencial salarial entre gêneros. A Tabela 4.3.3 expõe estes dados.

TABELA 4.3.3 – Diferencial de Salário por Gênero em Países Selecionados:		
País	Período	(Salários Femininos)/ (Salários Masculinos)
Filipinas	1993	0,870
Paraguai	1983-94	0,869
El Salvador	1975-94	0,868
Turquia	1988-95	0,865
Colômbia	1988	0,846
Sri Lanca	1980-95	0,796
México	1984-92	0,795
Chile	1987	0,773
Grécia	1975-95	0,748
Portugal	1989-95	0,718
Costa Rica	1978-85	0,715
Hong Kong	1982-95	0,684
Tailândia	1989-94	0,669
Indonésia	1988-91	0,649
Taiwan	1981-95	0,646
Chipre	1975-95	0,584
Singapura	1983-95	0,544
Brasil	1988-94	0,533
Malásia	1983-94	0,505
Coréia do Sul	1975-95	0,482
Fonte: Seguino (2004), p.1218.		

Esta acentuada desigualdade salarial entre homens e mulheres não deve ser enxergada meramente como uma questão de justiça entre os sexos. Na verdade, a maciça presença feminina nos setores exportadores, associada à remuneração

relativamente baixa das mulheres, expunha o quanto a vitalidade da inserção exportadora coreana estava, também, alicerçada na exploração do trabalho barato e, em especial, na exploração do trabalho barato feminino. Os dados da Tabela 4.3.4 nos dão uma clara dimensão do quão intensamente a presença das mulheres se fazia sentir nos principais setores exportadores, cuja performance durante o “Milagre do Rio Han” fora tão intensamente elogiada. No importante ramo exportador das vestimentas, por exemplo, a presença das mulheres alcançaria mais de 70%.

TABELA 4.3.4 – Mão-de-obra Feminina em Setores Selecionados, em %:			
	Têxteis	Vestimentas	Eletrônicos
1977	69,0	73,0	55,3
1984	65,7	76,7	52,0
1990	57,3	72,0	48,7
Fonte: Seguíno (2004), p.1217.			

Ciente do quão dependente era a performance exportadora coreana dos baixos salários, a administração Park pôs em prática políticas para conservá-los suficientemente deprimidos. A partir de 1966, tendo já lançado os Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico, o governo Park começaria a se valer do controle que possuía dos mercados de grãos e crédito para promover uma baixa sistemática no valor de importantes produtos da economia agrícola coreana, como o arroz. Como resultado direto desta política, a renda média dos domicílios agrícolas cairia acentuadamente.

Se, em 1965, a renda média dos domicílios no campo equivalia à média urbana, não atingiria nem mesmo 65% desta em 1969. Assim, o consumo médio de arroz por domicílio agrícola declinaria de 1,02 m³ para 0,81 m³. Na verdade, a produção agrícola

de 1970 teria sido praticamente idêntica àquela de 1964, e a queda dos preços teria forçado os produtores a vender mais para poder sobreviver. Em resposta a estas severas condições, milhões de pessoas deixariam subitamente o campo. E, assim, no curto período entre 1967 e 1976, a população agrícola decresceria de 54,4% para 35,7%. Como corolário, a população de Seul pularia de 2,5 milhões em princípios dos anos 60, para 4,7 milhões em 1969 e, finalmente, 7,5 milhões em 1977 (Hart-Landsberg, 1991: 170-172, 177).

Ou seja, ainda que o PIB estivesse avançando aceleradamente, e economistas americanos elogiassem as políticas de Park em artigos escritos no conforto de seus lares em Boston ou Nova Iorque, as condições de vida de parte importante da população coreana estavam indo de mal a pior. E com um agravante: isto era o resultado intencionalmente produzido pela política de um regime autocrático que via na depressão das condições de vida do grosso da população uma janela para o aumento da taxa de crescimento do produto industrial. Em 1977, ano da publicação do elogioso livro de Paul Kuznets, estimava-se em 3 milhões o número de pessoas vivendo nas favelas de Seul⁶¹.

E, provavelmente, as mulheres eram a parte mais duramente atingida neste acelerado êxodo rural. De acordo com Kim (1986: 40), elas constituíam a maioria daqueles que rumavam às cidades — 53% entre 1961 e 1965, 51% entre 1965 e 1970 e 54% entre 1970 e 1975 —. A maioria delas era bastante jovem: 60% tinha de 10 a 29 anos de idade. Em 1973, quase metade da força de trabalho empregada em todo o setor manufatureiro coreano era composta de mulheres.

⁶¹ Este dado é de Soo, Han-Seung. *South Korea's Model Development*. Asian Wall Street Journal Weekly, Número 23, Outubro, 1989.

No início dos anos 1970, enquanto o Banco da Coréia estimava em US\$ 90 o custo de vida mensal de uma família de quatro membros, e o salário fabril médio pago no país era de US\$ 40, as mulheres geralmente ganhavam algo entre US\$ 12 e US\$ 25.⁶² Como o achatamento dos salários era percebido tanto pelo governo militar sul-coreano, quanto pela elite industrial nativa e pelo governo americano como peça fundamental do “modelo” coreano, estas três forças estiveram permanentemente unidas no esforço de asfixia das oposições progressistas ao regime. Mas as massas continuariam, visivelmente, em efervescência.

Historicamente, o movimento de oposição ao *status-quo* coreano foi batizado pela bibliografia especializada como movimento *minjung*, um termo que pode ser traduzido por “movimento de massas”, ou “movimento do povo”. Como explica Kang (1995), o termo *minjung*, que significa literalmente “povo”, tem sido tipicamente utilizado para fazer menção a movimentos sociais e artístico-culturais representativos de distintas classes da sociedade coreana. Se, por um lado, o movimento *minjung* que tipificaria a resistência à ocupação japonesa registraria forte presença de lavradores e da aristocracia, por outro, durante a ditadura militar o termo *minjung* seria tipicamente aplicado a movimentos formados pelo emergente proletariado urbano. O que talvez caracterize todos estes movimentos é uma defesa enfática da auto-determinação nacional, aí incluindo a defesa da unidade do território coreano.

Porém, naquilo que concerne à luta política pela melhoria das condições de vida das classes subalternas, os movimentos classificados como *minjung* comportariam diferentes níveis de reivindicação, oscilando desde a defesa enfática da melhoria das

⁶² Estes dados são de Wideman, Bernie. *Korean Chauvinism*. Far Eastern Economic Review, Número 5, Março, p. 5, 1973.

condições do trabalhador — como no caso dos movimentos rurais radicais do início do século XX —, até posições mais concentradas na mera condenação da corrupção — como no caso de muitos intelectuais idealistas que se engajariam ativamente nos protestos que culminariam com a queda de Syngman Rhee —.

Cabe ressaltar, então, que a dissidência ao “modelo coreano”, seja em sua vertente colonial ou neo-colonial, conteria uma inconsistência originária: todos aqueles engajados naquele esforço concordavam com a necessidade de repelir o(s) colonizador(es) e aqueles entendidos como suas marionetes. Mas, feito isto, qual a verdadeira orientação política do movimento? Este é um questionamento bastante importante para compreendermos o posicionamento político caracteristicamente hesitante dos governantes coreanos desde 1998, herdeiros deste movimento. Mas por hora, basta reter que houve, sim, grande atividade dissidente mesmo durante os anos mais duros do regime militar.

Um dos ambientes no qual a dissidência floresceria seria a Igreja cristã, em suas múltiplas vertentes. Em movimento análogo — mas independente — àquele que levaria ao surgimento da Teologia da Libertação na América Latina, se difundiriam intensamente na Coréia do período militar as chamadas “Teologias *Minjung*”. O surgimento de re-interpretações da Bíblia à luz dos dilemas enfrentados pelos ativistas deste movimento dissidente é um fenômeno amplo, presente não apenas nas Igrejas Católicas, como também nas diversas denominações protestantes atuantes na Coréia. Até o Budismo coreano acabaria sofrendo notável influência da luta empreendida pelo movimento *minjung* (Clark, 1995). Note que a Coréia constitui um caso ímpar de nação confuciana com considerável presença de igrejas cristãs, conforme se evidencia pela

Tabela 4.3.5. Note também que os últimos dois presidentes coreanos — Kim Dae-Jung e Roh Moo-Hyun —, líderes da luta pelo fim do regime militar, são católicos.

TABELA 4.3.5 – Religiões na Coréia do Sul, Segundo o Censo de 1983		
Religião	População	Percentual da População
Budismo	7.507.059	18,92
<i>Wŏn</i> Budismo ^A	96.333	0,24
Protestantismo	5.377.308	13,45
Catolicismo	1.590.625	4,0
Confucianismo	786.955	1,98
<i>Ch'ŏndogyo</i> ^B	52.530	0,13
Outros	216.809	0,54
Subtotal	15.587.619	39,26
Sem Religião	24.082.240	60,73
População Total	39.699.859	100,0
A → Movimento religioso de origem coreana, fundado em 1916, unindo, entre outras influências, o Confucianismo, o Cristianismo e o Budismo Zen.		
B → Movimento religioso nacionalista coreano, criado no século XX e inspirado pela rebelião camponesa <i>Tonghak</i> , do século XIX.		
Fonte: Koh, Byong-Ik (1996: 192)		

A “Teologia *Minjung*” nasceria durante os anos 1960 como uma expressão da preocupação dos protestantes coreanos com a situação dos despossuídos no país. Houve múltiplas manifestações desta renovação teológica, mas a característica central da reinterpretação da Bíblia pelos teólogos *minjung* — seja no âmbito do protestantismo ou do catolicismo — se relacionava à redefinição dos cristãos enquanto “sujeitos” de sua história, capazes então de dar forma à sua trajetória, ao invés de aceitá-la passivamente como mera decorrência da vontade divina. Recusava-se, assim, qualquer fatalismo quanto às condições materiais dos despossuídos (Clark, 1995).

Os teólogos *minjung* defendiam tipicamente que a aspiração divina era a melhoria das condições de vida na Terra e, assim, cabia ao cristão posicionar-se de forma

contrária à opressão política e à exploração econômica. Rapidamente, a Igreja Presbiteriana da Coreia seria grandemente interpenetrada por esta emergente posição teológica. Em muitas Igrejas, os cultos incluiriam na pauta de reflexões um posicionamento político crítico acerca da situação do homem do campo, dos trabalhadores industriais e dos migrantes vagando pelas cidades. A Igreja Católica seria igualmente interpenetrada por este movimento teológico engajado (Clark, 1995).

Em 1º de Março de 1976, uma reunião na Catedral Metropolitana de Myöndong, em Seul, destinada a celebrar o aniversário do “Movimento de Março de 1919”, acabaria se transformando em uma célebre manifestação contra o governo Park. Ali, líderes identificados com o movimento *minjung* leriam um manifesto chamado “Declaração de Democracia e Salvação Nacional”, que incluía entre seus signatários o então líder oposicionista e futuro presidente Kim Dae-Jung. Todos os líderes deste protesto seriam continuamente perseguidos por agentes da KCIA, e alguns acabariam presos (Clark, 1995). Mas a oposição ao regime militar não estava confinada somente às Igrejas.

Com o assassinato de Park em 1979, a agitação pública pela democratização vivenciaria um pico. Os militares, encabeçados pelo general Chun Doo-Hwan, estavam decididos a preservar o poder, frustrando os anseios por eleições livres. É declarada “lei marcial” em 17 de Maio de 1980, provocando o fechamento das universidades. Este é o estopim para o início de grandes manifestações estudantis na cidade de Kwangju, no sudoeste do país. Milícias civis, com amplo respaldo popular, tomariam conta da cidade de 750.000 habitantes. A violenta repressão ao protesto, culminando com o chamado “Massacre de Kwangju”, seria um marco da luta pela democratização da Coreia do Sul. Organizações civis indicam que as mortes naquela ocasião girariam ao redor de 2.000.

No final, os militares teriam êxito em seus propósitos, silenciando a oposição e permanecendo no poder por mais uma década. No entanto, poucos anos depois, a pressão por mudanças atingiria um novo pico. Conforme demonstra a Tabela 4.3.6, a atividade sindical explodiria na Coreia ao se aproximarem os Jogos Olímpicos de 1988, em Seul. Ironicamente, o evento que, de acordo com a mídia ocidental, pretensamente sagraria a “entrada da Coreia” no “clube das nações avançadas”, se revelaria uma oportunidade ímpar para a ativação da dissidência política e da luta pela democracia. Sob o manto protetor da curiosidade internacional, a agitação só arrefeceria após a posse do civil Kim Young-Sam, em 1993.

TABELA 4.3.6 – Sindicalização e Disputas Trabalhistas:						
	Sindicalização			Disputas Trabalhistas		
Ano	Número de Assalariados/ 1.000	Número de Filiados a Sindicatos/ 1.000	Taxa de Sindicalização (%)	Número de Ocorrências	Número de Participantes/ 1.000	Dias de Trabalho Perdidos/ 1.000
1970	3.746	473	12,6	4	1	9
1975	4.751	750	15,8	52	10	14
1980	6.464	948	14,7	206	49	61
1985	8.104	1.004	12,4	265	29	64
1986	8.433	1.036	12,3	276	47	72
1987	9.191	1.267	13,8	3.749	1.262	6.947
1988	9.610	1.707	17,8	1.873	293	5.407
1989	10.389	1.932	18,6	1.616	409	6.351
1990	10.950	1.887	17,2	322	134	4.487
1991	11.349	1.803	15,9	234	175	3.271
1992	11.568	1.735	15,0	235	105	1.528
1993	11.751	1.667	14,2	144	109	1.308
1994	12.297	1.659	13,5	121	104	1.484
1995	12.736	1.615	12,7	88	50	393
1996	13.043	1.599	12,2	85	79	893
1997	13.228	1.484	11,2	78	44	445
1998	12.191	1.402	11,5	129	146	1.452
1999	12.522	1.481	12,6	198	92	1.366
2000	13.142	1.527	11,6	250	178	1.894
Fonte: Lim, Hyun-Chin <i>et al</i> (2004), p.277.						

**CONCLUSÃO — Dependência, Crescimento Suavizado
e Ritual Democrático: a Coreia do Sul
numa Encruzilhada (1993-2007)**

Com a posse do civil Kim Young-Sam, tem início um período inédito na longa história política coreana: a realização periódica do ritual democrático. A prática de eleições livres abriria caminho, finalmente, para o debate público acerca dos persistentes dilemas nacionais, impedidos de emergir com serenidade à pauta por um século de asfixia política. Entre estes temas nacionais, figuram: 1) o ponto de honra da reunificação pacífica do território nacional, 2) a questão da conveniência da aliança incondicional com os americanos, 3) a discussão sobre a posição da mulher na sociedade coreana, 4) o debate sobre a possibilidade de resgate e ventilação da herança cultural e política tradicional confuciana, 5) o diálogo acerca da solidificação do Estado do Bem-estar na Coreia, 6) a apuração das responsabilidades em atividades “colaboracionistas”, 7) a condenação dos responsáveis pelos crimes da ditadura, tal qual a apuração das co-responsabilidades americana e japonesa, assim como a cobrança de reparações oficiais a Estados agressores, 8) o amparo financeiro às vítimas de um século de repressão, 9) a investigação sobre o enriquecimento ilícito, a corrupção, e as atividades criminosas do “colarinho branco”, atribuídas a membros da alta burguesia coreana, assim como a relação destes delitos com o fomento da ditadura, 10) o ataque às estruturas oligopólicas e aos conluíus de mercado na economia coreana e, 11) a abertura permanente e irrestrita da pauta de negociações entre capital e trabalho.

O enfrentamento de todas estas nevrálgicas questões havia sido sistematicamente obstaculizado pelo sistema político e econômico por trás do propalado “modelo” coreano. A luta contra a ditadura, como argumentamos no Capítulo 4, seria fortemente condicionada pela agenda aqui listada. Mas, como também vimos, o movimento de Liberação colonial e neo-colonial coreano também fora marcado por uma inconsistência originária, ligada ao distinto grau de radicalismo das lideranças envolvidas. O momento

atual da história sul-coreana parece ser, então, bastante decisivo: o movimento nacionalista, cujas raízes se espicham longamente pela moderna história coreana, e que fora coroado pela ascensão ao poder de um de seus maiores líderes, Kim Dae-Jung, em 1998, será capaz de promover a transformação do “milagre coreano” em um “milagre” para os coreanos?

Cabe retornar aos ensinamentos de Furtado para tentarmos responder a esta questão. Segundo a teoria do desenvolvimento *furtadiana*, é preciso reter que o processo de desenvolvimento compreende tanto a capacidade de postular fins coletivos para orientar o processo de acumulação, quanto assegurar a existência de meios de intervenção política na atividade econômica, de modo a possibilitar a concretização destes objetivos.

No caso coreano, a postulação da agenda coletiva esteve permanentemente obstaculizada pela asfixia dos mecanismos de representação das classes populares. Mediante uma aliança constantemente revigorada entre setores da elite sul-coreana e forças estrangeiras — japonesas ou americanas —, a maioria da população coreana acabou sendo sistematicamente silenciada. Evidentemente, este cenário se casa perfeitamente com aquilo que Furtado entende como uma dinâmica de autoritarismo e dependência, se coligando para produzir e reproduzir o subdesenvolvimento.

Após várias décadas de acelerado crescimento econômico houve, não obstante, muitas melhorias em vários indicadores objetivos acerca das condições de vida no país. Note que, em 2004, o PIB per capita (PPP) sul-coreano já atingia a cifra de US\$ 20.499, ligeiramente maior do que o valor auferido no mesmo ano em Portugal. A Coreia despontava então como o 26º país com o mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano, 0,912, em um universo de 177 países. A expectativa de vida ao nascer alcançava 77,3 anos, taxa equivalente àquela registrada então pela Dinamarca. A taxa de

alfabetização de indivíduos com mais de 15 anos atingia 98% (ONU, 2006: 217, 270-275)⁶³. Para completar este cenário, o nível de desigualdade social vigente no país manteve-se em patamares relativamente baixos: em 1975, o Índice de Gini sul-coreano era de 0,340 e, em 1995, após duas décadas de crescimento acelerado e urbanização, este ainda não passava de 0,370 (Banco Mundial, 2004: 5)⁶⁴.

Tomou forma, então, um quadro de relativa afluência na Coreia do Sul — especialmente em face dos demais países periféricos —. Mas a questão que desejamos colocar transcende o poder explicativo destes dados: este enriquecimento denotaria a superação do subdesenvolvimento sul-coreano? De acordo com uma leitura *furtadiana* do processo de desenvolvimento, parece evidente que não.

A realização periódica do ritual democrático na península a partir dos anos 1990 — fenômeno inédito na longa história coreana — trouxe à legalidade a discussão sobre temas públicos que estavam formalmente banidos da pauta oficial, apesar de sua recorrência entre os movimentos dissidentes. No momento da eleição do ex-líder dissidente Kim Dae-Jung, a Coreia do Sul atravessava um momento muito favorável à reflexão sobre sua história recente. O país já vivia, desde algum tempo, um regime civil comprometido formalmente com a liberdade de expressão. E, para completar, no ano do pleito eclodiria uma violenta crise em toda a Ásia, expondo claramente as fraquezas dos moldes de economia e civilização vigentes no país.

⁶³ Este dado é ainda mais expressivo quando se observa que, em 1945, aproximadamente $\frac{3}{4}$ da população coreana era ainda analfabeta (Kuznets, 1977: 47).

⁶⁴ Desde 1997, este indicador piorou bastante, mas ainda hoje é relativamente baixo.

Em um perspicaz estudo de caso realizado durante a crise coreana, Seung-Kyung Kim e John Finch⁶⁵ exploraram em que medida os desajustes subitamente descortinados na macro-economia coreana se traduziriam, paralelamente, na exposição de desajustes no âmbito dos padrões culturais coreanos. Por exemplo, a crise provocaria abalos organizacionais de vulto e, no bojo destes, a instituição do emprego “vitalício” no grande conglomerado seria atacada, culminando com a demissão em massa de muitos empregados “estáveis”, integrantes da nova classe média sul-coreana. Repentinamente, um bem sucedido engenheiro, orgulhoso de ter sua esposa em casa cuidando unicamente da família — e, portanto, sem contribuir com a renda domiciliar — seria obrigado a amargar um inusitado desemprego, com toda a responsabilidade sobre a sobrevivência familiar recaindo em suas costas. Ao mesmo tempo, um eventual casal vizinho com uma visão mais progressista quanto à divisão sexual do trabalho conseguiria atravessar a crise, e até um eventual desemprego do chefe da família, valendo-se da contribuição feminina para a despesa doméstica. Os autores afirmam que este contraste seria intensamente discutido em *talk-shows* veiculados pela mídia coreana durante a crise, denunciando em parte o quão profundamente o abalo financeiro afetara a percepção dos mais árdios defensores de todo o molde político, econômico, familiar e cultural que alicerçara o “milagre”.

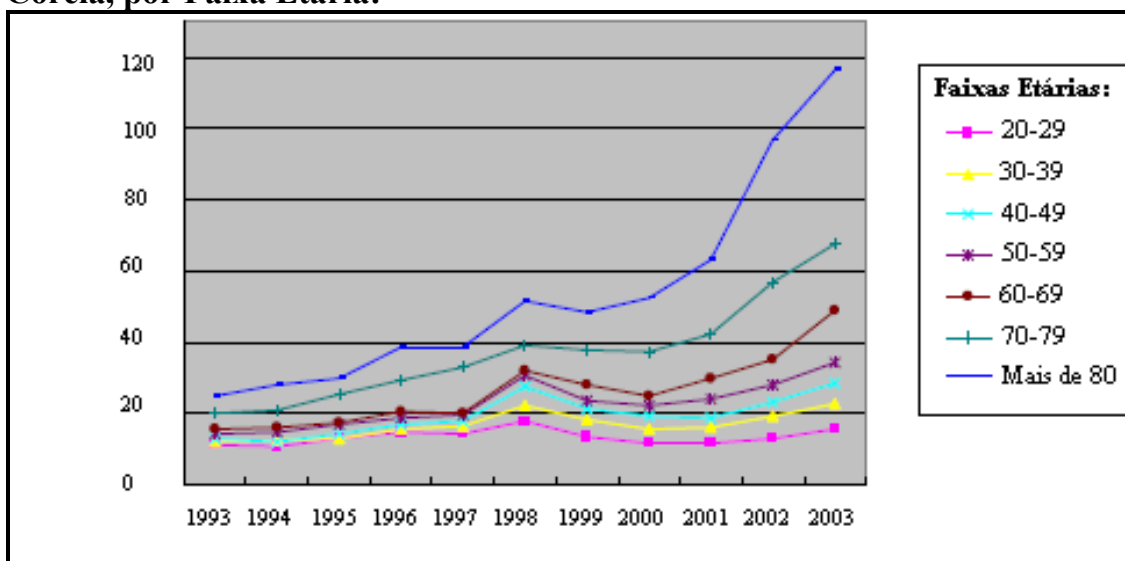
Não é de se estranhar que várias estatísticas potencialmente relacionáveis com este tipo de “desajustamento” dos padrões de pensar e agir tradicionais, apresentariam curiosa evolução nos anos que se seguiram à crise. Como indica a Tabela C.1, os números de divórcios e suicídios, por exemplo, aumentariam subitamente.

⁶⁵ Kim, Seung-Kyung; Finch, John. *Living with Rhetoric, Living against Rhetoric: Korean families and the IMF economic crisis*. Korean Studies, Volume 26, Número 1, 2002.

Uma análise precipitada poderia concluir que, passado o pior da crise, este tipo de mal-estar arrefeceria. De fato, os índices globais de suicídios e crimes dariam sinais de redução em 1999. Não obstante, uma análise mais cuidadosa dos dados nos permite tirar algumas conclusões perturbadoras. Se discriminarmos os índices de suicídio por faixas etárias, veremos que sua trajetória guarda, sim, dimensões muito preocupantes, como indica o Gráfico C.1.

TABELA C.1 – Crise de 1997 e Desorganização da Vida Privada:				
Anos	Divórcios	Crimes	Crimes por 100.000 Habitantes	Suicídios
1996	79.895	1.494.846	3.282	5.777
1997	91.159	1.588.613	3.454	5.957
1998	116.727	1.765.887	3.803	8.496
1999	118.014	1.732.522	3.697	7.014
Fonte: Lee, Young-Woo (2004), <i>apud</i> National Statistical Office (1997-2000)				

GRÁFICO C.1 – Suicídios por Grupo de 100.000 Habitantes na República da Coréia, por Faixa Etária:



Fonte: Lee, Sang-Lim; Cho, Youngtae; Xiong, Nao. *Accumulated Suicides in Korea since Economic Crisis in 1997: an ecological study*. Abstract for the Population Association of America Annual Meeting, 2006.

Na verdade, nas faixas etárias mais avançadas (mais de 60 anos de idade), precisamente compostas por aqueles indivíduos que vivenciariam todo o processo de modernização autoritária do “milagre”, o número de suicídios seria nitidamente crescente, denunciando o profundo dilema de civilização que ainda ronda a sociedade sul-coreana.

Em meio a um vendaval econômico sem precedentes, o novo sistema político conseguiria produzir uma substancial dinamização do conteúdo regional da desigualdade de poder na Coreia. Como nos mostra a Tabela C.2, a região de Chölla, historicamente sub-representada em termos políticos e deprimida em termos econômicos, lograria colocar seus representantes nos quadros administrativos do Estado coreano de forma completamente inusitada. Se retivermos os ensinamentos de Furtado, virá à mente a importância da inter-relação que ele estabelecia entre subdesenvolvimento e desigualdade inter-regional.

TABELA C.2 – Origem Regional dos Ministros de Gabinete e Vice-Ministros na Coréia do Sul, 1963-2000.						
	Kyöngsang	Chölla	Seul, Inch'ön	Ch'ungch'öng, Kyönggi	Outras Províncias	Total
3ª e 4ª Rupúblicas (1963-80)	30,1	13,2	14,1	13,9	28,7	100
5ª República (1981-88)	43,6	9,6	18,0	13,5	15,3	100
6ª República (1988-93) ^A	37,0	14,8	22,2	11,1	14,9	100
Governo de Kim Young-Sam (1993-98) ^B	36,0	17,4	19,8	16,3	10,5	100
Governo de Kim Dae-Jung (1998-2003) ^C	21,4	35,7	14,3	10,7	17,9	100
Notas:	A → Primeiro Gabinete da Administração Roh Tae-Woo. B → Somente o Biênio 1993-1994. C → Em Fevereiro de 2000, segundo <i>The Monthly Chosun</i> , Fevereiro, 2002.					
Fonte: Lim, Hyun-Chin <i>et al</i> (2004), p.272.						

Não obstante, como sugerimos, o “movimento de massas” que caracterizara a luta contra ditadura militar seria integrado por lideranças heterogêneas, cuja crítica a respeito dos moldes econômico-produtivo e de inserção internacional da Coréia comportaria, também, discursos com graus distintos de radicalismo. Em que medida a vitória do democratismo seria capaz de extrair desta heterogeneidade ideológica um denominador comum que não produzisse simultaneamente uma incapacidade crônica de enfrentar os dilemas nacionais listados no princípio desta seção?

Aparentemente, após décadas de crescimento industrial acelerado sob a égide de uma estreita aliança entre setores da burguesia coreana e o governo dos Estados Unidos, aliança esta cujo sentido mais profundo foi a supressão do poder político de grupos coreanos dissidentes, tornou-se muito difícil imaginar a configuração de um processo de desenvolvimento como aquele idealizado por Furtado. Primeiro, os interesses específicos do grande conglomerado coreano chocam-se, com grande frequência e em termos muito práticos, com aqueles da maioria da população coreana. Estamos falando de empresas grandes, com ramificações por todo o globo e acostumadas a ter no Estado coreano um aliado valioso — frequentemente, contra os trabalhadores —. Quando setores menos estreitos da sociedade civil começam a reivindicar algum poder sobre este Estado, o passo natural dos *chaeböl* é voltar-se contra o Estado, valendo-se de sua posição já solidamente estabelecida, seja no mercado interno, seja em outros cantos do planeta. Surge, aí, o neoliberalismo na Coréia.

Além disto, a própria estrutura da economia coreana torna complicada a tarefa de um governo progressista. A importância dos setores exportadores é grande, e a inserção em vários mercados muito caros aos conglomerados sul-coreanos depende da renovação permanente de uma aliança política com os Estados Unidos. E esta aliança torna difícil

trazer à tona temas importantes da agenda progressista, como a Reunificação e a edificação de um Estado do Bem-estar no país.

Para completar o quadro, resta mencionar ainda um outro obstáculo menos concreto, mas, provavelmente, muito mais central dentro do esquema *furtadiano* de análise do subdesenvolvimento. Trata-se da asfixia dos canais de expressão da cultura nacional coreana produzida por um século de dominação estrangeira. Como restabelecer o diálogo com a tradicional cultura do país? Como construir uma síntese nova, voltada para o futuro, mas de raízes essencialmente nacionais. A presença dos estrangeiros e sua influência permanente, até nossos dias, nos negócios cotidianos da Coreia obstaculizam o florescimento daquilo que Furtado entende como o mais central aspecto de um processo de desenvolvimento.

Coloquemos a encruzilhada sul-coreana em termos mais práticos. Para tal, tomemos um tópico específico da agenda progressista: a reunificação pacífica do território coreano. Se este for o objetivo político⁶⁶, um acordo de reaproximação terá que ser conquistado com base no diálogo e, claro, o governo de Seul precisará concentrar esforços para conquistar a simpatia do regime nortista. Esta percepção fez Kim Dae-Jung, lucidamente, inaugurar a chamada “Política do Brilho do Sol”, assim batizada em função de uma fábula de Esopo, na qual o vento e o sol competem para retirar a casaca de um homem. Ao sentir o vento mais forte, o que o homem fazia era segurar firme a casaca, evitando que ela voasse. Mas ao sentir o calor do sol, o homem rapidamente retira a casaca para aproveitar o bom tempo.

⁶⁶ A Reunificação era um importante item da agenda do Partido Democrático do Milênio, de Kim Dae-Jung, e também é uma preocupação freqüente do atual presidente sul-coreano, Roh Moo-Hyun.

Para levar a cabo esta doutrina, o governo de Seul terá que se posicionar firmemente, em algum momento, contra a doutrina americana do “Eixo do Mal”, no qual o presidente George W. Bush inclui a Coréia do Norte. Ao fazer isto, poderá mobilizar energias para atrair o governo de Pionguiangue em direção a Seul, sinalizando com a oferta de capitais públicos e privados, ajuda humanitária, cooperação diplomática, infraestrutura de integração, etc. Note que a reunificação significaria criar um mercado interno coreano de cerca de 72 milhões de habitantes, maior do que o de qualquer país europeu à exceção da Alemanha. Além disto, ainda que a unificação de dois territórios com níveis de acumulação tão díspares represente enormes desafios, também representaria a abertura de uma enorme gama de novas possibilidades de negócios ao capital sul-coreano. Um exemplo concreto é a recente criação, na Coréia do Norte, da zona industrial de Kaesŏng, cuja construção foi iniciada em 2003, tendo como participantes 15 empresas sul-coreanas. Espera-se que este complexo industrial empregue diretamente, a partir de 2012, cerca de 700.000 trabalhadores norte-coreanos.

Voltando aos ensinamentos de Furtado, a criação da experiência piloto pró-reunificação em Kaesŏng descortina a concreta possibilidade de uma resposta essencialmente coreana a um problema coreano. Para defender seu ponto de vista, os líderes sul-coreanos não hesitaram em evocar a doutrina social do “irmão mais velho”, enunciada por Confúcio, traço cultural profundo do povo coreano. De acordo com ela, para atrair o mais caçula, o irmão mais velho — líder natural, neste caso a Coréia do Sul —, distribui favores, mas sem esperar recompensas imediatas, nem exigi-las. O respeito, assim como qualquer eventual recompensa, viria como uma espécie de reconhecimento da inquestionável liderança exercida. Este exemplo parece tipificar, em termos bem *furtadianos*, o uso da cultura e da identidade tradicionais para fornecer uma resposta

prática a um problema corrente, qual seja, o desafio de não repetir os tropeços da experiência alemã de Reunificação.

Mas por que esta iniciativa parece tão isolada? O próprio exemplo de Kaesŏng nos traz a resposta. O audacioso projeto esbarra em diversas sanções americanas.⁶⁷ Por exemplo: certas tecnologias e produtos, como computadores, não podem ser exportados para a Coreia do Norte. E aí se coloca, para os conglomerados sul-coreanos, a mesma questão que surge para o governo progressista sul-coreano: o que vale mais, o mercado cativo de 23 milhões de consumidores norte-coreanos, ou o acesso privilegiado a 300 milhões de consumidores norte-americanos? A resposta parece tão simples quanto desoladora.

Todos os itens expostos no início desta conclusão são potencialmente ricos em conflitos ideológicos, culturais, distributivos e geo-político-estratégicos. É ingênuo pensar que será possível rediscutir os assuntos trabalhistas sem que isto interfira na discussão sobre o modelo de inserção exportadora do país. Não será possível rediscutir este modelo de inserção sem que se rediscuta a aliança com os Estados Unidos e com o Japão. E sem rediscutir esta aliança não se avança na questão da Reunificação. E sem avançar na unificação também não se rediscute a presença das tropas americanas, nem a aliança com os Estados Unidos, nem a inserção, e então nem as questões trabalhistas. E, menos ainda, a questão da posição da mulher na sociedade, que por sua vez se liga à reflexão sobre o confucianismo e o capitalismo, que se não vier à tona obstaculiza o fortalecimento da autonomia cultural e artística coreana, sem o qual também não se

⁶⁷ Para uma opinião conservadora sobre o tema das sanções, veja: Frank, Ruediger. *The Political Economy of Sanctions Against North Korea*. Asian Perspective, Volume 30, Número 3, pp. 5-36, 2006.

rediscute a influência norte-americana, nem a aliança com os Estados Unidos, nem a Reunificação, e nem nenhum dos demais itens....

Todo este imbróglio se faz sentir no dia-a-dia político coreano:

1) Recentemente, em um pequenino e importante passo rumo à reunificação, autoridades sul-coreanas festejavam, na Estação Ferroviária de Munsan, a uma dezena de quilômetros da zona desmilitarizada que marca a tensa fronteira com a Coréia do Norte, a chegada do primeiro trem vindo do Norte em 50 anos.⁶⁸

2) No mesmo ano em que Seul buscava se aproximar de Pionguiangue, seriam concluídas as negociações do chamado KORUS-FTA, o acordo de livre comércio entre a Coréia e os Estados Unidos.⁶⁹ O acordo possibilitará a abertura do mercado americano à penetração dos manufaturados coreanos, em atenção aos interesses dos conglomerados, em troca da abertura do mercado doméstico sul-coreano aos produtos agrícolas norte-americanos, o que claramente se choca com os interesses de uma parcela importante dos coreanos que ainda vive no campo. Além do mais, o acordo simboliza o reforço da aliança incondicional entre a Coréia e um país que tem como um dos nortes de sua política internacional a “satanização”, não seria exagerado dizer, da Coréia do Norte.

3) Por fim, convém acrescentar que a aprovação do acordo — favorável aos conglomerados e ao aumento das exportações coreanas, mas muito lesivo à autonomia da Coréia do Sul, pois reitera sua enorme dependência frente aos Estados Unidos — se dá um ano após a emblemática prisão do fundador do conglomerado Daewoo, alardeada

⁶⁸ Veja: “*Trains Cross Border Dividing Koreas for First Time Since 1950*”, Fox News, Quinta-Feira, 17 de Maio de 2007.

⁶⁹ Informações obtidas junto ao sítio do Representante Comercial dos Estados Unidos, <http://www.ustr.gov>

pelo governo sul-coreano como o início de uma era de restrição do poder dos clãs dos negócios.⁷⁰

As três iniciativas, simplesmente, não se coadunam. Só o tempo poderá nos dizer se surgirá alguma força política capaz de desatar este verdadeiro nó górdio. Mas, por hora, o que caracteriza a sociedade coreana é o impasse.

⁷⁰ Veja: *“Korea's Chaebol Syndrome Persists - Hyundai's troubles have tempered the arrogance of the country's dynastic family businesses, but many of their bad habits die hard”*. Business Week, 3 de Maio de 2006.

BIBLIOGRAFIA:

- AHN, Byung-Joon. *South Korea and the Communist Countries*. Asian Survey, Volume 20, Número 11, pp.1098-1107, Novembro, 1980.
- AMANN, Edmund; CHANG, Ha-Joon (orgs.) *Brazil and South Korea: economic crisis and restructuring*. London: Institute of Latin American Studies, 2004.
- AMSDEN, Alice H. *Asia's Next Giant: South Korea and late industrialization*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1989.
- BANCO MUNDIAL. *Current Economic Position and Prospects of the Republic of Korea*. Report No. 332-KO, 1976.
- _____. *Korea: development in a global context*. World Bank Country Study, 1984.
- _____. *Korea: four decades of equitable growth*. Case Studies in Scaling Up Poverty Reduction, 2004.
- _____. *The East Asian Miracle: economic growth and public policy*. World Bank Policy Research Report, Agosto, 1993.
- BISHOP, Isabella Bird. *Korea & Her Neighbors: a narrative of travel, with an account of the recent vicissitudes and present position of the country*. Londres: John Murray, Volumes I e II, 1905.
- BRESCIANI, Danielle de Oliveira. *A Intervenção do Estado na Economia: uma análise dos casos brasileiro e coreano*. Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ, Dissertação de Mestrado, 1994.
- CANUTO, Otaviano. *Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia*. São Paulo: Nobel, 1994.
- CEPAL. *Fernando Fajnzylber – una visión renovadora del desarrollo de América Latina*. Santiago: Nações Unidas, 2006.
- _____. *Transformación Productiva con Equidad. La tarea prioritaria de América Latina y el Caribe en los años noventa*. Santiago: Nações Unidas, 1990.

- CHIA, Ho Yeh. *Antropologia Filosófica e Fundamentos da Educação nos Analectos de Confúcio – subsídios para um estudo comparativo intercultural*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, Dissertação de Mestrado, 1999.
- CHO, Byung-Do; SOHN, Jungyul; HEWINGS, Geoffrey J. D. *Industrial Structural Change in the Korean Economy between 1975 and 1995: input-output analysis*. The Bank of Korea, Economic Papers, Vol. 3, N. 1, Maio, 2000.
- CHO, Yoon-Je. *The International Environment and Korea's Economic Development during 1950s-1970s*. The Bank of Korea, Economic Papers, Volume 4, Número 2, Novembro, 2001.
- CHUN, Duck-Koo; EICHENGREEN, Barry (orgs.) *The Korean Economy beyond the Crisis*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2004.
- CHUNG, Un-Chan. *The Korean Economy Before and After the Crisis*. In: CHUN, Duck-Koo; EICHENGREEN, Barry (orgs.), 2004, op. cit., pp. 25-47.
- CIA – Central Intelligence Agency. *World Factbook*. 2006
- CLARK, Donald N. *Growth and Limitations of Minjung Christianity in South Korea*. In: WELLS, Kenneth, 1995, op. cit. pp. 87-103.
- CONFÚCIO. *Os Analectos*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CUMINGS, Bruce. *Mémoires de feu en Corée du Nord: quand les Etats-Unis détruisaient un pays pour le sauver*. Le Monde Diplomatique, pp. 22-23, Dezembro, 2004.
- _____. *Korea's Place in the Sun: a modern history*. Nova Iorque: WW Norton & Co., 1997.
- _____. *The Origins and Development of the Northeast Asian Political Economy: industrial sectors, product cycles, and political consequences*. International Organization, Volume 38, Número 1, pp. 1-40, Inverno, 1984.
- FAJNZYLBER, Fernando. *Competitividad Internacional: evolución y lecciones*. Revista de la Cepal, Número 36, Dezembro, pp. 7-24, 1988.
- _____. *Reflexiones sobre la Industrialización Exportadora del Sudeste Asiático*. Revista de la Cepal, Número 15, Dezembro, pp. 117-138, 1981.

- FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. *Aprendizagem e Inovação Organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil*. São Paulo: Atlas, 1995.
- FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Cia. Editorial Nacional, 1980.
- HAHM, Joon-Ho. *Financial Restructuring*. In: CHUN, Duck-Koo; EICHENGREEN, Barry (orgs.), 2004, op. cit., pp. 172-193.
- HALLIDAY, Jon; CUMINGS, Bruce. *Korea: The UnKnown War*. Londres: Viking, 1988.
- HAMEL, Hendrik. *An Account of the Shipwreck of a Dutch Vessel on the Coast of the Isle of Quelpaert together with the Description of the Kingdom of Corea*. In: HAMEL, Hendrik. *Corée – Korea: 1653 – 1666 (Reprodução Integral da Primeira Tradução Inglesa de 1702)*. Bangkok: White Orchid Press, 1981.
- HART-LANDSBERG, Martin. *The Rush to Development: economic change and political struggle in South Korea*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1993.
- HEO, Yoon. *Development Strategy in Korea Reexamined: an interventionist perspective*. The Social Science Journal, Volume 38, Número 2, pp. 217-231, 2001.
- HESS, Peter; ROSS, Clark. *Economic Development: Theories, Evidence and Policies*. Orlando: Dryden, 1997.
- HONG, Suhn-Kyoung. *Tonghak in the Context of Korean Modernization*. Review of Religious Research, Volume 10, Número 1, Outono, pp. 43-51, 1968.
- JOH, Sung-Wook. *Corporate Restructuring*. In: CHUN, Duck-Koo; EICHENGREEN, Barry (orgs.), 2004, op. cit., pp. 194-217.
- JONES, Leroy P. *Government, Business and Entrepreneurship in Economic Development: The Korean Case*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1980.

- KANG, Du-Yong. *Nature and Cause of the Korean Economy's Growth Slowdown in the 1990's: focusing on the role of changes in intersectoral shifts of labor*. The Bank of Korea, Economic Papers, Vol. 5, N. 1, Julho, 2002.
- KANG, Man'Gil. *Contemporary Nationalist Movements and the Minjung*. In: WELLS, Kenneth, 1995, op. cit. pp. 31-38.
- KEUM, Jang-Tae. *Confucianism and Korean Thoughts*. Seoul: Jimoondang Publishing Company, 2000.
- KIM, Hyung-A. *Minjung Socioeconomic Response to State-led Industrialization*. In: WELLS, Kenneth, 1995, op. cit. pp. 39-59.
- KIM, Kwang-Ok. *The Reproduction of Confucian Culture in Contemporary Korea: an anthropological study*. In: TU, Wei-Ming, 1996, op. cit., pp. 202-227.
- KIM, Kyong-Dong. *The Distinctive Features of South Korea's Development*. In: BERGER, Peter L.; HSIAO, H. H. Michael. *In Search of an East Asian Development Model*. New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 197-219, 1990.
- KIM, Linsu; NELSON, Richard R. *Technology, Learning, & Innovation: experiences of newly industrializing economies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- KIM, Quee-Young. *From Protest to Change of Regime: the 4-19 revolt and the fall of the Rhee Regime in South Korea*. Social Forces, Volume 74, Número 4, pp. 1179-1209, 1996.
- KIM, Seung-Kyung; FINCH, John. *Living with Rhetoric, Living against Rhetoric: Korean families and the IMF economic crisis*. Korean Studies, Volume 26, Número 1, 2002.
- KIM, Young-Ock. *The Position of Women Workers in Manufacturing Industries in South Korea: a Marxist-feminist analysis*. Ithaca: Cornell University Press, Working Paper, Sub-series on Women's History and Development, Número 6, 1986.
- KING, Ross; YEON, Jae-Hoon. *Elementary Korean*. Cingapura: Charles E. Tuttle Co. Inc., 2000.

- KOH, Byong-Ik. *Confucianism in Contemporary Korea*. In: TU, Wei-Ming., op. cit., pp. 191-201.
- KRUEGER, Anne O. *The Developmental Role of the Foreign Sector and Aid*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1982.
- KUZNETZ, Paul W. *Economic Growth and Structure in the Republic of Korea*. New Haven: Yale University Press, 1977.
- KWON, O. Yul. *Korean Economic Development and Prospects*. Asian Pacific Economic Literature, Volume 11, Número 2, pp. 15-39, Novembro de 1997.
- KWON, O. Yul; JWA, Sung-Hee; LEE, Kyung-Tae (orgs.) *Korea's New Economic Strategy in the Globalization Era*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2003.
- LEE, Ho-Chul; McNulty, Mary P. *Asia's Dynamic Development Model and the Republic of Korea's Experiences*. World Bank Policy Research Working Paper, N. 2987, Março, 2003.
- LEE, Joung-Woo. *Social Impact of the Crisis*. In: CHUN, Duck-Koo; EICHENGREEN, Barry (orgs.), 2004, op. cit., pp. 137-158.
- LEE, Won-Yong. *The Role of Science and Technology Policy in Korea's Industrial Development*. In: KIM, Linsu; NELSON, Richard R. (orgs.), 2000, op. cit., pp. 269-290.
- LIM, Hyun-Chin; HAN, Joon. *Social Realignment, Coalition Change and Political Transformation*. In: CHUN, Duck-Koo; EICHENGREEN, Barry (orgs.), 2004, op. cit., pp. 267-285.
- LOWELL, Percival. *The Soul of the Far East*. Boston: Houghton, Mifflin & Co., 1888.
- MCCUNE, Shannon. *Korea's Heritage: a Regional and Social Geography*. Tóquio: Charles E. Tuttle Company, Décima Edição, 1983.
- _____. *Land Distribution in Korea*. Far Eastern Survey, Volume 17, Número 11, p. 132, Junho, 1948.
- McNAMARA, Dennis L. *The Colonial Origins of Korean Enterprise: 1910 – 1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998.
- MINISTRY OF EDUCATION & HUMAN RESOURCES DEVELOPMENT, REPUBLIC OF KOREA. *Education in Korea: 2005 ~ 2006*.
- PALAIS, James B. *Confucian Statecraft and Korean Institutions – Yu Hyöngwŏn and the late Chosŏn Dynasty*. Washington: University of Washington Press, 1996.
- _____. *Politics and Policy in Traditional Korea*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1975.
- PALMA, G. *Gansos Voadores e Patos Vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina*. In: FIORI, José Luís (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PETRI, Peter A. *The Lessons of East Asia: common foundations of East Asian success*. Washington: The World Bank, Outubro, 1993.
- RANTALAIHO, Minna; LIN, Ka. *Family Policy and Social Order - comparing the dynamics of family policy-making in Scandinavia and Confucian Asia*. *International Journal of Social Welfare*, volume 12, pp. 2-13, 2003.
- RODRIK, Dani. *King Kong Meets Godzilla: The World Bank and the East Asian Miracle*. In: FISHLOW, Albert; GWIN, Catherine; HAGGARD, Stephan; RODRIK, Dani. *Miracle or Design? Lessons from the East Asian Experience*. Washington: Overseas Development Council, 1996.
- SAVAGE-LANDOR, Arnold Henry. *Korea, or Cho-sen, the Land of the Morning Calm*. Londres: Wilhelm Heinemann, 1895.
- SEGUINO, Stephanie. *Gender Inequality and Economic Growth: a cross-country analysis*. *World Development*, Vol. 28, Número 7, pp. 1211-1230, 2000.
- SHIN, Jang-Sup. *Globalization and Industrial Restructuring: the case of South Korea*. In: AMANN, Edmund; CHANG, Ha-Joon (orgs.), 2004, op. cit., pp. 123-151.
- SHIN, Susan S. *Tonghak Thought: the roots of revolution*. *Korea Journal*, Número 19, Volume 9, Setembro, pp. 11-20, 1979.

- SUZIGAN, Wilson; FERNANDES, Suzane Cristina. *Competitividade Sistêmica: a contribuição de Fernando Fajnzylber*. Belo Horizonte: ABPHE - Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica, 2003.
- TERRY, Edith. *How Asia Got Rich: World Bank vs. Japanese Industrial Policy*. JPRI Working Paper, Número 10, Junho, 1995.
- TIKHONOV, Vladimir. *The 1980s Korean Reformers' View of Japan — a menacing model?* International Journal of Asian Studies, Volume 2, Número 1, pp. 57-81, 2005.
- TOURNAFOND, Paul. *La Corée*. Paris: Téqui, 1884.
- TU, Wei-Ming (org.) *Confucian Traditions in East Asian Modernity: moral education and economic culture in Japan and the four mini-dragons*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1996.
- VISCAÍNO Jr., M. M. *Aspectos do Desenvolvimento Econômico de Brasil e Coréia do Sul numa Perspectiva Histórica: processos de industrialização e educação até o início da década de 1990*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Departamento de História, Dissertação de Mestrado, 1999.
- WATANABE, Hiroshi. *Différences entre les histoires du confucianisme en Chine et au Japon : Essai d'interprétation*. In: MIZOGUCHI, Y. ; VANDERMEERSCH, L. (Editores) *Confucianisme et Sociétés Asiatiques*. Paris: Harmattan, 1991.
- WEBER, Max. *The Religion of China: Confucianism and Taoism*. Glencoe – Illinois: Free Press, 1951.
- WELLS, Kenneth M (org.) *South Korea's Minjung Movement: the culture and politics of dissidence*. Honolulu: Hawaii University Press, 1995.
- YANG, Bong-Min. *The National Pension Scheme of the Republic of Korea*. World Bank Institute, Working Papers, Janeiro, 2001.